

O INSTRUMENTO MILITAR TERRESTRE PÓS 2ª GUERRA MUNDIAL: PONTOS DE CONTINUIDADE E DESCONTINUIDADE

João Vasco da Gama de Barros

Dissertação para a obtenção do grau de Mestre em Estudos da Paz e da Guerra nas Novas
Relações Internacionais

Orientação: Professor Doutor Francisco Miguel Gouveia Pinto Proença Garcia
Coorientação: Professor Doutor Luís Alves de Fraga

Julho de 2012

Agradecimentos

As minhas primeiras palavras de agradecimento vão para o meu Orientador, o Professor Doutor e Tenente - Coronel de Infantaria Francisco Miguel Gouveia Pinto Proença Garcia que, tendo permitido a minha total liberdade intelectual, soube, nos momentos exatos, apontar-me a direção correta. A sua abordagem, sintetizando as minhas palavras, contribuiu, essencialmente, para que a realização desta dissertação fosse um prazer. Ao meu coorientador, Professor Doutor Luís Alves de Fraga, o meu obrigado pela sua pronta ajuda e resposta.

Não posso, também, deixar de agradecer ao Professor Doutor e Tenente - Coronel de Infantaria Luís Fernando Machado Barroso pelos conselhos dados e pelo impulso inicial na abordagem do tema, bem como aos Majores de Infantaria Carlos Afonso e Pedro Ribeiro de Faria pela sua incansável ajuda na revisão do texto e sábios conselhos.

À Dr.^a Rita Duarte pela disponibilidade e paciência com que, durante todo o processo, sempre ajudou a conciliar as obrigações académicas com as exigências da vida militar.

Por último, um agradecimento especial a todos os que contribuíram para a realização deste estudo com os seus conhecimentos e conselhos de inestimável valor. A sua lista seria, simplesmente, demasiado exaustiva.

Resumo

Dado que o ser humano habita o meio terrestre é neste ambiente que, maioritariamente, as operações militares conduzem a resultados decisivos ao nível político. Sendo que o Instrumento Militar Terrestre tem a capacidade singular de conquistar e controlar território, bem como a população nele inserida, a análise da aplicação das forças terrestres torna-se incontornável no âmbito do emprego do Instrumento Militar. O papel do Instrumento Militar Terrestre tem, também, vindo a ser alargado, para além da derrota militar dos adversários, ao estabelecimento de um ambiente seguro e estável, facilitando, assim, a intervenção dos restantes instrumentos do poder do Estado.

Para se compreender quer a atualidade quer a tendência de evolução do Instrumento Militar Terrestre há que analisar o seu passado. O estudo da sua evolução deve ser abordado segundo duas dimensões: uma intrínseca, que analisa o conhecimento autónomo das formas e técnicas de aplicação das forças terrestres, e outra extrínseca, sobre o papel e importância relativa do Instrumento Militar Terrestre. Este estudo parte da evolução do Instrumento Militar Terrestre dos EUA, URSS/Rússia e China, desde o fim da 2ª Guerra Mundial, para chegar a um padrão evolutivo que permita elaborar uma prospetiva face à tendência de evolução da conflitualidade e do Ambiente Operacional. A dimensão intrínseca é analisada segundo quatro variáveis. A primeira, dentro do emprego da força, examina o balanceamento entre fogos e manobra. A segunda aborda a capacidade de projeção, enquanto as restantes duas, na área da doutrina, estudam os níveis da guerra adotados e a abordagem à condução das operações, *atricionista* ou *manoverista*. Na dimensão extrínseca são utilizadas as variáveis papel e importância relativa do Instrumento Militar Terrestre.

Este estudo argumenta que, na sua dimensão intrínseca, o Instrumento Militar Terrestre tende a evoluir no sentido do equilíbrio entre fogos e manobra. As forças facilmente projetáveis tendem a ser o modelo adotado. O paradigma de emprego da força tende a manter os três níveis da guerra e uma abordagem *manoverista*. Esta tendência *manoverista* é menos evidente, ou até contrária em certos casos, quando o Instrumento Militar Terrestre enfrenta uma guerra irregular. Na sua dimensão extrínseca, o Instrumento Militar Terrestre tende a ser decisivo, num modelo de aplicação conjunta do Instrumento Militar, principalmente como facilitador de uma ótica de ação integrada dos instrumentos do poder do Estado, estabelecendo um ambiente seguro e estável.

Palavras-chave: Evolução, Instrumento Militar Terrestre, Prospetiva.

Abstract

Since humans inhabit the land environment, it's here that the majority of military operations lead to decisive results at the political level. Since the Landpower has the unique capacity to conquer and control territory, and population within, the analysis of the employment of ground forces becomes inevitable in the study of the application of the military instrument. The role of Landpower has also been extending beyond the military defeat of the opponents, to embrace the establishment of a safe and secure environment, thus facilitating the integration of the other instruments of State's power.

To understand the present situation, and the evolution trend, of Landpower, purpose of this research, it is necessary to examine its past. The evolution of Landpower should be analyzed in two dimensions: an intrinsic one, comprehending the knowledge of the application forms and techniques of ground forces, and an extrinsic one, about the role and importance of Landpower within the military instrument. This research departs from the evolution of US, USSR / Russia and China Landpower, since the end of World War 2, to reach an evolutionary pattern that would allow a prospective view of its trend, according to the foreseen evolution of conflicts and of the Operational Environment. The intrinsic dimension is analyzed based on four variables. The first, within force employment, examines the balance between fire and maneuver. The second deals with the capability to deploy forces, while the other two, in the area of doctrine, study the levels of war and the type of approach to the conduct of operations, *attritionist* or *maneuverist*. In the extrinsic dimension the variables used are the Landpower's role and its relative importance in the employment of the military instrument.

This research argues that in its intrinsic dimension, Landpower tends to adopt an even balance between fire and maneuver, deployable forces tend to be the adopted model, and the paradigm of land forces employment tends to be *maneuverist* and to adopt the three levels of war. The *maneuverist* approach is less evident, or even opposite in some cases, as in an irregular war. In its extrinsic dimension, Landpower tends to remain the decisive power inside the military instrument, and to keep this role in a joint military instrument application's model, mainly, as a facilitator of an integrated use of the other instruments of State's power in order to establish and maintain a safe and secure environment.

Keywords: Evolution, Landpower, Prospective.

Índice

Introdução.....	1
Justificação e importância da Investigação	4
Objeto do estudo e sua delimitação	6
Limitações à Investigação	7
Definição dos Objetivos da Investigação	8
Metodologia, percurso e instrumentos.....	8
Organização e conteúdo.....	10
1. Enquadramento Teórico	13
a. Definição de Instrumento Militar Terrestre e interação com o Ambiente Terrestre ...	13
b. Espectro das Operações.....	19
2. Modelo de Análise	28
a. Dimensão intrínseca	28
(1) Emprego da força	28
(2) Capacidades	31
(3) Doutrina	33
b. Dimensão extrínseca.....	34
3. Evolução do Instrumento Militar Terrestre desde o fim da 2ª Guerra Mundial.....	36
a. EUA.....	36
(1) Guerra Fria	36
(2) Pós - Guerra Fria	43
(3) Pós - 11 de setembro de 2001	51
(4) Síntese Conclusiva	57
b. URSS/Rússia	61
(1) Guerra Fria	61
(2) Pós - Guerra Fria	64
(3) Síntese Conclusiva	69
c. China	71
(1) Guerra Fria	71
(2) Pós - Guerra Fria	75
(3) Síntese Conclusiva	77
4. Comparação da evolução do Instrumento Militar Terrestre nos três atores.....	80
5. Prospetiva do Instrumento Militar Terrestre	85
a. Tendências de evolução da conflitualidade e do Ambiente Operacional.....	85
(1) Conflitualidade.....	85
(2) Ambiente Operacional	90
b. Futuro do Instrumento Militar Terrestre	95
Conclusões.....	102
a. Evolução do Instrumento Militar Terrestre	102
b. Prospetiva do Instrumento Militar Terrestre	110
c. Considerações finais.....	114

Referências bibliográficas.....	117
--	------------

Lista de figuras:

Figura 1: Conjugação do espectro da conflitualidade com a tipologia das operações	26
Figura 2: Conjugação do espectro da conflitualidade com os temas de campanha.....	26

Lista de abreviaturas

	C
C2	Comando e Controlo
	E
ELP	Exército de Libertação Popular
EUA	Estados Unidos da América
	I
ISTAR	Intelligence, Surveillance, Target Acquisition and Reconnaissance
	O
ONU	Organização das Nações Unidas
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
	U
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

Introdução

“Poder-se-á voar sobre a terra perpetuamente; poder-se-á bombardeá-la, atomizá-la, pulverizá-la e limpá-la de qualquer forma de vida, mas se o desejo for defendê-la, protegê-la e preservá-la para a civilização, ter-se-á de o fazer em terra, da mesma forma que as Legiões Romanas o fizeram, pondo os seus jovens no terreno.”

T. R. Fehrenbach, This Kind of War, 1991

Em termos históricos, desde o início da idade contemporânea, o pensamento sobre a aplicação do Instrumento Militar Terrestre tem como uma das suas referências a Escola Continental. Esta Escola de pensamento estratégico, para além da sua importância incontornável na área da Geopolítica, incorpora o conhecimento surgido na Europa sobre o modo de conduzir a guerra no meio terrestre, tendo moldado de forma decisiva o seu conceito moderno. Nesta componente de conhecimento autónomo, segundo M. Evans (2004, p. 22), a Escola Continental nasce no início do século XIX e desenvolve-se durante cerca de um século e meio através de quatro grandes influências.

A primeira influência centra-se nas campanhas¹ de Napoleão e a sua experiência sobre a batalha decisiva no modo de conduzir a guerra. O conceito de batalha decisiva assenta na capacidade em alcançar os objetivos estratégicos determinados para uma campanha através de uma única vitória numa batalha², ou seja ao nível tático, através da aniquilação do Exército adversário. Este conceito é brilhantemente descrito pelo russo Isserson como a Estratégia de um único ponto, na qual grandes massas de forças se encontram numa batalha delimitada no espaço e no tempo e em que a vitória era conseguida através da manobra para um único ponto

¹ Uma série de operações militares, planeadas e conduzidas para atingir um objetivo estratégico numa determinada área ou tempo, que normalmente envolve forças terrestres, navais e aéreas (Exército; 2005, p. B-3).

² A batalha consiste numa série de combates que têm uma duração superior e envolvem mais forças que um empenhamento. As batalhas podem afetar o curso de uma campanha ou operação de grande envergadura. As batalhas são, normalmente, significativas ao nível operacional e, por vezes, decisivas. Uma ou mais batalhas são ligadas para vencer operações de grande envergadura e campanhas, que se traduzem no sucesso ao nível estratégico (Exército; 2005, p. B-2).

decisivo (Schneider *apud* Evans, 2004, p. 24). Nesta batalha, condensada no tempo e no espaço, apesar dos avanços tecnológicos em relação ao fogo, a vitória era atingida com preponderância da manobra, normalmente através de uma penetração ou envolvimento. Esta forma de emprego de forças dominará o resto do século XIX, inspirada em batalhas como Austerlitz ou Waterloo (Keegan *apud* Evans, 2004, p. 23).

Em relação aos níveis da guerra adotados, ou seja a forma como se ligavam a definição de objetivos estratégicos a atingir e a condução do emprego da força, apesar de algumas teses avançadas em que Napoleão seria um dos precursores da introdução do nível operacional das operações, ditando o fim da batalha decisiva, consideramos que o Imperador francês encarnava o Deus *Janus*, com uma face na Estratégia, através dos objetivos definidos, e outra diretamente na Tática, através da condução direta da batalha. No entanto, a introdução de novos conceitos contribuíram para, no futuro, se colocar em questão a exequibilidade da batalha decisiva. A legislação da *levée en masse* aumentou drasticamente o tamanho do Exército, colocando obstáculos à capacidade de comando direto do nível estratégico nos acontecimentos táticos, as batalhas. Como contraponto, com o conceito de Corpo de Exército, Napoleão introduziu uma unidade tática capaz de se deslocar e operar no Teatro de Operações de forma independente, mas que para o conceito de batalha decisiva e capacidade de comando presencial do nível estratégico, não deixa de ser mais um obstáculo. Estes novos conceitos, entre outras mudanças da era napoleônica, apontavam um novo caráter na forma clássica de conduzir a guerra no Ambiente Terrestre.

A segunda grande influência veio com as obras de pensadores como Jomini e Clausewitz, que disseminaram os princípios da guerra no Ambiente Terrestre inspirada na experiência napoleônica por várias gerações de militares. Estes autores continuaram a enfatizar o conceito de batalha decisiva, continuando a ser a grande preocupação do nível estratégico a aniquilação do Exército adversário no ponto decisivo. Jomini via a forma napoleônica de conduzir a guerra perfeitamente alinhada com a Estratégia de um único ponto. Um dos princípios defendidos por Jomini continuava a ser o de concentrar o máximo de forças de manobra num único ponto decisivo. Esta ligação direta da Estratégia com a Tática foi também descrita por Clausewitz. Apesar de este autor ter abordado o tema das operações de grande envergadura, estas eram inseridas no nível da Estratégia. Clausewitz continuava a defender a concentração de forças no espaço e no tempo para uma única ação decisiva.

A terceira influência surge com o desenvolvimento do Estado-Maior Prussiano na segunda metade do século XIX. O grande marco não está no Estado-Maior em si, mas na

forma como adaptou as campanhas Napoleónicas à era industrial, já que a revolução industrial do século XIX iniciou a erosão do modelo napoleónico de condução da guerra.

A industrialização dos meios de transporte, sobretudo através do comboio, e das comunicações, com a introdução do telégrafo, garantiu padrões de velocidade às forças terrestres, bem como dispersão espacial e temporal, até então inimagináveis. A mobilidade das forças para as deslocar para e dentro do Teatro de Operações passava a ser primordial. Para além da capacidade de transporte e de comando e controlo (C2), no nível tático, a introdução de nova tecnologia no armamento, aumentando a letalidade e favorecendo a defesa, veio, também, por em questão o conceito de batalha decisiva. A tecnologia iniciava uma mudança ao nível do emprego da força, começando a manobra a perder a sua primazia em relação ao fogo. No entanto “foi necessário um banho de sangue nos três primeiros anos da 1ª Guerra Mundial para expor o quanto a Escola Continental se tinha tornado arcaica quando comparada com a evolução da tecnologia e do carácter da guerra” (Evans, 2004, pp. 40 - 41).

A última grande influência surge ao nível da ligação entre a Estratégia e aplicação da força no nível tático, com o aparecimento da Arte Operacional³, desenvolvida na Europa, parcialmente na Alemanha e sobretudo na União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), no período entre a 1ª Guerra Mundial e a 2ª Guerra Mundial.

Com as ofensivas alemãs e aliadas em 1918, no final da 1ª Guerra Mundial, iniciou-se a transformação da forma linear de conduzir a guerra, baseada na Infantaria, mas num campo de batalha dominado pelo fogo, para operações desenhadas em profundidade, envolvendo os diversos elementos das forças terrestres de forma sinérgica. Com o reconhecimento de que a vitória ao nível estratégico não mais poderia ser obtida através da aniquilação do adversário numa única batalha, aliado a novos desenvolvimentos tecnológicos como a mecanização das forças e a telefonia sem fios, surge a Arte Operacional como forma de ligar o sucesso das batalhas aos fins ditados pela Estratégia, planeando e conduzindo campanhas.

A 2ª Guerra Mundial foi o laboratório da nova forma de conduzir a guerra no Ambiente Terrestre, passando o emprego das forças a privilegiar a manobra num campo de batalha já não dominado pelo fogo.

³ “A Arte Operacional compreende o planeamento e conduta de campanhas e operações de grande envergadura com o intuito de atingir os objetivos estratégicos e operacionais num determinado Teatro de Operações” (Creveld *et. al.*, 2011, p. 1).

Após 1945, com o colapso da Alemanha e França como potências militares, a herança e desenvolvimento da Escola Continental migrou, sobretudo, para as duas superpotências rivais, os Estados Unidos da América (EUA) e a URSS.

Principalmente após o final da Guerra Fria, o conceito de Instrumento Militar Terrestre passou a incorporar a utilização das forças terrestres num espectro de atividades mais abrangente que o combate. Embora operações como as de Apoio à Paz ou as Operações Humanitárias, entre outras, não sejam um novo conceito, a sua maior ocorrência no pós-Guerra Fria tem sido uma realidade. Este facto aumenta a complexidade do emprego do Instrumento Militar Terrestre, já que o estado final pretendido para a sua atuação deixa de ser apenas a derrota das forças militares adversárias, passando a exigir a criação e manutenção de um ambiente seguro e estável que permita a outros instrumentos poderem intervir em busca de uma paz estável.

Justificação e importância da Investigação

“A guerra terrestre tem sido o pivô dos resultados militares nos conflitos ao longo da história. A causa deste fenómeno reside no facto de os seres humanos viverem em terra, e como tal, a capacidade de conquistar e controlar território traz consigo, a maior parte das vezes, as consequências políticas decisivas” (Tuck, 2008, p. 66). Mantendo em mente que apenas é possível conquistar e controlar território com forças terrestres e que o seu papel tem vindo a ser alargado ao estabelecimento de ambiente seguro e estável, facilitando a intervenção de instrumentos não militares, o estudo do Instrumento Militar Terrestre torna-se essencial para a compreensão, num primeiro patamar, do emprego do Instrumento Militar como um todo, bem como do seu papel na Estratégia Total dos Estados.

O estudo da forma de emprego do Instrumento Militar Terrestre implica um foco nas forças terrestres, nas batalhas e campanhas. Este foco não quer, de forma alguma, afirmar que os fatores políticos, económicos, sociais ou culturais não sejam determinantes. De igual modo, o foco no emprego da força não pretende indiciar uma aprovação, ou reprovação, tácita da justificação e necessidade de tais conflitos. No entanto, como afirmam I. Speller e C. Tuck (2008, p. 4), a linha entre o estudo e a aprovação pode parecer ténue no estudo da aplicação do Instrumento Militar, dada a sua potencial influência, através de recomendações, na melhoria da eficácia da aplicação da força. Assumimos este risco, partilhando a ideia dos mesmos autores quando afirmam que “não necessitamos de acreditar que as doenças contagiosas são benéficas para estudar a peste bubónica” (Speller, Tuck, 2008 p. 4).

De acordo com C. Gray (Gray, 2008 – 2009, p. 18), “para avançarmos na compreensão da Estratégia e do fenómeno da guerra é necessário teorizar com sustentação na História”. É com base neste conceito que se enquadra o presente estudo. Para se compreender a forma de emprego e respetiva importância relativa do Instrumento Militar Terrestre, na atualidade, há que entender o seu percurso passado. Estudar a sua evolução, em vez de uma análise simplesmente centrada no presente, ajuda, também, a ter uma visão do seu futuro, pois permite estabelecer padrões de evolução. Entender a evolução da forma como as forças terrestres são empregues é uma das premissas para se planearem capacidades que deem resposta aos desafios atuais e futuros, permitindo a esta componente do Instrumento Militar ser realmente útil na resolução de conflitos. Até porque, num momento em que a guerra irregular parece estar na moda, absorvendo parte do pensamento estratégico, a exemplo da teoria das guerras de 4ª geração⁴, poderemos assistir a transformações profundas na genética e doutrina⁵ do Instrumento Militar Terrestre, pelo menos na superpotência americana e em parte dos seus aliados da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN). Mais uma vez C. Gray (2006a), p. 13) adverte-nos que “a perspetiva histórica é a única proteção contra a captura involuntária pelas preocupações do momento e ideias da moda”. Para o autor, estas ideias e preocupações podem ser válidas e importantes na atualidade, mas são uma base inadequada para entender a futura forma de conduzir a guerra. Em nossa opinião, mais do que inadequada, correm o risco de serem uma base incompleta, que só a análise histórica e a procura de padrões evolutivos pode colmatar.

⁴Teoria assente na classificação da forma de conduzir a guerra desde Vestefália. “Bill Lind e Gary Wilson tipificaram as guerras em gerações, da primeira à quarta, sendo a primeira assente no poder da massa humana, a segunda no poder de fogo, a terceira na manobra e a quarta geração, a guerra do povo iniciada com Mao” (Garcia, 2010, p. 72). Também, A. Echevarria (2005, p. V), um dos críticos desta teoria, descreve-a, com a 1ª geração assente nos Exércitos de massa; a 2ª geração, com o seu expoente máximo na 1ª Guerra Mundial, baseada na procura da vitória pelo poder de fogo e a 3ª geração, também produto da 1ª Guerra Mundial, orientada para a manobra. A 4ª geração, a vivida na atualidade, é descrita como uma forma de guerra irregular que emprega todos os instrumentos, político, social, económico e militar para criar a perceção nos decisores do adversário que os seus objetivos estratégicos são ou inatingíveis ou demasiado onerosos.

⁵ “Conjunto de princípios e regras que visam orientar as ações das forças e elementos militares no cumprimento da missão” (Exército, 2005, p. B-6).

Objeto do estudo e sua delimitação

A aplicação do Instrumento Militar Terrestre pode ser analisada segundo duas dimensões: uma dimensão intrínseca, ou seja, o conhecimento autónomo das formas e técnicas de aplicação de forças terrestre e uma dimensão extrínseca, sobre o seu papel e importância dentro do Instrumento Militar. Foi com base nestas dimensões que se conduziu a investigação, procurando fatores de continuidade e descontinuidade que permitissem elaborar uma prospetiva do Instrumento Militar Terrestre.

No contexto da investigação importa, ainda, referir que os atores, estatais ou não, não conduzem guerra aérea, marítima, terrestre, espacial ou cibernética, mas simplesmente guerra, atuando as diversas componentes do Instrumento Militar de forma conjunta e sinérgica. Neste paradigma de aplicação da força seria irrealista, para o período em investigação, analisar as operações terrestres de forma isolada pelo que, ao longo do estudo, são abordadas as forças terrestres nesse contexto conjunto⁶. Apesar de o estudo se centrar na aplicação de forças terrestres no Ambiente Terrestre, os efeitos produzidos pelas restantes componentes do Instrumento Militar neste ambiente físico são impossíveis de dissociar.

Mantendo em mente o paradigma de aplicação da força de forma conjunta, mas tendo como elemento central do estudo os “pontos de continuidade e descontinuidade da evolução do Instrumento Militar Terrestre”, efetuámos as seguintes delimitações para a investigação:

- Estudar a aplicação de Instrumentos Militares Terrestres por parte de atores estatais através das suas forças terrestres regulares⁷. Apesar da abordagem estatocêntrica, o âmbito da aplicação do Instrumento Militar Terrestre tem em conta todas as formas de adversários, estatais e não estatais;

- Em termos temporais, analisar o período definido pelo fim da 2ª Guerra Mundial e a atualidade;

- Em termos de atores, centrar o estudo na aplicação do Instrumento Militar Terrestre por parte dos EUA e da URSS/Rússia. Dado o período de análise, procuramos abordar os dois grandes blocos da Guerra Fria, o bloco ocidental e o soviético. Aqui impunha-se uma escolha:

⁶ Atividades, operações e organizações conjuntas são aquelas em que participam mais de que uma das componentes do Instrumento Militar (OTAN, 2009, p. 2-J1).

⁷ Neste estudo adotamos o termo com o mesmo significado de forças convencionais, ou seja, “forças pertencentes a um Estado, que utilizam armamento não nuclear e que não pertencem às forças de operações especiais (JCS, 2009, p. 121).

analisar os blocos como um todo ou tendo como foco as respectivas lideranças, EUA de um lado e URSS do oposto, sendo o bloco soviético materializado no período pós - Guerra Fria pela Rússia. Esta nossa opção baseia-se na dificuldade em obter uma visão holística de um conjunto de atores estatais em relação ao emprego dos seus Instrumentos Militares Terrestres, principalmente devido ao facto de a conduta das operações militares, em especial as terrestres, estar fortemente condicionada por fatores como os políticos, culturais ou sociais. Como contraponto destas condicionantes e, simultaneamente, como segundo argumento da nossa opção pela representatividade, está a tendência dos atores estatais para incorporar tecnologia, organização e doutrina dos mais desenvolvidos ao nível militar. Estes dois blocos, além da sua importância no período em análise, representam, também, a herança da Escola Continental. Para além destes dois atores, a China é também abordada, procurando uma visão mais abrangente do objeto de estudo, para além dos dois grandes blocos que dominaram o período da Guerra Fria. A continuação e até emergência da importância da China no período pós-Guerra Fria confirmam esta opção.

Limitações à Investigação

Para além da delimitação efetuada, este estudo padece de duas grandes limitações que importa desde já esclarecer. Em primeiro lugar, a dificuldade em obter uma visão mundial, dada a disparidade entre Estados, quer em relação aos seus Instrumentos Militares Terrestres, quer à forma da sua aplicação, sobretudo em relação a este último aspeto. Apesar dos Estados, como já referido, terem a tendência para incorporar tecnologia, organização e doutrina dos mais desenvolvidos ao nível militar, a aplicação da força, ou seja a conduta das operações militares, e em especial as terrestres, também está fortemente condicionada por fatores como os políticos, culturais ou sociais, derivando na referida disparidade.

A segunda limitação advém do facto de o emprego do Instrumento Militar Terrestre por parte dos atores estatais não representar a totalidade das formas de emprego de forças terrestres. Esta questão deve-se à proliferação de atores não-estatais nos conflitos atuais que também empregam as suas forças no Ambiente Terrestre, mesmo que fazendo-o de forma assimétrica. Esta limitação força a que as conclusões do estudo só possam realmente ser válidas para atores estatais.

Definição dos Objetivos da Investigação

Mantendo em mente o estudo da evolução da aplicação do Instrumento Militar Terrestre, foram definidos três objetivos para a investigação efetuada:

- Analisar a evolução do Instrumento Militar Terrestre, desde o fim da 2ª Guerra Mundial até à atualidade;
- Determinar os pontos de continuidade e descontinuidade da evolução analisada, que permitam estabelecer um padrão de evolução;
- Com base no padrão estabelecido e nas tendências de evolução da conflitualidade e do Ambiente Operacional⁸ contemporâneo, elaborar uma prospetiva do Instrumento Militar Terrestre. Esta prospetiva pretende incluir quer a dimensão intrínseca quer a extrínseca do Instrumento Militar Terrestre.

Metodologia, percurso e instrumentos

Neste estudo orientámos a nossa investigação para responder à Questão Central – “Tendo em conta a evolução do Instrumento Militar Terrestre desde o fim da 2ª Guerra Mundial, como é que este se prospecta face às tendências de evolução da conflitualidade e do Ambiente Operacional contemporâneo?”.

Como instrumento orientador para resposta a esta Questão Central, marcando o caminho a seguir, enunciámos três Questões Derivadas:

- Questão Derivada nº1: “Como evoluiu o Instrumento Militar Terrestre desde o fim da 2ª Guerra Mundial?”;
- Questão Derivada nº2: “Quais os elementos de continuidade e descontinuidade na evolução do Instrumento Militar Terrestre durante o período analisado?”;
- Questão Derivada nº3: “Quais as tendências de evolução da conflitualidade e do Ambiente Operacional?”.

Ainda antes do início da resposta à Questão Derivada nº1, o ponto de partida da investigação foi a análise de publicações sobre a problemática em questão. Esta revisão bibliográfica teve dois fins. Em primeiro lugar serviu para estabelecer o enquadramento teórico do emprego do Instrumento Militar Terrestre. Em resumo, esta etapa visou a

⁸ Conjunto de condições, circunstâncias e influências que afetam o emprego das capacidades e que pesam nas decisões de um Comandante (TRADOC, 2011, p. Glossary – 11).

compreensão do fenómeno da aplicação das forças terrestres, do seu papel e das influências do meio onde atuam na própria aplicação da força.

O segundo propósito foi o de determinar as variáveis segundo as quais iríamos investigar a evolução das dimensões intrínseca e extrínseca do Instrumento Militar Terrestre. Na literatura inicial, procurámos identificar variáveis de análise do Instrumento Militar Terrestre, sem preocupação com qualquer hiato de tempo. Apesar de a nossa investigação estar delimitada temporalmente, julgámos ser mais consequente que as variáveis seleccionadas se pudessem aplicar a qualquer outro período. Procurámos, simultaneamente, um conjunto de variáveis suficientemente abrangente que representasse a evolução do Instrumento Militar Terrestre nas suas duas dimensões, mas que também reproduzisse uma continuação do pensamento sobre o emprego de forças terrestres da Escola Continental.

A partir do conjunto de variáveis, construímos o nosso modelo de análise. Na dimensão intrínseca do Instrumento Militar Terrestre, as variáveis agrupam-se em três conjuntos: o emprego da força⁹, as capacidades¹⁰ das forças terrestres e a doutrina. Dentro do emprego da força seleccionámos o balanceamento entre o fogo, ou crença na tecnologia, e a manobra. Nas capacidades analisamos a projecção e na doutrina, os níveis da guerra adotados e o tipo de aproximação às operações, *manoverista* ou *atricionista*. Na dimensão extrínseca, o papel e respetiva importância relativa do Instrumento Militar Terrestre foram as variáveis escolhidas. Esta dimensão extrínseca tem em vista a inserção do Instrumento Militar Terrestre no Instrumento Militar como um todo.

Após a definição do modelo de análise, o método de abordagem indutivo foi utilizado para, a partir dos fenómenos observados nos casos particulares dos atores estudados, recorrendo a estudos de caso, compará-los, e determinar os pontos comuns que permitissem generalizar um padrão de evolução. Este padrão de evolução foi, em seguida, confrontado

⁹ Forma como o potencial de combate das forças terrestres é empregue perante uma determinada situação. Por potencial de combate entende-se o “valor resultante da combinação dos meios materiais com a força moral de uma unidade. É, portanto, a resultante de todos os meios e ações que uma unidade pode aplicar contra um adversário e da sua capacidade de evitar, ou limitar, as ações que contra ela são, por este último, dirigidas” (Exército, 2005, p. Parte III 1-20).

¹⁰ “Habilidade de produzir um efeito que é necessário atingir. O efeito é o resultado de uma ação ou conjunto de ações produzidas pela capacidade. Uma capacidade é constituída por uma ou mais componentes funcionais: doutrina, organização, treino, material, liderança, pessoal, infraestruturas e interoperabilidade” (Madeira, 2009, p. 91).

com as tendências de evolução da conflitualidade e do Ambiente Operacional contemporâneo, permitindo formular uma prospetiva do Instrumento Militar Terrestre. Esta prospetiva constitui o argumento do nosso estudo.

Quanto aos instrumentos de investigação do estudo, estes basearam-se na pesquisa bibliográfica sobre o fenómeno da guerra e, principalmente, sobre as operações terrestres. Esta pesquisa assentou, essencialmente, em monografias, publicações em série e em publicações oficiais de doutrina de forças terrestres. Após delineado o enquadramento teórico do emprego do Instrumento Militar Terrestre e concluído o desenho do modelo de análise, passou-se a examinar especificamente literatura disponível sobre a aplicação do Instrumento Militar Terrestre dos três atores em estudo.

Organização e conteúdo

O presente texto está organizado em cinco capítulos. Os dois iniciais são enquadrantes do estudo efetuado, enquanto os três últimos apresentam o resultado da investigação.

O primeiro capítulo expõe o enquadramento teórico do emprego do Instrumento Militar Terrestre, pelo que inicia com a própria definição de Instrumento Militar Terrestre e das características do meio onde atua, o Ambiente Terrestre. A interação entre o Ambiente Terrestre e o emprego de forças terrestres é também abordada, pois as características singulares deste meio físico influenciam marcadamente a aplicação da força. Este capítulo descreve, ainda, o espectro das operações militares, contexto de emprego do Instrumento Militar adotado durante este estudo. Dentro do paradigma de emprego conjunto, este espectro é simultaneamente o contexto do Instrumento Militar Terrestre. Para a definição deste espectro das operações, utilizou-se o espectro da conflitualidade, pano de fundo das operações militares, conjugado com a tipologia das operações, de forma a enquadrar cada tipo de operação no seu contexto de violência mais provável.

Após delinear o enquadramento teórico do emprego do Instrumento Militar Terrestre, impõe-se, para compreensão do estudo apresentado, explicitar o modelo de análise utilizado na observação da aplicação real das forças terrestres por parte dos atores abordados, os estudos de caso. Este modelo é detalhado no segundo capítulo, apresentando a definição de cada uma das variáveis que o compõem.

No terceiro capítulo analisamos a evolução do Instrumento Militar Terrestre, nos atores selecionados, EUA, URSS / Rússia e China, desde o fim da 2ª Guerra Mundial até à atualidade. Neste capítulo, cada ator é abordado isoladamente. Para cada um dos conflitos

analisados, em que um dos atores tenha empregue as suas forças terrestres, é aplicado o modelo de análise de forma integral. Para cada um dos atores é também apresentada uma síntese do emprego do seu Instrumento Militar Terrestre. Estas sínteses são o ponto de partida para o capítulo seguinte, em que se passa da análise para a comparação e, simultaneamente, são, também, a resposta à Questão Derivada nº1 - “Como evoluiu o Instrumento Militar Terrestre desde o fim da 2ª Guerra Mundial?”.

No quarto capítulo, após a abordagem individualizada de cada ator, respondemos à Questão Derivada nº2 – “Quais os elementos de continuidade e descontinuidade na evolução do Instrumento Militar Terrestre durante o período analisado?”. Para tal, são determinados os pontos de convergência e divergência das três evoluções analisadas. A partir desta comparação é, então, estabelecido o padrão de continuidade e descontinuidade da evolução do Instrumento Militar Terrestre.

O quinto capítulo inicia com a apresentação da tendência de evolução da conflitualidade e do Ambiente Operacional contemporâneo, respondendo à Questão Derivada nº3 – “Quais as tendências de evolução da conflitualidade e do Ambiente Operacional?”. Este será o cenário para a atuação do Instrumento Militar Terrestre e serve, simultaneamente, de filtro ao seu próprio padrão de evolução, permitindo elaborar uma prospetiva das suas dimensões intrínseca e extrínseca. Esta visão de futuro representa a resposta à Questão Central da investigação realizada – “Tendo em conta a evolução do Instrumento Militar Terrestre desde o fim da 2ª Guerra Mundial, como é que este se prospecta face às tendências de evolução da conflitualidade e do Ambiente Operacional contemporâneo?”.

Por último, apresentamos as conclusões de todo o estudo, iniciando com a análise da evolução do Instrumento Militar Terrestre de cada um dos atores abordados e passando para o padrão estabelecido após a comparação dessas mesmas evoluções. Com base no padrão estabelecido e nas tendências de evolução da conflitualidade e do Ambiente Operacional contemporâneo apresentam-se, também, as conclusões da prospetiva do Instrumento Militar Terrestre. Estas conclusões podem resumir-se no aspeto mais relevante em relação a cada variável do modelo de análise, ou seja, na sua dimensão intrínseca, o Instrumento Militar Terrestre tende a evoluir no sentido do equilíbrio entre fogos e manobra. Em relação à capacidade de projeção, as forças facilmente projetáveis tendem a ser o modelo adotado. O paradigma de emprego das forças terrestres tende a manter os três níveis da guerra e uma abordagem *manoverista* às operações. Esta tendência *manoverista* é menos evidente, ou até contrária em certos casos, quando o Instrumento Militar Terrestre enfrenta uma guerra irregular. Na sua dimensão extrínseca, o Instrumento Militar Terrestre tende a ser decisivo,

num modelo de aplicação conjunta do Instrumento Militar, principalmente como facilitador de uma ótica integrada dos instrumentos do poder do Estado, procurando cada vez mais a criação de um ambiente seguro e estável em vez da simples aniquilação do adversário.

No último ponto das conclusões são apresentadas as considerações finais sobre o estudo da evolução do Instrumento Militar Terrestre e, ainda, sendo este estudo prospetivo, indicam-se possibilidades para futuras investigações, já que o seu argumento, a prospetiva do Instrumento Militar Terrestre, poder-se-á constituir em hipótese a validar ou refutar.

1. Enquadramento Teórico

a. Definição de Instrumento Militar Terrestre e interação com o Ambiente Terrestre

O Instrumento Militar Terrestre é definido, no Instituto de Estudos Superiores Militares, como “a capacidade, através do emprego ou da ameaça de emprego de forças terrestres, para ganhar, manter e explorar o controlo sobre o terreno, os recursos e população” (IESM, 2010, p. 19). Esta capacidade pode atingir diretamente resultados decisivos, mas na maioria dos casos estabelece apenas o cenário que torna possível a atuação de instrumentos não militares com vista a atingir uma paz estável e duradoura. Como materialização desta capacidade, o mesmo Instituto estabelece a necessidade de o Instrumento Militar Terrestre poder alcançar os seguintes fins:

- Impor a vontade sobre um adversário, recorrendo ao uso da força se for necessário (IESM, 2010, p. 19). Esta será porventura a competência básica dos Exércitos e a qual terá tido, ao longo da história, maior influência no desenho genético das forças. A derrota de um adversário não é um fim em si, mas apenas deve ser encarado como o ultrapassar de um obstáculo que se interpõe entre a força e o estabelecimento de um ambiente seguro.

- Estabelecer e manter um ambiente estável, criando condições para o desenvolvimento político e económico (IESM, 2010, p. 19). Basicamente, nesta competência pede-se ao Instrumento Militar Terrestre que crie e mantenha as condições de estabilidade, após ter criado as condições de segurança, para que os restantes instrumentos não militares possam intervir de forma a atingir a paz duradoura num determinado território ou região. Para além do indispensável ambiente de segurança, o Instrumento Militar Terrestre pode, igualmente, numa fase inicial e até à intervenção dos restantes instrumentos contribuir para a satisfação das necessidades críticas da população, seja através de ajuda humanitária, reconstrução de infraestruturas essenciais ou mesmo da ajuda à governação (IESM, 2010, p. 138).

- Após a ocorrência de acontecimentos catastróficos, naturais ou provocados pelo homem, restaurar as infraestruturas e restabelecer os serviços básicos (IESM, 2010, p. 19). Esta atividade vai contribuir diretamente para o ambiente estável, ao garantir a satisfação das necessidades da população.

- Apoiar e garantir uma base a partir da qual a força conjunta poderá influenciar e dominar as dimensões marítima e aérea (IESM, 2010, p. 19). Nesta situação, as forças terrestres serão apenas um apoio à aplicação do Instrumento Militar em situações específicas

que não requeiram a sua utilização de forma conjunta. No entanto, esta competência não é mais do que uma aplicação das duas primeiras com uma finalidade específica.

Com uma apresentação em termos de competências diferente da vigente no Instituto de Estudos Superiores Militares, para R. Smith (2006, pp. 320 - 321) “a força aparece como um instrumento útil que pode ser empregue em diversas situações, servindo para:

- Melhorar uma situação através, por exemplo, do estabelecimento de um cordão sanitário, sanções, controlo de fronteiras, isolamento;
- Compelir comportamentos ou deter uma ou as partes em litígio;
- Desorganizar estruturas, como a neutralização de fontes de financiamento, de fluxos de material, de liberdade de circulação e a negação de santuários;
- Destruir ou impor uma situação.”

Apesar da diferente apresentação conseguimos, nesta segunda abordagem, uma identificação das três primeiras finalidades vigentes na doutrina ensinada no Instituto de Estudos Superiores Militares, identificando-se desta forma a área de utilização do Instrumento Militar Terrestre.

Existem, no entanto, visões mais redutoras do Instrumento Militar Terrestre, como a de J. Jarkowsky¹¹ (2002, p. 2), que o define como a “capacidade e forças terrestres necessárias à condução de operações de forma sustentada contra um adversário no meio terrestre”. Dizemos, em nosso entender, mais redutor, por considerarmos, até pelas abordagens anteriores, que pelo menos para a competência de criar e manter um ambiente estável, através da garantia de segurança, o Instrumento Militar Terrestre necessita de, para além da derrota do adversário, incorporar a capacidade de controlar o terreno e garantir segurança à população nele inserida.

Sintetizando um possível conceito alargado de Instrumento Militar Terrestre, este terá de derrotar um adversário no ambiente terrestre, seja num confronto com forças regulares ou

¹¹ Tradução, no caso deste autor, de *Landpower* como Instrumento Militar Terrestre.

perante uma ameaça assimétrica¹². Para que seja atingida a finalidade de criar e manter um ambiente estável, principalmente através da segurança estabelecida, já que a estabilidade será atingida maioritariamente por instrumentos não militares, será necessária a capacidade de controlar terreno, mesmo que por longos períodos de tempo, e, talvez a tarefa mais difícil, garantir segurança à população.

Após a definição do entendimento de Instrumento Militar Terrestre impõe-se caracterizar os fatores que influenciam o emprego de forças terrestres, com ênfase no seu ambiente físico de atuação, o Ambiente Terrestre, bem como identificar as características intrínsecas desse mesmo emprego. Este passo é essencial para se ter uma imagem holística do Instrumento Militar Terrestre, antes da futura análise de casos de estudo.

O Instituto de Estudos Superiores Militares indica quatro fatores que influenciam o emprego das forças terrestres na atualidade:

- A necessidade de rapidamente projetar as forças.
- A necessidade de conduzir operações por períodos prolongados.
- A natureza do combate próximo¹³.
- A incerteza, o acaso, a fricção¹⁴ e a complexidade (IESM, 2010, p. 19).

A capacidade expedicionária¹⁵ e de condução de operações por períodos prolongados são exigências dos atuais conceitos de segurança e defesa dos Estados e alianças, que se

¹² Uma ameaça assimétrica significa que um dos lados não tem capacidade para enfrentar o seu adversário de forma convencional, usando as mesmas armas que ele, recorrendo assim a técnicas para contornar a superioridade do outro (IEEI, 2000). A ameaça assimétrica pode ser abordada segundo quatro áreas de reflexão: a utilização de capacidades tecnológicas de forma inesperada, empregando táticas não convencionais; a afetação do ciberespaço, desenvolvendo ações de Guerra de Informação e pondo em causa a segurança dos dados e da capacidade C2; o acesso e utilização de forma igualmente não convencional, das chamadas tecnologias militares de baixo custo; e por último, a eventual utilização de armas de destruição maciça (Ramalho, 2007).

¹³ A finalidade primária do combate próximo é o empenhamento do adversário, fazendo uso de uma variedade de meios com resultados que podem ir desde a destruição até à sua captura, com o objetivo de eliminar uma parte significativa do seu potencial de combate (Exército; 2005, p. B-7).

¹⁴ Conceitos inicialmente introduzidos por Clausewitz na sua obra “Da Guerra”. Especialmente o conceito de fricção (Clausewitz, 1780-1831, pp. 119 – 121), muito dependente do fator humano do Instrumento Militar Terrestre e da sua interação com o ambiente terrestre, foi descrito por R. Simpkin como sendo o contributo mais relevante de Clausewitz para o pensamento militar (Simpkin, 1985, p. 106). A fricção pode ser definida como a tendência para a entropia na aplicação da força durante as operações.

baseiam cada vez mais num modelo afastado, implicando que as forças militares sejam empregues em Teatros de Operações a grandes distâncias das suas fronteiras geográficas, por períodos prolongados e em ambientes diversificados. O atual Teatro de Operações do Afeganistão é apresentado como um dos exemplos deste conceito.

Muitos conflitos só são resolvidos quando se alteram as condições que lhe deram origem e este requisito, normalmente, requer tempo e intervenção de instrumentos não militares. Nesse sentido, as forças terrestres devem ter a capacidade para manter e sustentar as operações, durante o tempo necessário para garantir um ambiente seguro e estável, que em conjunto com outros instrumentos, permita atingir uma resolução duradoura do conflito. Dado o período alargado no tempo, as forças terrestres terão de fazer face a alterações, por vezes profundas, que ocorrerem no Ambiente Operacional onde decorre a campanha, o que requer uma capacidade de adaptação a diferentes tipos de ameaças e violência empregue.

De acordo com a doutrina do mesmo Instituto, um dos grandes desafios que as forças terrestres enfrentam atualmente é o equilíbrio da capacidade de resposta e agilidade expedicionária com a capacidade de resistência necessária para conduzir operações por períodos prolongados (IESM, 2010, p. 19).

O combate próximo é uma característica intrínseca e exclusiva das forças terrestres. O combate próximo é definido como o combate levado a cabo pelas unidades de manobra em contacto com um adversário. Sempre que uma força não consegue expulsar o adversário das posições que ocupa, ou obrigá-lo a render-se, as forças terrestres estreitam o combate para o destruir ou capturar. Assim, o resultado das batalhas e empenhamentos¹⁶ depende da capacidade das forças terrestres triunfarem no combate próximo. A manutenção da capacidade de vencer no combate próximo é, assim, indispensável e única nas operações terrestres, sendo, talvez, a forma de combate mais exigente (IESM, 2010, p. 20). Esta característica embora diretamente ligada a operações de combate de grande envergadura, continua essencial ao longo de todo o espectro da conflitualidade, quer numa perspetiva de estabelecimento de um ambiente seguro face a ameaças assimétricas, quer numa perspetiva de

¹⁵ A capacidade expedicionária é a capacidade para, rapidamente, projetar forças para qualquer ponto do globo. Para garantir esse objetivo as forças terrestres devem estar equipadas e treinadas para que, em tempo útil, possam estar a operar face à situação apresentada num qualquer Teatro de Operações.

¹⁶Um empenhamento é um pequeno combate de nível tático entre unidades de manobra, usualmente conduzido ao nível Brigada e inferior (OTAN; 2007: E-2-4).

dissuasão em cenários com menor grau de aplicação da força, como o exemplo de uma ajuda humanitária.

A incerteza, o acaso e a fricção são atributos que caracterizam as operações militares em geral e, sobretudo, as que implicam combate. As características do ambiente terrestre potenciam ainda mais estes fatores para as forças terrestres. Imponderáveis como condições meteorológicas adversas, o caos e a confusão da batalha, a complexidade, a falta de informações precisas, erros de entendimento e planeamento, cansaço, confusão, um adversário adaptável e inteligente, o terreno complexo, a presença de população civil, estão fora do controlo dos comandantes e são algumas das causas da complexidade das operações das forças terrestres. (IESM, 2010, pp. 21 - 22)

Em relação ao Ambiente Terrestre, R. Simpkin, em 1985, na obra *Race to the Swift*, caracterizava o ambiente físico de atuação das forças terrestres, o terreno, de forma a poder depois avançar para a descrição do fenómeno da guerra. R. Simpkin (1985, pp. 57 - 58) descreve o terreno como sendo o meio natural do ser humano o que, em simultâneo, o transforma no meio mais complexo. Para R. Simpkin existem três características, diretamente influenciadas pelo ambiente físico, que distinguem as operações no meio terrestre:

- As operações terrestres preocupam-se, essencialmente, com a posse ou controlo de parcelas de terreno, incluindo a população que é parte integrante do mesmo. Este facto evidenciado por R. Simpkin está relacionado com a importância política do território para os atores estatais. Para os atores não-estatais o território é também de importância vital, não na dimensão física do terreno, mas em relação à população nele inserida, garante da sua liberdade de ação.

- No meio terrestre o homem pode escolher o seu grau de dependência das máquinas na forma de combater. Este facto torna possível, no Ambiente Terrestre, um ator menos tecnológico mitigar a sua desvantagem, recorrendo, por exemplo, a terrenos complexos como as áreas urbanas.

- O meio terrestre varia de forma complexa em relação à dimensão espaço. Esta variação referida por R. Simpkin, em relação à diversa tipologia de relevo, ao clima ou até à densidade populacional, implica que não se possa estabelecer uma relação direta entre unidade de dimensão territorial e volume de forças terrestres.

Para R. Simpkin (1985, pp. 74 - 77) o ambiente físico terrestre tem, ainda, um impacto diferenciado a cada nível da guerra. Ligado às operações no meio terrestre está, então, o valor do terreno aos diferentes níveis da guerra. Ao nível tático e operacional o valor do terreno elevado decresce com a capacidade e evolução dos fogos, enquanto os terrenos restritivos, ou

complexos, como o urbano favorecem o defensor. Ao nível estratégico o terreno deve ser analisado pelo seu valor político e económico. Pensamos que, sempre que a população seja um fator primordial no conflito e se procura estabelecer um ambiente seguro e estável, o valor político e económico do terreno também deve ser analisado nos níveis operacional e tático.

Christopher Tuck (2008, pp. 67 -69), na obra *Understanding Modern Warfare*, apresenta quatro principais atributos do ambiente terrestre: a importância política, a variedade, a fricção e a opacidade, que podem ser considerados como uma excelente síntese do meio físico de atuação do Instrumento Militar Terrestre.

Na importância política, refere que no meio terrestre, sendo o único habitado pelo homem, o controlo do território, apenas possível com forças terrestres, é de importância vital para os atores estatais. No nosso ponto de vista, dado que a população é o garante da liberdade de ação para quem atue de forma irregular, o controlo do território, não na sua dimensão física, mas em relação à população nele inserida, é também essencial para os atores não estatais.

A variedade representa a complexidade do ambiente terrestre, dado o impacto da tipologia de terreno, população e clima na condução das operações.

A fricção representa o atrito adicional do meio terrestre, em relação à já inerente fricção das operações militares, em áreas como o movimento e impacto no ser humano.

A opacidade descreve a capacidade do meio terrestre em oferecer cobertos e abrigos, os quais funcionam como redutores das capacidades tecnológicas dos fogos e obtenção de informação. A população, como parte do meio terrestre pode também ser usada como coberto e abrigo, complementando a opacidade do meio físico.

Após a análise dos atributos do ambiente terrestre, C. Tuck (2008, pp. 69 -71) apresenta o mesmo raciocínio para as forças terrestres. Para o autor, os atributos destas forças são a complexidade, a versatilidade, a persistência e a capacidade de decisão.

A complexidade tem duas dimensões. A primeira advém da quantidade de partes em movimento de uma força terrestre, da sua dependência do fator humano e da tendência para a dispersão¹⁷. A segunda dimensão é dada pela multiplicidade funcional das suas partes, dentro da manobra, apoio de combate e de serviços. Embora esta multiplicidade seja uma necessidade para a eficácia das forças, ela aumenta a fricção ao nível de funções como o C2.

A versatilidade é o contraponto da complexidade. A dependência do fator humano e a

¹⁷ A dispersão é usada para tirar partido do terreno em termos de ocultação, para mitigar a eficácia dos fogos do adversário, ou para controlar fisicamente o terreno.

multiplicidade funcional dão às forças terrestres a capacidade de adaptação, uma menor dependência da tecnologia e a melhor aptidão para operar ao longo de todo o espectro das operações militares.

A persistência designa a capacidade das forças terrestres ocuparem uma posição por longos períodos de tempo. Esta capacidade está ligada ao atributo da importância política do ambiente terrestre.

A capacidade de decisão representa, por um lado a singularidade das forças terrestres na capacidade de derrota física de outras forças terrestres, mas também na combinação da persistência com a importância política do ambiente terrestre, já que só as forças terrestres conseguem controlar um espaço físico e interagir com a população.

Definido o Instrumento Militar Terrestre e a importância e principais características da sua interação com o Ambiente Terrestre, passaremos à taxonomia do tipo de atuação das forças terrestres, a tipologia das operações, e ao seu enquadramento no espectro da conflitualidade.

b. Espectro das Operações

O espectro da conflitualidade representa o pano de fundo das operações militares. Concretamente para o nosso estudo representa o grau de violência do ambiente onde as forças terrestres atuam. Este espectro, por nós definido, foi conjugado com a tipologia das operações, de forma a enquadrar cada tipo de operação no seu contexto de violência mais provável, criando, assim, o espectro das operações militares.

O espectro da conflitualidade tem a sua extremidade não violenta representada pela paz estável. Esta paz é caracterizada pela “ausência de emprego do Instrumento Militar e pela predominância das relações de cooperação, ou acomodação, entre os atores internacionais. As relações poderão conter fatores de competição, mas o recurso à violência armada é posta de parte” (TRADOC, 2011, p. 2-1). Claro que o não emprego do Instrumento Militar na paz estável não exclui o apoio no restaurar infraestruturas ou restabelecer os serviços básicos após a ocorrência de acontecimentos catastróficos, já que não está presente o recurso à força, ou a ameaça de o fazer.

Antes de avançar no espectro para além da paz, pensamos ser pertinente esclarecer o nosso entendimento do conceito de guerra, sendo que, quanto a nós, o grande problema na definição do conceito reside na sua delimitação, ou seja, onde colocar o limiar que o distingue

de outras formas de violência. O entendimento do conceito de guerra será depois o ponto de partida para a continuarmos a estruturar o espectro da conflitualidade.

Segundo Proença Garcia (2010, pp. 37 - 38) “na aceção mais tradicional, alguns aspetos contribuem para singularizar determinadas manifestações de violência como guerra, nomeadamente: o facto de ser um conflito travado entre grupos políticos, especialmente Estados soberanos; em segundo lugar, o recorrer a forças armadas e, como último elemento, a sua considerável magnitude e considerável período de tempo em que se desenvolve”. No entanto, o autor afirma que a abordagem tradicional poderá ter perdido, na atualidade, uma certa ligação com a realidade. Na sequência, P. Garcia (2010, p. 38) declara que “tal como foi enunciada, a caracterização vestefaliana de guerra tem atualmente duvidosa operacionalidade, senão em todos os lugares pelo menos em determinadas zonas do mundo e tempos históricos”. O autor continua o seu argumento referindo que “primeiro, há que realçar que a violência global extravasa em muito o fenómeno da guerra na aceção proposta, encontrando-se num processo de franca difusão no planeta. Por isso, há lugar para reequacionar o limiar da guerra – a barreira que a separa de outras manifestações políticas de violência – uma vez que parecem existir novas tipificações de guerra que importa considerar e que apontam para uma dissolução da distinção entre forças armadas/população civil, guerra/crime internacional/terrorismo e ainda a aparente desvinculação estatal e desterritorialização da luta” (Garcia, 2010, p. 38).

Outra forma de classificação de duvidosa aplicabilidade para P. Garcia, principalmente na atualidade, é relacionar os efeitos, em termos de baixas, das manifestações violentas com o conceito de guerra. Para o autor “nas atuais circunstâncias, o critério, muito utilizado neste tipo de investigação de apenas considerar guerras que envolvam pelo menos 1000 militares mortos em combate cada ano, é de duvidosa utilidade uma vez que muitas guerras irregulares não atingem estes valores e podem existir, inclusive, parâmetros mais interessantes para coligir os dados” (Garcia, 2010, p. 51).

Na sequência dos seus argumentos, P. Garcia propõe o seu conceito, suficientemente lato para que tenha aplicabilidade e utilidade na atualidade – “a guerra como a violência armada e sangrenta, entre grupos organizados, que cria e se desenvolve num ambiente hostil, inerentemente incerto, evolutivo, tendo como finalidade mais evidente o acesso ao, ou a manutenção do, poder” (Garcia, 2010, p. 63).

Cabral Couto tinha anteriormente proposto um conceito algo similar mas em que o recurso efetivo à violência é substituído pela ameaça de o fazer. Para o autor a guerra é entendida como a “violência organizada entre grupos políticos, em que o recurso à luta

armada constitui, pelo menos, uma possibilidade potencial, visando um determinado fim político, dirigida contra as fontes de poder do adversário e desenrolando-se segundo um jogo contínuo de probabilidades e azares” (Couto, 1987, p. 148).

Um conceito, também mais abrangente no uso da força ou sua ameaça, podendo incluir conceitos como a guerra fria¹⁸, foi também explicitado na doutrina do Exército português em 1987. A guerra era definida como um “ato de violência organizada entre estados, quási-estados ou coligações, em que o recurso à luta armada constitui, pelo menos, possibilidade potencial, visando um determinado fim político, em que cada um dos adversários procura obrigar o outro a submeter-se à sua vontade, ou seja, capitular” (Exército, 1987, p. 2). No entanto, os atores subjacentes neste conceito tornam-no restritivo na atualidade, excluindo, entre outros, movimentos subversivos. A questão da relação do uso da força e do conceito de guerra é também explicitado. O emprego de cada uma das formas de coação, com exceção da coação militar, não pode ser considerado como um ato de guerra, salvo se a ameaça do emprego da força militar estiver subjacente à resolução do conflito (Exército, 1987, p. 2).

Outras definições têm como cerne a distinção entre conflito armado e guerra. Tendem a focar-se na escala e grau de violência empregue, sugerindo que a guerra está ligada a um grande número de combatentes, elevado número de baixas e, ou, combates de alta intensidade. (Speller, Tuck, 2008: p. 1). Estas definições, ao colocarem fasquias numéricas, poderão ser encaradas como demasiado simplistas e pouco úteis para o estudo do fenómeno da guerra que encare variáveis sociais, económicas, culturais, ou outras.

O aspeto legal é também um dos focos de algumas abordagens ao conceito de guerra. São definições que se focam em fatores legais, identificando a guerra como um estado legal que regula os conflitos armados entre grupos, normalmente Estados (Speller, Tuck, 2008, pp. 1 - 2). O foco no aspeto legal, com incidência na lei internacional, não deixa de refletir em certa medida uma visão convencional do fenómeno, correndo o risco de excluir a violência com fins políticos praticada por grupos não-estatais. Ou seja, apesar de coerentes, estas definições podem tornar-se demasiado restritivas.

Independentemente do tipo de abordagem e do seu foco na delimitação do conceito de guerra, para este estudo importa referir que o emprego da força na forma de violência armada

¹⁸ “A expressão guerra fria foi divulgada pelo jornalista Walter Lippmann, mas terá sido utilizada pela primeira vez pelo conselheiro económico do Presidente Roosevelt, Bernard Barauch. Inclui a gama de ações em que são utilizadas todas as formas de coação, política, económica e psicológica, sendo que a coação militar está presente apenas como potencial” (Garcia, 2010, p. 64).

deve estar presente. Outro fator será o da organização presente no grupo que empregue a força, bem como o seu móbil político, seja pela tomada do poder, pela sua conservação, ou pela simples manutenção de um *status quo* que favoreça os seus interesses. Apesar do presente estudo se focalizar nos atores Estado, o seu emprego da força poderá, assim, sofrer oposição de atores estatais e não-estatais. É nesta ótica que, para o presente estudo, consideramos útil um conceito bastante abrangente, como o apresentado por Hedley Bull (*apud* Gray, 2006b), p. 185), definindo o fenómeno da guerra como “a violência organizada entre grupos políticos”. Esta violência recorre à luta armada e visa atingir um fim político, seja ele, como já referido, a conquista do poder, a sua conservação, ou a manutenção de uma situação vigente, em que os interesses do grupo são salvaguardados independentemente da ascensão ao poder¹⁹.

Avançando, agora, no espectro da conflitualidade, para além da paz, temos a zona da crise, que Loureiro dos Santos (1983, p. 101) define como “uma perturbação no fluir normal das relações entre dois ou mais atores da cena internacional com alta probabilidade do emprego da força”. Este patamar, apesar de não contemplar o uso da força, ou seja a violência armada, entre atores, implica, em diversos casos, a utilização do Instrumento Militar como uma das formas de prevenção de escalada da situação. Para o presente estudo importa também ampliar o conceito de Loureiro dos Santos no que diz respeito aos atores, pois considerar também os atores meramente regionais ou mesmo locais para o conceito de crise parece-nos pertinente para a perspetiva da aplicação do Instrumento Militar.

Quando a violência armada passa a realidade, entramos no conceito de guerra limitada, como limite inferior do uso da força. C. Couto (1987, p. 159) define este patamar da conflitualidade quando “uma potência, ainda que poderosa, está inibida de lançar mão de todos os seus recursos por razões morais, políticas ou mesmo estratégicas”. Esta limitação da guerra pode ser dada por, para além da limitação no uso de recursos, ou instrumentos de poder, pela limitação em termos geográficos ou de objetivos. Outra característica do conceito de guerra limitada é a ausência de uma relação biunívoca. Um ator pode estar a conduzir uma guerra limitada, enquanto um seu oponente pode estar perante objetivos vitais e, como tal, estar a conduzir uma guerra ilimitada. Este facto é confirmado pela afirmação de R. Cassidy (2008, p. 11) sobre muitas das situações de guerra irregular, em que para o autor “quando uma potência militar confronta um ator notoriamente inferior, estamos normalmente perante um

¹⁹ São exemplos deste objetivo os grupos terroristas que beneficiam do caos vivido num Estado falhado, onde, devido à ausência de lei e ordem, obtêm grande liberdade de movimentos.

paradoxo estratégico, já que quem tem meios quase ilimitados, quando comparados, têm normalmente objetivos limitados. O inverso é normalmente verdade para o ator mais fraco”.

Por oposição ao conceito de guerra limitada, a guerra ilimitada “é um conflito armado entre atores que empregam neste a totalidade dos seus recursos. Normalmente a sobrevivência desses atores está em jogo” (TRADOC, 2011, p. 2-2). Este patamar do emprego da violência e de todos os recursos disponíveis dum ator, ligado a objetivos vitais, ou no mínimo importantes, tal como a guerra limitada, e por simples lógica, não tem uma relação biunívoca entre os atores em confronto.

Quando a forma de coação militar é aplicada de forma efetiva, a violência armada pode ter diversas manifestações, pelo que consideramos ser importante explicitar os conceitos de guerra regular e irregular. Embora esta divisão não se aplique diretamente ao espectro até aqui descrito, estando mais ligada à forma de conduzir a guerra, a sua caracterização é imprescindível para o cabal entendimento da análise do Instrumento Militar Terrestre que se segue.

Uma primeira distinção que se pode adotar é relativa aos atores que recorrem à força. Segundo C. Gray (2006a), p. 168) a guerra regular engloba os confrontos entre atores estatais, através do emprego dos seus respetivos Instrumentos Militares, enquanto a irregular engloba as interações entre as forças armadas de atores estatais e quaisquer outras entidades não-estatais, sejam estrangeiras ou domésticas. Tal como o próprio autor, consideramos esta divisão insuficiente. Em primeiro lugar existe a possibilidade de Estados conduzirem uma guerra irregular, como resposta a uma assimetria no Instrumento Militar, sendo, também, possível o recurso à guerra regular por um ator não estatal, como na última fase da guerra subversiva descrita por Mao Tse Tung. Outro facto de discórdia com a definição original é a possibilidade de combinação simultânea das duas formas de condução da guerra pelo mesmo ator, “a guerra regular entre Estados tem, muitas vezes, incluído atividade militar irregular” (Gray, 2006a), p. 199). Pensamos ser útil adicionar ao conceito de guerra irregular apresentado a ideia de que a guerra irregular está associada a uma aproximação indireta na conduta da guerra e a uma procura de assimetria em relação ao oponente no emprego do Instrumento Militar. Esta assimetria leva à adoção de técnicas de atuação como a guerrilha ou o terrorismo.

Outro fator importante sobre a guerra irregular reside no facto de quem a conduz, atuando assimetricamente, procura criar efeitos estratégicos através das suas ações ao mais baixo escalão tático (Thornton, 2007, p. 10). Daqui decorre a necessidade de vencer ao nível da campanha, para quem combate este tipo de ameaça, tentando eliminar as causas de raiz ou

os pré-requisitos existentes para a condução de uma guerra irregular, especialmente as que recorrem à subversão, e não recorrendo, pelo menos de forma exclusiva, à destruição, ao nível tático, da ameaça. Como manifestação do palco estratégico das ações táticas para quem conduz uma guerra irregular temos o facto de as armas da ameaça assimétrica não serem apenas as espingardas mas também a minicâmara, o vídeo, a televisão e a internet (Thornton, 2007, p 10).

Como último ponto da distinção entre guerra irregular e regular é necessário compreender que estas duas manifestações cabem de igual forma nos conceitos de guerra limitada e ilimitada, principalmente devido à já referida ausência de relação biunívoca entre atores. Um ator que recorre à guerra regular pode fazê-lo tanto numa guerra limitada como ilimitada. O mesmo se aplica à guerra irregular.

Recordando que o Instrumento Militar Terrestre deve ter como competências centrais o impor a vontade sobre um adversário, estabelecer e manter um ambiente estável e, após a ocorrência de acontecimentos catastróficos, naturais ou provocados pelo homem, restaurar as infraestruturas e restabelecer os serviços básicos, resta agora enquadrar estas atividades no espectro da conflitualidade.

As forças terrestres conduzem operações que se enquadram em três grandes blocos, as operações defensivas, ofensivas e de estabilização²⁰. Esta tipologia de operações é, normalmente, conduzida em simultâneo (IESM, 2010, p. 38). As diferentes combinações dos tipos de operações e a sua primazia sobre outros caracterizam cada campanha ou operação de grande envergadura²¹ (IESM, 2010, p. 44). Ou seja, por exemplo, o peso de cada um dos tipos de operações será diferente numa operação de imposição de paz quando comparada com uma

²⁰ Excluimos para este estudo o emprego interno, no próprio território, das forças terrestres em apoio às autoridades civis.

²¹ Série de ações táticas (batalhas e empenhamentos) conduzida por várias forças de combate, de um ou vários ramos, coordenadas no espaço e tempo para cumprir objetivos operacionais ou estratégicos (Exército; 2005, p. B-8).

operação de assistência humanitária²². O peso de cada um dos tipos de operação vai, também variar com o desenrolar de cada campanha.

As operações ofensivas e defensivas são levadas a cabo para impor a vontade sobre um adversário. A execução de operações de estabilização serve para interagir com a população, com outras agências e autoridades civis (IESM, 2010, p. 39).

Detalhando as operações de estabilização, estas compreendem o conjunto de missões, tarefas e atividades de natureza tática, conduzidas fora do território nacional e em coordenação com outras entidades e atores, destinadas a manter ou a restabelecer um ambiente seguro e estável, a proporcionar serviços de governação essenciais, a reconstruir infraestruturas em situações de emergência e a prestar ajuda humanitária. As operações de estabilização ocorrem em apoio a uma nação hospedeira, a um governo provisório ou quando não exista uma autoridade local instituída. Incluem ações de cooperação e ações coercivas (IESM, 2010, p. 138).

A figura 1 representa a distribuição da tipologia das operações pelo espectro da conflitualidade. A sobreposição dos tipos de operações corresponde à própria ambiguidade das áreas de fronteira do espectro da conflitualidade, bem como à sua volatilidade, podendo saltar o grau de violência, num dado momento, de um patamar para outro não contíguo.

²² Em cada campanha o Instrumento Militar é empregue num cenário específico. A atual doutrina ensinada no Instituto de Estudos Superiores Militares preconiza cinco grandes grupos de temas de campanhas. O empenhamento em tempo de paz, a intervenção limitada, incluindo operações como a evacuação de não combatentes ou a assistência humanitária, as operações de apoio à paz, a guerra irregular, incluindo, entre outros, a assistência à defesa interna de países terceiros, o apoio à subversão ou a contrassubversão e, por fim as operações de combate de grande envergadura (IESM, 2010, pp. 27 - 29).

Antes de abordarmos o emprego de forças terrestres, mantendo como cenário de atuação o espectro das operações militares aqui descrito, iremos, no próximo capítulo, explicitar as variáveis segundo as quais vamos analisar a aplicação real do Instrumento Militar Terrestre dos atores escolhidos, ou seja, definir o modelo de análise utilizado.

2. Modelo de Análise

A Questão Central do nosso estudo – “Tendo em conta a evolução do Instrumento Militar Terrestre desde o fim da 2ª Guerra Mundial, como é que este se prospecta face às tendências de evolução da conflitualidade e do Ambiente Operacional contemporâneo?” – implicou que a investigação partisse da análise de casos particulares materializados, neste estudo, nos três atores escolhidos.

A análise individualizada de cada um dos atores foi o estágio inicial na determinação dos pontos de convergência e divergência na evolução dos respetivos Instrumentos Militares Terrestres. Só após esta comparação procurámos estabelecer os padrões de continuidade e descontinuidade das características do Instrumento Militar Terrestre, com o intuito de elaborar uma antevisão do seu futuro.

Para estudarmos a evolução do Instrumento Militar Terrestre houve necessidade de criar um modelo de análise do emprego das forças terrestres. Após uma pesquisa sobre o estado da arte nesta área, estabelecemos as variáveis que consideramos mais pertinentes para o referido modelo de análise, procurando ser abrangentes e abordar em simultâneo as características intrínsecas do emprego de forças terrestres e o seu contributo para a aplicação do Instrumento Militar.

Na dimensão intrínseca do Instrumento Militar Terrestre, as variáveis escolhidas agrupam-se em três conjuntos: o emprego da força, as capacidades das forças terrestres e a sua doutrina. Dentro do emprego da força seleccionámos o balanceamento entre fogo, ou crença na tecnologia a eles associada, e a manobra. Nas capacidades analisamos a projeção e na doutrina, os níveis da guerra adotados e o tipo de aproximação às operações, *manoverista* ou *atricionista*. Na dimensão extrínseca, o papel e respetiva importância relativa do Instrumento Militar Terrestre foram as variáveis escolhidas. Este conjunto de variáveis representa, no nosso ponto de vista, a continuidade do pensamento da Escola Continental sobre o emprego de forças terrestres.

a. Dimensão intrínseca

(1) Emprego da força

No emprego de forças terrestres procura-se aplicar o seu potencial de combate para atingir os efeitos desejados, de acordo com o estado final pretendido. Os elementos do potencial de combate consistem em seis funções de combate, sincronizadas de forma sinérgica

pela liderança e potenciadas pela informação²³ (TRADOC, 2011, p. 4-1). Para o nosso modelo de análise selecionámos as funções de combate manobra²⁴ e fogos, de forma a analisar como se tem efetuado o seu balanceamento.

A manobra visa alcançar uma posição de vantagem em relação ao adversário. Para além do movimento, o fogo direto é-lhe um elemento inerente (IESM, 2010, p.50). “A manobra causa, essencialmente, efeitos físicos embora possa, também, causar efeitos morais como a incerteza, a confusão e a paralisia” (Exército, 2005, p. Parte III 2-1).

Adotámos, como conceito de fogos, o “conjunto de sistemas e tarefas relacionadas com a aplicação dos fogos indiretos terrestres, dos fogos conjuntos²⁵ e da guerra de comando e controlo²⁶, incluindo fogos não letais, através do processo de *targeting*²⁷. Inclui as tarefas associadas à integração e sincronização dos efeitos dos fogos e da guerra de C2 com o efeito das restantes funções de combate, bem como a integração no conceito de operações e posterior ajustamento de acordo com o processo de *targeting*. Os fogos contribuem para a manobra, embora os comandantes os possam usar de forma decisiva” (TRADOC, 2008, p. 4-4). Como se depreende do conceito apresentado, os fogos têm de ser analisados numa perspetiva de apoio conjunto às forças terrestres, e não apenas no apoio dos seus meios orgânicos, ou seja não é possível nesta variável dissociar o apoio das componentes naval e aérea à sua congénere terrestre. Para o presente estudo, são excluídos do conceito de fogos os nucleares de nível estratégico. Esta opção deve-se à total alteração do modelo de emprego da força, principalmente no Ambiente Terrestre, numa guerra ilimitada em que pelo menos um

²³ Esta organização do potencial de combate também está patente na Doutrina do Instituto de Estudos Superiores Militares (IESM, 2010, pp. 47 - 49).

²⁴ O nome correto desta função de combate é movimento e manobra, mas que neste estudo, por questões de simplicidade, referiremos como simplesmente manobra.

²⁵ Fogos que têm origem nas diversas componentes, aérea, naval e terrestre, do Instrumento Militar, mas cujo efeito de produz no Ambiente Terrestre.

²⁶ Atividade focalizada na capacidade de C2 do adversário e no ciclo de decisão que lhe está associado enquanto protege a capacidade de C2 amiga. As ações ofensivas, envolvem o uso integrado de todas as capacidades militares incluindo operações de segurança, decepção, operações psicológicas, guerra eletrónica e destruição física, apoiadas por todas as fontes de informações e Sistemas de Informação e Comunicações para negar informações ao adversário, influenciá-lo e degradar ou destruir a sua capacidade de C2 (Exército; 2005, p. 1-5).

²⁷ Processo de seleção de alvos e de adequação da resposta em relação aos mesmos, tendo em conta requisitos operacionais e capacidades disponíveis (OTAN, 2007, p. 2-T3).

dos atores recorre ao uso de armas nucleares estratégicas.

Segundo R. Scales (2004, pp. 30 - 31), a evolução do Instrumento Militar Terrestre está no balanceamento simultâneo de desafios nos três níveis da guerra. Ao nível estratégico o impulso de chegar rápido tem que ser refreado pela necessidade de potencial de combate no início de uma campanha ou operação. Ao nível operacional a tendência para desenhar forças baseadas no domínio pelo poder de fogo tem que ser jogada com a necessidade de forças de manobra suficientes para transformar em duradouros os efeitos produzidos pelo fogo. Ao nível tático a propensão de culminar a batalha tática através da destruição do adversário pelo assalto tem que ser balanceada pelo facto de que a aceitação de baixas está relacionada com o estado final estratégico pretendido.

Ao nível operacional, ou seja das campanhas, o autor refere que a procura do balanceamento entre a manobra e o fogo é tão antiga como a própria guerra. O fogo é definido como o conjunto dos efeitos letais e psicológicos criados por meios lançados à distância. Como o fogo não consegue manter a posse do terreno, Robert Scales afirma que os seus efeitos são apenas transitórios. No entanto, o fogo é intimidador ao nível psicológico e pode causar a confusão no adversário, conseguindo mesmo interromper o seu ritmo das operações e causar a sua paralisia espacial (Scales, 2004, p. 45).

No prato oposto da balança, a manobra proporciona a capacidade de uma parte estabelecer uma posição de vantagem em relação à outra. Uma força que manobra procura explorar a paralisia temporária do adversário, principalmente devido ao efeito dos fogos. Uma das partes considera-se que foi derrotada pela manobra quando é colocado numa situação de isolamento em que perde a capacidade de influenciar a batalha. Para Scales, este contendor fica perante duas alternativas, assumir a derrota ou enfrentar a possibilidade de aniquilação (Scales, 2004, p. 46).

A manobra e o fogo têm que ser orquestrados e aplicados de forma equilibrada para se obter o sucesso ao nível operacional. Ambos são necessários e complementares, mas em simultâneo têm competido pela primazia no campo de batalha. Quando a capacidade de manobrar no campo de batalha é superior à capacidade do fogo em a contrariar, esta torna-se dominante. No inverso, sempre que a letalidade do fogo torna a zona que separa as forças de manobra demasiado mortífera para ser atravessada, o fogo passa a ser dominante e o campo de batalha mais estático (Scales, 2004, p. 46).

Para R. Scales (2004, pp. 30 - 31) o balanceamento entre o fogo e a manobra é, como referimos, um dos desafios que tem moldado a evolução do Instrumento Militar Terrestre ao nível operacional. A procura de soluções para quebrar os impasses do campo de batalha

dominado pelo fogo, ou no lado oposto, na tentativa de resolução das campanhas pela superioridade avassaladora do fogo, tem-se dado ao nível dos avanços tecnológicos, das doutrinas e da postura das forças no campo de batalha, em termos de concentração ou dispersão. No estudo da evolução do Instrumento Militar Terrestre interessa analisar as duas funções de combate em paralelo, procurando identificar como cada ator resolveu o dilema do seu balanceamento, ou se pelo contrário existe uma tendência de atribuir a primazia a uma delas.

(2) Capacidades

Na área das capacidades analisámos a projeção. Para explicitarmos esta variável, traçámos um percurso concetual a partir da noção de mobilidade.

O *Joint Publication 1-02, Department of Defense Dictionary of Military and Associated Terms*, das Forças Armadas dos EUA, define mobilidade como “a qualidade ou capacidade de uma força que lhe permite deslocar-se de um local para outro, mantendo a aptidão para cumprir a sua missão” (JCS, 2009, p. 352). Esta definição conduz à divisão do conceito de mobilidade em três dimensões correspondentes aos níveis da guerra: mobilidade estratégica, operacional e tática. A mobilidade estratégica, com interesse direto para a construção do conceito de projeção, é definida na mesma publicação como “a capacidade de deslocar e sustentar forças militares em apoio da Estratégia nacional” (JCS, 2009, p. 519).

Para chegarmos à operacionalização da variável projeção, não nos basta a capacidade da mobilidade estratégica em deslocar e sustentar. No desafio tempo *versus* risco²⁸, que, como referimos, para R. Scales (2003, p. 33) molda a evolução do Instrumento Militar Terrestre ao nível estratégico, existe a necessidade de credibilidade da força terrestre face à ameaça. Para tal, definimos a projeção como a conjugação dos conceitos de mobilidade estratégica e de valor combativo de uma força, este último introduzido por R. Simpkin na sua obra *Race to the Swift*. R. Simpkin (1985, pp. 80 - 81) inicia introduzindo o conceito de massa utilizável, ou

²⁸ O dilema coloca-se na escolha entre a velocidade de intervenção das forças projetáveis por via aérea, capazes de poder resolver uma situação *preemptivamente*, e o risco corrido pela projeção de forças ligeiras, incapazes de lidar com um adversário composto por forças mais pesadas. O balanceamento tempo versus risco pretende encontrar o equilíbrio necessário para estruturar uma força com a capacidade suficiente de provocar o colapso do adversário como sistema e de, simultaneamente, ser passível de ser projetada rapidamente para que se possa aspirar a atingir a preempção. Outro aspeto do desafio centra-se em negar ao adversário a vantagem do tempo, impossibilitando a sua capacidade de aprendizagem e adaptação.

seja, a massa de uma força não como valor absoluto, mas variável conforme a capacidade do meio físico onde é aplicada. A partir deste conceito, R. Simpkin (1985, pp. 81 - 83) define o potencial de combate físico por unidade de massa, sendo o potencial de combate físico a associação de três elementos: os fogos²⁹, a capacidade de transferir energia para o adversário; a proteção, a capacidade de evitar ou absorver a energia; e a mobilidade, o meio de se posicionar para aplicar os fogos ou favorecer a proteção. Este fator conduz à conclusão de que o jogo entre os fatores do potencial pode ser enganador em relação à real utilidade do potencial de combate. Poderemos ter uma força com um elevado potencial de combate físico por unidade de massa, proveniente de uma excelente mobilidade, mas que, sem a proteção e fogos adequados, poderá ter pouca aplicabilidade ao longo do espectro das operações militares. Como tal, a utilidade do potencial de combate físico por unidade de massa não deve ser assente no seu valor absoluto, mas sim no correto balanceamento dos três fatores.

Associado ao conceito de potencial de combate físico, R. Simpkin (1985, p. 95) apresenta o valor físico da manobra. A par dos fogos, mobilidade e proteção do potencial de combate físico, o valor físico da manobra é um dos parâmetros de uma força. A quantificação deste parâmetro é dada pelo produto da massa pelo *ritmo*³⁰. Nos extremos deste conceito, uma força com baixo valor de massa, que dependa do seu *ritmo* para ter um valor físico da manobra elevado, poderá correr sérios riscos nas situações de atrição, uma com grande valor de massa, mas incapaz de alcançar um ritmo elevado, pode ter grandes dificuldades de adaptação às constates mudanças de situação em operações. Deste ponto, R. Simpkin (1985, pp. 134 - 135) passa para o conceito dos limites da massa. No limite superior coloca a quantidade de massa a partir da qual começa a ser prejudicial para a manutenção do *ritmo* e capacidade de concentração. No limite inferior surge a quantidade mínima de massa necessária para que uma força represente ameaça e se possa comportar como um sistema adaptativo face a variáveis externas. A conjugação e balanceamento do potencial de combate físico e do valor físico da manobra resultam no valor combativo de uma força.

Partindo desta relação de complementaridade, podemos definir projeção como sendo a capacidade de deslocar e sustentar uma força, capaz de obter a iniciativa, para um qualquer Teatro de Operações. Para que a iniciativa seja obtida e mantida, de preferência antes que o adversário esteja pronto, ou tenha capacidade de deteriorar a situação, é necessário que a força

²⁹ Aqui, o conceito de fogos, ao contrário do definido na variável dentro do emprego da força, abrange fogos diretos e indiretos.

³⁰ O *ritmo* apresentado como sendo a divisão da distância percorrida e a duração da operação, desde a receção de ordens até ao cumprimento da missão.

tenha um elevado valor combativo. É na forma como cada ator foi adaptando as suas forças terrestres neste jogo entre tempo necessário para deslocar e valor combativo de uma força, que o nosso estudo da evolução do Instrumento Militar Terrestre assenta quanto à variável projeção.

(3) Doutrina

Nos níveis da guerra, atualmente definidos como três, o estratégico, o operacional e o tático, pretendemos avaliar a evolução da sua adoção nas doutrinas dos três atores em análise. Embora esta divisão em níveis da guerra não diga respeito singular às forças terrestres, a sua classificação mantém o seu sentido em relação ao Instrumento Militar Terrestre, dentro do paradigma da atuação conjunta do Instrumento Militar.

O nível estratégico é o “nível da guerra no qual as nações determinam os objetivos nacionais, ou multinacionais, e aplicam os seus instrumentos de poder, incluindo o militar” (OTAN, 2007, p. 2-S13).

O nível operacional é “o nível da guerra no qual as campanhas e operações de grande envergadura são planeadas, conduzidas e sustentadas para que se atinjam os objetivos estratégicos num Teatro de Operações” (OTAN, 2007, p. 2-O3). “O nível operacional liga a Tática e a Estratégia, ao estabelecer objetivos operacionais necessários para que se atinjam os objetivos estratégicos. As atividades neste nível têm implícita uma dimensão mais alargada de tempo e espaço que o nível tático, assegurando que o sucesso tático é explorado de forma a atingir os objetivos estratégicos” (JCS, 2008, p. GL – 22).

O nível tático é “o nível da guerra no qual as batalhas e empenhamentos são planeados e executados para atingir os objetivos militares atribuídos às unidades táticas ” (OTAN, 2007, p. 2-T2).

A segunda variável na área da doutrina é o tipo de abordagem à condução das operações, ou seja, uma aproximação *atricionista* ou *manoverista*.

Para definirmos cada uma das abordagens recorremos, uma vez mais, a R. Simpkin (1985, pp. 19 - 23) e às suas definições de ambos os conceitos. Para este autor a abordagem *atricionista* é uma forma de combate que procura a vitória pela quantidade de baixas humanas e materiais causadas ao adversário. A abordagem *manoverista* é definida como a procura do oportunismo e da exploração dos erros forçados e não forçados do adversário, visando abalar a sua coesão como um sistema, pela aplicação de ações rápidas, focadas e com surpresa.

Para R. Leohnhard (1991, pp. 19 - 20) a aplicação máxima de uma abordagem *manoverista* seria a preempção³¹ da intenção adversária, neutralizando-a antes do combate. Quando a preempção não é possível, procura-se a deslocalização³², tornando irrelevante o forte do adversário. Em último caso, a abordagem *manoverista* visa a disrupção do centro de gravidade³³ adversário, atacando as suas vulnerabilidades críticas com o forte das nossas forças. Resumindo a diferença entre as duas abordagens, a *manoverista* procura a paralisia, ou, em último caso, a destruição do adversário como um sistema, enquanto a *atricionista* procura a vitória através da destruição sistemática.

b. Dimensão extrínseca

Na dimensão extrínseca, o papel e respetiva importância relativa do Instrumento Militar Terrestre foram as variáveis escolhidas para o modelo de análise. Esta dimensão extrínseca tem em vista o contributo do Instrumento Militar Terrestre para o Instrumento Militar como um todo. Para uma cabal análise do emprego do Instrumento Militar Terrestre segundo esta dimensão é necessário observar o comportamento do mesmo ao longo do espectro das operações militares.

Para a análise do papel do Instrumento Militar Terrestre contribui a relação entre o tipo de estado final pretendido e a capacidade em o atingir. Nesta perspetiva torna-se necessário

³¹ Uma ação iniciada para contrariar uma ação adversária com base numa evidência incontornável de que esta é eminente (adaptação da definição de ataque preventivo) (JCS, 2009: 424). Na preempção explora-se uma oportunidade antes que o adversário o faça (Leonhard, 1991, p. 62).

³² A deslocalização pode ser posicional ou funcional (Leonhard, 1991, pp. 66 - 67). A deslocalização posicional torna a posição adversária irrelevante e força o adversário a escolher entre a neutralização de parte das suas forças e a destruição, devido aos seus esforços de reposicionamento para uma situação mais favorável (Degen, 2009, pp. 25 - 26). Um exemplo deste mecanismo foi a atuação das forças alemãs em relação à linha Maginot na 2ª Guerra Mundial. A deslocalização funcional visa mitigar uma superioridade adversária em termos de potencial de combate. Um exemplo deste mecanismo é a atuação de uma força tecnologicamente inferior em áreas urbanas e miscigenada com a população, visando tornar a aplicação da tecnologia do seu adversário menos eficaz ou mesmo irrelevante.

³³ Centros de gravidade são as características, capacidades ou localizações, dos quais depende a liberdade de ação, a força ou vontade de combater, de uma força militar (Exército; 2005, p. B-3).

aferir o sucesso em operações cujos estados finais pretendidos sejam tão díspares como a destruição do adversário e o garantir um ambiente seguro e estável.

A operacionalização da importância relativa do Instrumento Militar Terrestre baseia-se na determinação da importância da aplicação das forças terrestres no contexto do emprego do Instrumento Militar. A referência para aferir esta importância é o conceito de instrumento decisivo. J. Jarkowsky (2002, p. 3) define este conceito como o “Instrumento Militar, Terrestre, Aéreo ou Marítimo, que tem capacidade de alcançar o estado final desejado para o Instrumento Militar como um todo, ou que, sem a sua intervenção o mesmo não possa ser alcançado”.

3. Evolução do Instrumento Militar Terrestre desde o fim da 2ª Guerra Mundial

a. EUA

(1) Guerra Fria

O período da Guerra Fria teve dois palcos de atuação para as forças terrestres dos EUA. No Teatro de Operações europeu preparava-se, em conjunto com os seus aliados membros da OTAN, um confronto em larga escala com o bloco soviético. Paralelamente a este Teatro de Operações, os EUA envolveram-se em guerras limitadas que vão desde a Guerra da Coreia, com início em 1950, à intervenção no Panamá em 1989.

Na Guerra da Coreia, os EUA, liderando as forças da Organização das Nações Unidas (ONU), contaram com os fogos para alcançarem um potencial de combate esmagador (Degen, 2009, p.17). Esta abordagem, trocando manobra por fogos no que diz respeito ao emprego da força, pretendia alcançar a vitória com o menor número de baixas possível.

O pendor dos fogos, em relação à manobra, refletiu-se no desenho das unidades das forças terrestres para a campanha e na forma de combater ao nível tático. “Com o desígnio de limitar ao máximo o número de baixas, foram feitos ajustes doutrinários com o intuito de aumentar o apoio de fogos disponível às forças de manobra e diminuir o seu grau de exposição ao combate próximo” (Scales, 2003, p. 46). A alteração da organização das forças, aumentando a disponibilidade de apoio de fogos, reflete as opções ao nível do planeamento da campanha, enquanto a aversão ao combate próximo indica, ao nível tático, uma nítida opção na forma de combater que procura reduzir o risco de baixas.

A. Lewis (2007, p. 96) também corrobora a permuta da manobra por fogos, embora com uma perspetiva algo diferente, quando afirma que “para compensar a falta de Infantaria treinada, o fogo da Artilharia e dos meios aéreos forma usados de forma intensiva”. Aqui, a justificação apresentada não indica uma decisão de livre escolha, mas uma necessidade por falta de unidades de manobra. Claro está que o efeito é idêntico, já que ao empenhar unidades com treino desadequado as baixas subiriam exponencialmente.

Quando a frente estabilizou, as forças terrestres da ONU iniciaram uma fase de patrulhamento intenso em torno dos seus pontos fortes, com o objetivo de estabelecer o contacto com o adversário, fixá-lo e destruí-lo através do fogo indireto (Tuck, 2008, pp. 102 - 103). Esta forma de combater ao nível tático representa a já referida aversão ao combate próximo, potenciador do risco de baixas. O problema desta aproximação foi a capacidade de adaptação adversária. O Exército de Libertação Popular (ELP) chinês deixou de atuar através da massa e passou a dispersar-se, movimentar-se de noite e concentrar-se apenas

imediatamente antes dos ataques. Ao atuar desta forma adaptativa, não oferecendo alvos remuneradores, o ELP contrariava a intenção do seu adversário de o destruir através dos fogos indiretos.

Para além da capacidade de adaptação do ELP, o terreno é também uma justificação da menor eficiência dos fogos. Para A. Lewis (2007, p. 88) “o terreno na maioria do território coreano reduzia as distâncias às quais o contacto entre forças era estabelecido, bem como diminuía as vantagens tecnológicas norte americanas”. Ao reduzir as distâncias, o combate ficava reduzido a uma luta simétrica, já que no combate próximo entre unidades de manobra às curtas distâncias, as vantagens tecnológicas de ver primeiro e ter a capacidade de bater pelo fogo um adversário incapaz de o fazer são impossíveis de materializar.

Na Guerra do Vietname, DePuy descreve a forma americana de conduzir a guerra terrestre afirmando que, “se quisermos analisar o que se passou no Vietname, diríamos que a Infantaria encontrava o adversário para a Artilharia e Aviação o destruírem” (Krepinevich, 1986 *apud* Degen, 2009, p. 17). “DePuy acreditava que o balanceamento entre os fogos e a manobra tinha-se deslocado para o ponto em que a Infantaria tinha sido substituída no papel central do Exército pelo apoio de fogos” (Herbert, 1988 *apud* Scales, 2003, p. 52). O próprio General Bruce Palmer, 2º Comandante do General Westmoreland no Vietname, afirmou que o Exército tinha como dogma cultural a “aplicação de tecnologia como substituo de homens no terreno” (Lewis, 2007, p. 263).

Tal como o ELP na Coreia, os Vietcongues e o Exército do Vietname do Norte souberam adaptar-se a esta supremacia de poder de fogo, usando a dispersão e terrenos complexos como a selva e as áreas urbanas. A. Lewis apresenta um exemplo desta adaptação. “Giap aprendeu na batalha de Ia Drang, reconhecendo que lhe faltava o poder de fogo para enfrentar as forças norte-americanas de igual para igual. O Exército norte-vietnamita, bem como os Vietcongues eram taticamente mais ligeiros e ágeis que as forças dos EUA, tinham melhor compreensão da influência do terreno e, como tal, na maioria dos encontros eram capazes de evitar a batalha em termos impostos pelos norte-americanos, bem como romper o contacto quando o fluxo da batalha era desfavorável” (Lewis, 2007, p. 253).

Ao substituir a manobra por fogos as consequências também passaram pela população. “Sem segurança era impossível ganhar o apoio da população. Sem o apoio da população era impossível ganhar a guerra subversiva contra os Vietcongues” (Lewis, 2007, p. 239). Claro que para a segurança da população era imperioso ter forças no terreno com esta prioridade. Pelo contrário, teorias implementadas no Vietname, como a *Graduate Response*, “uma abordagem que procurava a erosão da vontade do adversário em resistir ao incrementar

espaçadamente o grau de destruição provocado pelo poder aéreo” (Lewis, 2007, p. 242), demonstravam uma opção pela alienação da população. “Em vez de usar Infantaria para entrar nas vilas e habitações, identificar o adversário e eliminá-lo, deixando mulheres e crianças a salvo, demasiadas unidades tendiam a entrar nas vilas, identificar localizações adversárias suspeitas e, depois, pedir à Artilharia e Aviação para a destruir” (Lewis, 2007, p. 261).

Para além da opção pelos fogos, só por si potencialmente alienadora da população, também a escassez de forças de manobra, ao ter um impacto direto na segurança da população, contribuiu para essa mesma alienação. Como comandante das forças dos EUA no Vietname, “Westmoreland nunca teve o número suficiente de forças para garantir segurança no Vietname do Sul, através do posicionamento de pequenas unidades em cada vila e aldeia” (Lewis, 2007, p. 256). No entanto, havia a percepção da necessidade de ganhar a guerra da população. Os Fuzileiros norte-americanos são um exemplo. “O Tenente-General Victor Krulak, Comandante da Frota de Fuzileiros do Pacífico, concluiu que cada soldado em busca do Exército do Vietname do Norte era um desperdício. Delineou a apelidada Estratégia do enclave, na qual pequenas unidades – pelotões e companhias – trabalhavam par a par com as forças populares do Vietname do Sul, bem como com a própria população, dentro de cada enclave de forma a garantir segurança permanentemente e, simultaneamente, estabelecer laços de confiança com essa mesma população, a qual eliminaria o apoio aos Vietcongues. (...)Os fuzileiros acreditavam que os Vietcongues não podiam sobreviver sem o apoio da população. Acreditavam que o principal objetivo era vencer a outra guerra, ou a guerra dentro da guerra pelos corações e mentes da população vietnamita” (Lewis, 2007, p. 256). A importância desta abordagem é dada pelo facto de nenhuma povoação que tenha estado neste programa tenha passado para o controlo comunista (Archer *apud* Lewis, 2007, p. 258). A consequência da falta de forças de manobra num cenário como o Vietname irá ter implicações no tipo de abordagem às operações, como veremos posteriormente.

Apesar dos poucos resultados da abordagem fogos por manobra no Vietname, a evolução da doutrina nos anos de 1970, a Active Defense, desenhada para o confronto com o bloco soviético, continuava a enfatizar a mesma relação entre os fogos e a manobra (Lewis, 2007, p. 301). Apesar de este ponto parecer paradoxal, os cenários não são propriamente comparáveis, pois o Vietname não desmentia a validade da opção pela primazia dos fogos num Teatro de Operações com terreno mais aberto e contra um adversário com forças terrestres baseadas em grandes formações de blindados.

Em relação à capacidade de projecção, na Guerra da Coreia, os EUA projetaram uma força que começou a operar prematuramente em relação ao valor combativo necessário para

fazer frente a um adversário com uma massa muito superior. Na Coreia, os EUA não só não conseguiram assegurar os seus objetivos de forma rápida, como quase eram derrotados. “A ofensiva norte - coreana, no verão de 1950, só não conseguiu empurrar as forças da ONU de volta para o mar devido às suas linhas de comunicação estarem demasiado estendidas” (Scales, 2003, p. 41). A. Lewis referiu-se às operações iniciais da força da ONU que foi projetada para a Coreia como um combate em nítida desvantagem de potencial. “Em 05 julho de 1950, a Task Force Smith estabeleceu o contacto com uma força superior na região de Osan e, numa batalha desigual, foi destruída como uma força de combate organizada. Apenas retardou o adversário por poucas horas” (Lewis, 2007, p. 93). O Major - General Weaver, declarou em 1957, em relação à Guerra da Coreia, que “se o Exército dos EUA tivesse projetado uma força de reação rápida credível em 1950, teria evitado a longa e mortífera defensiva e conseguido uma vitória célere” (Weaver *apud* Linn, 2009, p. 162), partilhando, desta forma a importância da projeção que conjugue a rapidez com o valor combativo.

Na relação entre os objetivos estratégicos a atingir e as ações táticas, a ausência do nível operacional nos níveis da guerra fez com que os EUA mantivessem um dualismo Estratégia – Tática até à reforma das décadas de 1970 e 1980. Esta ligação direta tem o risco da falta de coerência das inúmeras batalhas do nível tático no total da campanha, principalmente por falta da Arte Operacional como instrumento de planeamento. Sem a linha condutora de toda uma campanha até os objetivos estratégicos serem atingidos, cada ação tática corre o risco de ser meramente focada na destruição sistemática do adversário, a abordagem *atricionista*.

A abordagem *atricionista*, privilegiando a aniquilação sistemática do adversário, está patente nas ordens dadas ao Tenente General Van Fleet, quando este assumiu o comando do 8º Exército na Guerra na Coreia – “dirigir todos os esforços das nossas forças para infligir o máximo de baixas e perdas de material nas forças hostis” (Lewis, 2007, p. 141).

Na Guerra do Vietname o tipo de abordagem às operações foi equivalente à da Guerra da Coreia, embora agora a população e a guerra irregular também fizessem parte do cenário. Em vez de tentar separar a população dos movimentos subversivos, tentando eliminar as causas de raiz, ou pelo menos os pré-requisitos para que possam subsistir forças irregulares de cariz subversivo, os norte-americanos optaram pela via *atricionista*.

Quer ao nível político-estratégico quer ao nível operacional a abordagem *atricionista* foi a seguida na Guerra do Vietname, principalmente devido às escolhas feitas com base em convicções erradas. Ao nível político-estratégico, “durante a Guerra do Vietname, a mente *Clausewitziana* dos membros do sector da Segurança e Defesa norte-americano

determinaram, incorretamente, que a destruição dos meios militares vietnamitas tornaria a sua vontade de continuar a guerra irrelevante” (Cassidy, 2008, p. 28). Ao nível operacional a ideia vigente na estrutura militar era que “quanto mais a contagem de baixas adversárias subisse mais a atuação da força era considerada positiva” (Lewis, 2007, p. 259). Inclusive “a medida da performance das forças em termos estatísticos conduzia muitas vezes a desnecessária destruição de casas, aldeias e vidas de civis inocentes” (Lewis, 2007, p. 259), o que causando a alienação da população, cada vez mais afastava a abordagem às operações de uma opção *manoverista*, que seria separar essa população do movimento subversivo, os Vietcongues.

A. Lewis refere que a sucessão de ações ao nível tático também não contribuiu para retirar a liberdade de ação aos Vietcongues, aquilo que deveria ser um dos objetivos da campanha, caso fosse seguida uma abordagem *manoverista*. O autor refere que “em vez de uma sucessão de ações táticas tipo golpe de mão, de resultado quase nulo na logística do adversário, uma gradual e persistente reconquista das áreas base tê-los-ia privado de recursos, de fonte de recrutamento e de liberdade para manobrar” (Lewis, 2007, p. 255). Entenda-se que a reconquista das áreas de base de um movimento subversivo não requer apenas a conquista de terreno pelo uso da força mas, também, a conquista da população, principal garante da liberdade de ação para quem conduz uma guerra irregular.

Em 1969, ao nível do Teatro de Operações, os norte-americanos iniciam uma tentativa de mudança de abordagem às operações, sobretudo devido à ineficiência da abordagem *atricionista*, resultados sofríveis e a custos não compatíveis com os ganhos. Em março desse ano, o General Abrams, substituto de Westmoreland, muda o foco das operações ao nível da campanha, passando a colocar “ênfase na segurança da população e na força territorial para a assegurar” (Lewis, 2007, p. 287). Mais tarde, Abrams refere que “pela primeira vez na Guerra do Vietname se consegue desafiar as bases tradicionais de poder do adversário – a sua organização política e o controlo da população” (Lewis, 2007, p. 287), ou seja uma tentativa de deslocalização da ameaça e disrupção do seu centro de gravidade, numa abordagem *manoverista*.

Após a derrota americana no Vietname, os EUA focaram-se, de novo, no teatro europeu da Guerra Fria. Na reforma encetada, os Generais DePuy e Donn Starry partilhavam a opinião de que os EUA “tinham uma obsessão com os fogos e com a contabilidade de baixas, a atrição. Chamavam-lhe a *tactização* da Estratégia” (Evans, 2004, p. 57). Esta caracterização evidenciava a falta da Arte Operacional que garantisse a coerência entre as ações táticas, evitando uma excessiva concentração da Estratégia na destruição do adversário, batalha a batalha, com a inerente perda de horizonte temporal de visualização do emprego da

força até ao estado final pretendido. A perda de horizonte temporal acarreta o risco de se recorrer a ações de destruição desnecessárias para o sucesso final da campanha.

Entre 1973 e 1976, a doutrina *Active Defense* colocava a ênfase no primeiro embate com as forças soviéticas e incorporava as experiências do Yom Kippur, sendo basicamente uma tentativa de encontrar a melhor aplicação das tecnologias existentes para uma situação de defesa. “Críticos, como John Boyd e William Lind, afirmavam que esta doutrina se focava demasiado na tecnologia letal e pouco na manobra, transformando-se numa abordagem *atricionista*” (Czege, 2006, p. 5). A esta doutrina faltava também o que os alemães e soviéticos apelidavam de nível operacional da guerra, que permitisse alargar o horizonte temporal para além do primeiro embate. Em 1976, DePuy introduz um foco operacional na teoria militar terrestre, cujo planeamento visava atingir os objetivos estratégicos, através da orquestração do conjunto de ações táticas.

Entre 1976 e 1986, o Exército dos EUA iniciou uma transição dos pensamentos enraizados na 2ª Guerra Mundial para chegar à sua doutrina *AirLand Battle*. A transformação incidiu na tentativa de sincronizar os fogos com a manobra e em ver o combate da área da retaguarda, o combate próximo e em profundidade como elementos do combate moderno, inseparáveis, simultâneos e complementares. A noção da “divisão espacial do campo de batalha fazia face à doutrina soviética das Operações na Profundidade” (Czege, 2006, p. 8) e alargava não só o horizonte espacial como o temporal para o planeamento de emprego das forças terrestres. Nesta introdução de doutrina, os EUA adotam o nível operacional entre os níveis estratégico e tático. A *AirLand Battle* foi formalizada em 1982, sendo a Arte Operacional, como ferramenta de planeamento de campanhas, adotada na revisão de 1986. Este processo materializou a aceitação dos princípios do nível operacional da Escola Continental do pensamento estratégico, em que este nível representa o elo de ligação entre a nova ordem desejada pela Estratégia e o caos da guerra vista pela perspetiva tática (Evans, 2004, pp. 58 - 59). A doutrina *AirLand Battle* representou, igualmente, uma mudança para a abordagem *manoverista* da condução da guerra. Esta transformação na abordagem à forma de conduzir a guerra, de uma aproximação *atricionista* para uma *manoverista*, perdurará durante o resto da Guerra Fria.

Embora a *AirLand Battle* não tenha sido posta em prática em situações reais durante o período da Guerra Fria, existem indícios na doutrina que levam a concluir, para além das declarações de intenção, que a abordagem às operações é *manoverista*. Quer na versão de 1982, quer em 1986, o princípio de dirigir o forte da força contra as vulnerabilidades do adversário estava presente, indicando a teoria da procura de espaços e rejeição das superfícies

no dispositivo adversário (Lehonhard, 1991, p. 167). Este princípio indica também a utilização da disrupção do centro de gravidade do adversário. Também a procura da compreensão dos efeitos da batalha nos soldados, nas unidades e nos líderes (Lehonhard, 1991, p.168) indica a preocupação com o lado psicológico de todas as ações, fator essencial para os mecanismos da abordagem *manoverista*, com especial foco para a preempção. Por último, o princípio da conservação de potencial até à ação decisiva (Lehonhard, 1991, p.168), não deixa de implicar uma certa rejeição da própria abordagem *atricionista*. No entanto, a abordagem *manoverista* surge, em nossa opinião, sobretudo pela conclusão que seria impossível derrotar as forças terrestres do bloco soviético pela destruição das suas sucessivas vagas. Inviabilizada a atrição, procurou-se criar uma doutrina que permitisse retirar coerência ao sistema ofensivo soviético, a tal abordagem *manoverista*, através do combate em profundidade orientado para impedir que os diversos escalões soviéticos pudessem reforçar o combate próximo.

Em relação à importância relativa do Instrumento Militar Terrestre, na Guerra da Coreia, este comportou-se como instrumento decisivo. Os EUA, nesta guerra limitada, puseram de parte, ao nível político, a utilização da arma nuclear. Os constrangimentos políticos também se fizeram sentir para o Instrumento Militar Aéreo, materializados nas restrições às ações fora da península coreana. O Instrumento Militar Naval foi, sobretudo, um instrumento logístico durante a guerra, assumindo sempre um papel de apoio (Jarkowsky, 2002, p. 8). A luta decisiva ocorreu no meio terrestre, onde o Instrumento Militar Terrestre foi o único capaz de atingir o estado final pretendido. A. Lewis (2007, p. 83) também afirma que “a Guerra da Coreia foi uma guerra de Infantaria. Todos os avanços tecnológicos, o Instrumento Militar Aéreo, as armas nucleares, o Instrumento Militar Naval, mísseis e outras máquinas de guerra contribuíram, mas não foram decisivas, nem sequer tinham o potencial para o ser”.

A análise feita ao Instrumento Militar Terrestre pelos autores referidos, considerando-o o instrumento decisivo, está de acordo com as próprias palavras de MacArthur, que logo no início da guerra, escrevia que “Seul tinha caído às mãos das forças da Coreia do Norte e o Exército da Coreia do Sul estava em retirada, incapaz de reverter a situação. As componentes aéreas e navais norte-americanas não tinham, e não seriam capazes, de parar e reverter o rápido avanço norte-coreano. E assim, a única forma de evitar uma vitória comunista era recorrer ao emprego de forças terrestres” (Lewis, 2007, pp. 89 - 90).

Uma situação semelhante surgiu no Vietname. “O Instrumento Militar Aéreo procurou ser decisivo, tentando coagir o Vietname do Norte a cessar as hostilidades. Foram utilizadas mais toneladas nos bombardeamentos do que em toda a 2ª Guerra Mundial. Mas, apesar da tecnologia mais avançada, não foi decisivo. O Instrumento Militar Terrestre, devido à natureza limitada da guerra, do terreno e das características do adversário, foi, mais uma vez, decisivo” (Jarkowsky, 2002, p. 9). A procura de resolução através do fogo fornecido pela componente aérea era, sem dúvida, a ideia da administração de Johnson, que “planeou conduzir uma campanha prolongada, com uma guerra defensiva terrestre no Vietname do Sul e ganhar a guerra com a ofensiva aérea no Vietname do Norte” (Lewis, 2007, p. 230). No entanto, tal como na Coreia, onde a “componente aérea falhou na tentativa de travar o fluxo de meios humanos e materiais da China e URSS para a península coreana” (Lewis, 2007, p. 120), o problema, no Vietname, foi idêntico (Lewis, 2007, p. 120).

Se podemos concluir que o incremento progressivo da tecnologia no apoio de fogos, principalmente no Instrumento Militar Aéreo, não retirou a característica decisiva ao Instrumento Militar Terrestre, a análise do seu papel, ou seja a capacidade em atingir o estado final pretendido, é de mais difícil realização. Principalmente na Guerra do Vietname, o Instrumento Militar como um todo revelou dificuldade em atingir o estado final pretendido, a salvaguarda do Vietname do Sul. Esta ineficiência deveu-se em parte à incapacidade de derrotar um movimento subversivo e forças regulares que atuavam de forma adaptativa, mitigando a superioridade tecnológica dos EUA. Comparando a Guerra da Coreia com a do Vietname concluímos que, quanto menos o adversário empregar métodos convencionais para conduzir a guerra, mais dificuldade têm as forças terrestres em atingir o estado final pretendido. Esta dificuldade em atingir o estado final está também relacionada, no caso do Vietname, com a necessidade de interação com a população, no intuito de lhe garantir segurança e a separar dos movimentos subversivos.

(2) Pós - Guerra Fria

Após o fim da Guerra Fria os EUA envolveram-se, logo em 1991, num novo conflito, a Guerra do Golfo. C. Tuck (2008, p. 99) explica a vitória obtida, comparando-a com a alemã em França, na 2ª Guerra Mundial. Ambos os casos envolveram Exércitos com equipamento moderno e em quantidade, estando perfeitamente adequados à guerra regular. Em ambos os casos existiu uma marcada diferença na habilidade em usar o seu equipamento de forma moderna. No entanto, esta explicação através da assimetria da capacidade de emprego correto

das forças não é unânime. Outros autores baseiam-se na assimetria das capacidades das forças em si.

A vitória aliada convenceu muitos teorizadores que a nova tecnologia tinha revolucionado a guerra. As capacidades de recolha de informação, de precisão das munições guiadas, de supressão das defesas antiaéreas, de *stealth*³⁴ e de C2 dada pela digitalização, estariam a mudar o carácter da guerra, numa verdadeira Revolução nos Assuntos Militares (Bidle, 2007, p.104). Em termos do balanceamento entre fogos e manobra, a Guerra do Golfo seria a vitória inequívoca da opção pela primazia dos fogos, principalmente os proporcionados pela componente aérea. No entanto, este ponto de vista é redutor em relação aos efeitos da doutrina e da resposta iraquiana.

E. Degen (2009, p.18) explica que o recurso massivo aos fogos, por parte da coligação, resultou porque os iraquianos não usaram nenhum método para contrariar a superioridade americana. “As defesas iraquianas não possuíam nem a cobertura e ocultação, nem a manobra independente aos baixos escalões, nem a integração em termos de armas combinadas³⁵, exigida pelo moderno sistema de aplicação da força” (Biddle, 2004, p. 137). Ou seja, os iraquianos não souberam tirar partido dos terrenos complexos e conduzir uma manobra adaptativa que mitigasse a superioridade tecnológica da coligação. Os iraquianos não recorreram, a título de exemplo, à dispersão e ao combate preferencialmente em áreas urbanas como forma de deslocalizar funcionalmente toda a tecnologia norte-americana em relação à obtenção de informação e aos fogos.

A ideia de que o campo de batalha voltava a estar paralisado pela supremacia dos fogos, principalmente os aéreos, na sua relação com a manobra, situação que tinha sido ultrapassada na 1ª Guerra Mundial, é desmentida, também por relatos particulares do Teatro

³⁴ Tecnologia concebida para evitar a deteção por radar ou qualquer outro meio eletrónico (Columbia Encyclopedia, 2008).

³⁵ “Conceito que representa a aplicação simultânea e sincronizada dos elementos de potencial de combate para alcançar um efeito sinérgico na ação militar. As armas combinadas utilizam as capacidades de cada uma das funções de combate e informação em complementaridade e em reforço mútuo. Em complementaridade, as armas combinadas servem para mitigar vulnerabilidades de um sistema. Por exemplo, a utilização de fogos indiretos para suprimir uma posição fortificada para facilitar o assalto da Infantaria. Em reforço, os sistemas similares são combinados na mesma função de combate para aumentar a sua capacidade. É o caso típico do emprego combinado de Infantaria com carros de combate, em que a Infantaria protege os carros de combate das armas anticarro, enquanto os carros de combate garantem proteção e poder de fogo à Infantaria. O conceito de armas combinadas é alcançado através do desenho e da composição e articulação das forças” (IESM, 2010, p. 54).

de Operações, como as de um Comandante de Batalhão Iraquiano que, referindo-se ao combate próximo com forças de manobra norte-americanas, “afirmou que após cinco semanas de guerra tinha perdido apenas dois carros de combate para os fogos aéreos, enquanto em menos de seis minutos perdeu toda a sua unidade contra forças terrestres.” (Lewis, 2007, p. 362). Os dados gerais do final da guerra também confirmam esta visão. “Durante a guerra terrestre, dos 2159 carros de combate destruídos, as forças terrestres destruíram 1708 e o poder aéreo 451. Das 519 viaturas blindadas de transporte de pessoal destruídas, o combate terrestre destruiu 297 e a ação aérea 224. Das 1465 peças de Artilharia destruídas, as forças terrestres têm crédito de 1112 e a Força Aérea de 353.” (Lewis, 2007, p. 367).

A tentativa de deslocar o papel dos fogos, do apoio à manobra, para um papel decisivo, é apresentada por R. Leonhard, também, com base nos fogos terrestres. R. Leonhard (1991, p. 287) refere a percentagem de tipo de munições de Artilharia na dotação orgânica das armas como uma das provas dessa tentativa. Na Guerra do Golfo a quantidade de munições explosivas e de fumos, as mais utilizadas nos fogos de supressão e mascaramento em apoio da manobra, representavam 16% do total, enquanto as munições convencionais melhoradas de duplo efeito, desenhadas para destruir viaturas ou pessoal, mas impróprias para apoio próximo das unidades de manobra, perfaziam 60%.

Para que os fogos paralisassem o campo de batalha era, também, necessário que a capacidade de recolha de informação o tornasse transparente, no entanto a realidade das operações terrestres mostraram que o nevoeiro da batalha era ainda um conceito válido. “Ao contrário das operações de moldagem, em que os ataques tinham objetivos relacionados com o terreno, o VII Corpo de Exército, a operação decisiva, tinha que manobrar para estabelecer o contacto com o adversário, fixá-lo e destruí-lo. As informações dadas por meios aéreos – *Airborne Warning and Control Systems*, aviões de reconhecimento U2 e satélites forneceram ao General Franks alguma imagem das movimentações adversárias, no entanto, essa imagem estava incompleta. Estas tecnologias não eliminaram o nevoeiro da guerra. O General Franks continuava a ter sérias dúvidas das intenções adversárias” (Lewis, 2007, p. 353). Outro exemplo concreto é dado pelas declarações do Tenente Richard Bohannon (*apud* Lewis, 2007, p. 362) sobre as ações da noite de 26 de fevereiro de 1991. Bohannon recorda que numa determinada noite combateu a 29ª Brigada da Divisão Tawakalna(...)quando a missão original era a destruição da Divisão Medinah da Guarda Republicana. A descoberta de uma força de escalão tão elevado não detetada na sua zona de ação foi uma surpresa.

A ideia da supremacia dos fogos continuou até à intervenção da OTAN no Kosovo. A experiência americana neste Teatro de Operações sugeriu que, embora a tecnologia

relacionada com a precisão continue a desenvolver-se, o balanço entre fogos e manobra continuará a depender, também, da natureza do adversário e do terreno.

O Exército sérvio, usando a dispersão e a cobertura, poucas baixas sofreu com os intensos bombardeamentos aéreos. Só o aparecimento de forças terrestres, representadas pelo Exército de Libertação do Kosovo, obrigou os sérvios a abandonarem a sua cobertura e a concentrarem-se para combater. Só a partir deste momento a campanha aérea contra alvos táticos começou a ter sucesso moderado (Scales, 2003, p. 71). Esta ideia é também partilhada por S. Biddle (2004, p. 58), quando afirma que “Em 1999 as forças terrestres sérvias podem não ter sido capazes de implementar na totalidade o sistema moderno de aplicação da força, mas sem uma ameaça terrestre por parte da OTAN, puderam manter o seu equipamento, na maior parte do tempo, a coberto usando o terreno ou colocando-o na proximidade de civis. Como resultado, 78 dias de campanha aérea da OTAN, envolvendo dezenas de milhares de saídas, produziram, no máximo, poucas centenas de alvos terrestres sérvios atingidos.”

Na tentativa de mitigar a superioridade dos fogos é possível verificar um aspeto comum entre a Guerra do Golfo e do Kosovo. “Estados como a Sérvia ou Iraque, na 1ª Guerra do Golfo, puderam recorrer à técnica do abraçar, ou seja misturar população com alvos” (Thornton, 2007, p.10). Este fenómeno, usando ações táticas, tenta, ao nível político, no mínimo para as democracias, mitigar o efeito dos fogos, dado o impacto dos danos colaterais na opinião pública.

Em relação à projeção, na Guerra do Golfo, também o dilema tempo *versus* risco foi visível. No início da crise, os EUA tomaram a decisão de projetar uma Brigada Aerotransportada para a fronteira entre o Kuwait e a Arábia Saudita. No entanto, “tivesse a Guarda Republicana iraquiana continuado para Sul e entrado na Arábia Saudita, a Infantaria apeada, com pouca proteção, teria tido muita dificuldade em detê-la” (Scales, 2003, p. 63). Apesar da excelente mobilidade estratégica das forças ligeiras projetadas, não estava presente o valor combativo necessário para fazer frente a uma força blindada como a Guarda Republicana.

Assentando o dilema tempo *versus* risco em dois fatores, o projetar uma força em tempo e, ao mesmo tempo, projetar uma força cujo valor combativo seja suficiente, no caso da Guerra do Golfo, em que as primeiras unidades blindadas chegaram após um mês e que a projeção do total das forças para as operações terrestres demorou seis, podemos afirmar que ambos os fatores não foram cumpridos. “As forças ligeiras foram projetadas via aérea e estavam prontas a operar em semanas. As forças pesadas, projetadas via marítima, só em meses tinham números significativos de Carros de Combate M1 e viaturas de combate de

Infantaria M2 no terreno” (Lewis, 2007, p. 349).

Em conclusão e corroborando a opinião de R. Scales (2003, p. 64), “o Exército da Guerra Fria era demasiado pesado e volumoso para operações em que a capacidade de projeção fosse essencial”, já que “o foco do Exército no pós-Guerra do Vietname estava nas Divisões pesadas, Blindadas e Mecanizadas” (Lewis, 2007, p. 302)

O Exército dos EUA, após o ciclo de lições aprendidas da Guerra do Golfo, deparou-se com a necessidade de transformar um Exército desenhado para o pré - posicionamento num Exército projetável. Na lógica dos defensores da tecnologia, que veem nos fogos um substituto da mobilidade e proteção, “os EUA baixaram o peso das suas Divisões e criaram as Brigadas médias” (Czege, 2006, p. 3). A diminuição da mobilidade, proteção e até número de soldados, era compensada, entre outros aspetos, pela tecnologia que pretensamente permitia ver primeiro e como tal destruir pelo fogo primeiro. Futuros conflitos voltaram a colocar em questão a falta de proteção. Na Somália a necessidade de proteção para as forças mais ligeiras e o resultado fictício da tecnologia como única panaceia, ficaram claros quando, “perdidos”³⁶, em veículos sem blindagem, debaixo de fogo dos irados habitantes locais, e com os seus helicópteros de apoio a serem abatidos, os Rangers tiveram de ser evacuados por outras forças americanas, vindas de outra base no aeroporto de Mogadishu, usando viaturas blindadas emprestadas pelo destacamento malaio da ONU” (Thornton, 2007, p. 134).

Em relação à doutrina, no final da Guerra Fria, a *AirLand Battle* mantinha-se no Exército dos EUA, razão pela qual seria expectável que a Guerra do Golfo de 1991 materializasse a abordagem *manoverista* à condução das operações. Numa análise ao nível operacional, a conjugação do ataque frontal no Kuwait com os envolvimento e movimentos torneantes, terrestres e aeromóveis, em território iraquiano foi uma aplicação quase decalcada do modelo da “sanduíche de três andares” (Simpkin, 1985, p. 154). Esta manobra, evitando os pontos fortes da defesa iraquiana no Kuwait, aplicou o conceito de deslocalização posicional da abordagem *manoverista*.

R. Leonhard (1991, pp. 282 - 283) reconhece, na Guerra do Golfo, a abordagem *manoverista* ao nível operacional, mas apresenta uma visão diferente no nível tático. A este nível, o controlo centralizado e a ênfase colocada na coincidência de flancos não permitiram que se explorasse os intervalos e os pontos fracos do adversário, impedindo desta forma

³⁶ “Todas as fotografias de satélite, bem como os últimos mapas não foram substituto para o que realmente era necessário: conhecer o terreno através da avaliação pessoal. Outro tipo de ajuda tecnológica, neste caso na forma de helicópteros a pairar sobre a Área de Operações, também falhou na tarefa de guiar as forças” (Thornton, 2007, p. 134). Este facto reforça a ideia da complexidade do terreno urbano.

qualquer deslocalização posicional. Para R. Leonhard (1991, pp. 284 - 285) o sucesso tático no Golfo não resultou de uma abordagem *manoverista*, mas sim, de uma assimetria derivada do diferencial tecnológico dos sistemas de armas e da proficiência norte - americana em tarefas críticas.

Em relação aos níveis da guerra, durante a década de 1990, a divisão em três níveis começou a ser questionada. As munições guiadas de precisão, as capacidades avançadas de *Intelligence, Surveillance, Target Acquisition and Reconnaissance* (ISTAR), a tecnologia *stealth* e a digitalização do C2, davam ao comandante estratégico a tentação de conduzir diretamente a batalha tática. Com esta capacidade, podendo provocar a compressão dos três níveis da guerra, corria-se o risco de regressar ao dualismo Estratégia – Tática (Evans, 2004, p. 69).

Outro aspeto que emergiu das experiências do Golfo, Somália, Bósnia e Kosovo, foi a revolução da informação, na qual qualquer acontecimento local pode ser visionado ao nível global através da capacidade atual dos *media*. Os defensores do fim do nível operacional argumentavam que cada vez mais existia a possibilidade da decisão estratégica depender diretamente das ações táticas, surgindo termos como o “Cabo Estratégico”.

Ainda em relação aos níveis da guerra, W. Clark (2001, pp. 11 - 12) defende que, em vez de regressarmos a dois níveis da guerra, deveríamos ter em conta de uma nova forma, o estratégico. Para W. Clark, baseado em lições da Bósnia e Kosovo, no ambiente constrangido por fatores políticos, mediáticos e legais, o nível estratégico tem um papel ativo, não só na definição da finalidade das intervenções militares, mas também na própria condução das operações. Também para Proença Garcia, o fenómeno político na condução das operações é visível na atualidade. Para o autor “a envolvente política perpassa agora verticalmente todos os níveis de atuação militar: a estrutura de comando militar nos diversos patamares de responsabilidade preocupa-se com a atuação política” (Garcia, 2010, p. 107). Esta é, porventura, também, uma consequência da proliferação da guerra irregular e da subversão, em que os acontecimentos táticos da ameaça visam sempre um impacto ao nível estratégico.

O último dos aspetos focados pelos defensores do fim dos três níveis da guerra foi a necessidade de integração de todos os instrumentos do poder do Estado no planeamento de campanhas. Entre eles, R. Leonhard (2003) afirmou que o “planeamento de campanhas militares não é mais relevante, pois os fatores militares tornaram-se de tal maneira integrados com os diplomáticos, económicos e culturais, que o nível militar do Teatro de Operações está a tornar-se indistinto da Estratégia Total”. Esta visão foi refutada por muitos, que consideram

a Arte Operacional e os conceitos associados ao nível operacional aplicáveis ao longo de todo o espectro das operações militares (Evans, 2004, pp. 80 - 81).

Em relação à importância relativa do Instrumento Militar Terrestre, “no desfecho da Guerra do Golfo, muitos estavam convencidos que a vitória se devia à componente aérea” (Tuck, 2008, p. 108). Apesar dos seus efeitos, ao ser iniciada a campanha terrestre, “as forças iraquianas reagiram e, em seis horas, tinham ocupado posições de detenção com forças blindadas, desencadeando nove batalhas contra as forças de envolvimento da coligação” (Tuck, 2008, p. 112). Tal como outras campanhas, a Guerra do Golfo necessitou das forças terrestres para materializar a derrota das forças iraquianas e atingir o estado final pretendido. Esta linha de argumentação contrária, também, os que defendem que o Instrumento Militar Aéreo teve o seu grande efeito na vontade de combater das forças iraquianas, já que “várias batalhas mostram conclusivamente que forças iraquianas combateram com determinação.” (Lewis, 2007, p. 367)

O debate sobre o instrumento decisivo na Guerra do Golfo teve, também, como atores os próprios ramos das Forças Armadas norte-americanas. “Quer a Força Aérea quer o Exército reclamavam para si a decisão da Guerra do Golfo. O Chefe de Estado-Maior da Força Aérea, General Merrill A. McPeak, durante um brífingue no Pentágono, afirmou que a sua convicção pessoal era que pela primeira vez na história um Exército tinha sido derrotado pelo Instrumento Militar Aéreo. O General Chuck Horner, Comandante das Forças Aéreas Aliadas na Operação Tempestade no Deserto, argumentou que a componente aérea destruiu a vontade de combater das forças iraquianas. O General Schwarzhopf, apesar de reconhecer a contribuição da componente aérea, durante um brífingue em 27 de fevereiro de 1991, argumentou contra o empolar da sua importância, afirmando que a sua eficiência diminuiu ao longo da campanha e que o Exército tinha sido necessário para a destruição efetiva das forças terrestres do adversário.” (Lewis, 2007, p. 339). Do lado do argumento das forças terrestres encontra-se, também o General Edward Flanagan (*apud* Lewis, 2007, p. 339), afirmando que “a Força Aérea da coligação atingiu o seu objetivo de supremacia aérea. No entanto, destruir as Forças Armadas iraquianas é outro assunto. Apenas forças terrestres podem derrotar outras forças terrestres em detalhe: apenas forças terrestres podem atacar, manobrar, cercar e derrotar as forças adversárias. Apenas as forças terrestres podem ocupar terreno importante ao nível político, económico e administrativo depois das batalhas e manter a paz”. Independentemente da importância relativa das componentes, em relação ao estado final definido para a campanha, a intervenção das forças terrestres terá sido, na nossa análise, decisiva.

No Kosovo, a importância relativa do Instrumento Militar Terrestre pode avaliar-se no facto de que só o aparecimento de forças terrestres, representadas pelo Exército de Libertação do Kosovo, e, também, pela concentração de Forças da OTAN na fronteira, obrigou os sérvios a abandonarem a sua cobertura. Este facto é relatado por Thornton (2007, p. 100), ao escrever que “a Campanha *Operation Allied Force* só começou a ter um significativo efeito após a coação da concentração de forças terrestres na fronteira do Kosovo”. Após a capitulação da Sérvia, as forças terrestres da OTAN tiveram que ser empregues na estabilização do Kosovo, permanecendo nessa missão até à atualidade.

Ainda no Kosovo, a explicação para a falta de capacidade decisiva do Instrumento Militar Aéreo assenta, sobretudo, na capacidade adaptativa do adversário. “Os sérvios tornaram-se adeptos da miscigenação dos seus blindados com o tráfego de refugiados, bem como do emprego de hábeis medidas de camuflagem e dissimulação. Também ajudou o lado sérvio o facto de que em 78 dias de campanha aérea, 54 tiveram tempo nublado. E, embora seja possível usar o radar através das nuvens, este produz apenas a imagem de um objeto, sendo difícil distinguir entre um trator e um carro de combate. Com os aviões não autorizados a voar abaixo do nível das nuvens, os sérvios podiam atuar com quase total impunidade no terreno.” (Thornton, 2007, p. 83). Outro dos problemas na campanha aérea foi a avaliação de danos. “Os sérvios fizeram um grande esforço para impedir uma correta avaliação de danos por parte das aeronaves da OTAN, na guerra de 1999. Jarros de óleo a arder eram colocados em cima de carros de combate operacionais, fazendo querer que teriam já sido atingidos.” (Thornton, 2007, p. 83). Em suma, “os esforços dos sérvios em negar uma correta avaliação de danos foram bastante bem sucedidos, já que as estimativas da OTAN em relação a blindados destruídos estavam bastante inflacionadas.” (Thornton, 2007, p. 84). Outro exemplo foi a utilização de maquetes de madeira e insufláveis (Thornton, 2007, p. 90), bem como a técnica conhecida pelo abraço, usando população cooperante ou não cooperante, para servir de escudo às possíveis ações aéreas onde não era possível tirar partido da cobertura do terreno. Estes factos comprovam, também, em mais um caso, a possibilidade de força terrestres regulares mitigarem a superioridade dos fogos.

Resumindo, quer no Iraque, em 1991, quer no Kosovo, apesar do sucesso das campanhas aéreas e do uso massivo dos fogos, foi necessário o avanço de forças terrestres para consolidar ganhos e obter a vitória (Degen, 2009, p. 18). Se podemos continuar a considerar o Instrumento Militar Terrestre como o instrumento decisivo, o seu comportamento ao longo do espectro das operações militares difere bastante em relação ao estado final pretendido. Na Guerra do Golfo, o seu papel na derrota militar das forças

iraquianas foi altamente eficiente. No que toca ao controlo das populações e ao estabelecer um ambiente seguro e estável, casos da Somália ou do Kosovo, o Instrumento Militar Terrestre não chegou a ser eficaz no primeiro conflito e foi-o de forma demorada no segundo, permitindo que o sentido da limpeza étnica se invertesse.

(3) Pós - 11 de setembro de 2001

Após os ataques de 11 de setembro de 2001 os EUA envolveram-se em duas guerras limitadas, o Afeganistão e o Iraque.

No Afeganistão, o sucesso inicial foi dando lugar a batalhas mais difíceis. Os Talibans e a Al - Qaeda começaram a usar a dispersão, a cobertura e a decepção, para mitigar os efeitos dos fogos. Ao mitigarem os efeitos dos fogos, baseados essencialmente na componente aérea, obrigaram os EUA a centrarem-se no empenhamento de forças terrestres com maior ênfase na manobra (Tuck, 2008, p. 113).

Basicamente, o conflito no Afeganistão revelou, uma vez mais, as limitações dos fogos. “Os sensores aeroespaciais, só por si, não são capazes de encontrar todos os alvos a bater, devido, principalmente, ao terreno complexo e à maior parte da ameaça operar entre a população” (Jarkowsky, 2002, p. 16). A Operação Anaconda, iniciada em 2002, com o objetivo de eliminar bolsas de resistência dos Taliban e da Al - Qaeda, demonstrou a necessidade de forças terrestres com ênfase na manobra, para encontrar, fixar e destruir. A tarefa de destruir era executada, sempre que possível, pelos fogos em substituição do assalto. No entanto, este tipo de abordagem ao combate próximo foi muitas vezes mitigado pela mistura do adversário com a população. Este fator agravou-se mais ainda no Iraque pós - 2003, devido à troca das montanhas afegãs pelas cidades iraquianas, como terreno preferido de atuação do adversário.

Os conflitos do Afeganistão e Iraque, demonstrando que “os fogos e a tecnologia de informação não são a panaceia para a atual conflitualidade” (Hammes, 2004: 191 a 192), vieram dar razão aos que expressavam preocupação com a *Joint Vision 2010* dos EUA, publicada em 1997, que referia que a vitória seria dada pelo domínio da informação e pelas munições guiadas de precisão. Como lição aprendida, o documento publicado pelo Exército dos EUA em 2005, *The Army in Joint Operations*, identifica a necessidade de forças de manobra que consigam, inicialmente, dominar e conquistar o terreno e, subsequentemente, manter um ambiente seguro e estável (Degen, 2009, pp. 24 - 25).

“No alvorecer do século XXI acreditava-se que as novas tecnologias de informação estavam a revolucionar a forma de conduzir a guerra. (...) O Exército iria fazer mais com menos. (...) Cada líder iria ter uma quase perfeita compreensão da situação em tempo real. A tecnologia iria aumentar o ritmo, precisão e letalidade do poder de fogo. (...) Mas, mais uma vez a guerra não foi condescendente para com o sonho norte-americano” (Lewis, 2007, p. 387). C. Gray (2006a), p. 114) refere-se à teoria do Almirante norte-americano Owen, sistema de sistemas, a qual tinha o propósito de acabar com o nevoeiro do campo de batalha e explorar a romanceada informação absoluta, como tendo como grandes lacunas esquecer-se da dimensão humana e não considerar a possibilidade de o adversário ser inteligente. Os relatos dos acontecimentos no Afeganistão e Iraque vêm confirmar o atual desfasamento entre estas teorias e a realidade.

Sustentado que o campo de batalha está longe de ser transparente, “na Operação Anaconda, menos de metade das posições de combate da Al Qaeda descobertas eram conhecidas das forças norte-americanas antes do contacto por forças terrestres, apesar de um intensivo esforço de reconhecimento usando a mais avançada tecnologia de vigilância. Aliás, a maioria do fogo recebido pelas forças norte-americanas na Operação Anaconda foi oriundo de posições da Al Qaeda inicialmente não detetadas” (Biddle, 2004, pp. 56 - 57). Também no Iraque, o General Franks referiu que durante as operações de combate não estava à espera de encontrar os *Fedayeen* fora de Bagdad. Esta surpresa deveu-se, em sua opinião, ao facto de, apesar dos analistas de informações terem tido acesso a imagens de reconhecimento de carrinhas de caixa aberta com o espaço de carga coberto por lonas, autocarros civis cheios com passageiros a deslocarem-se para Sul, estes dados não levantaram qualquer preocupação. O número de *Fedayeen* foi, no final, estimado em cerca de 40000 (Lewis, 2007, p. 420).

No Iraque, podemos dividir o impacto da tecnologia e dos fogos entre forças regulares e irregulares. “Depois de ter testemunhado as suas forças serem destruídas pela capacidade da coligação em destruir os blindados iraquianos em terreno aberto, era suposto que Sadam visse o óbvio: a única forma de enfrentar as forças ocidentais era forçá-los a operar em terreno complexo. Mas, por razões desconhecidas, Sadam não tirou proveito das áreas urbanas. Mais uma vez, as forças da coligação puderam tirar o máximo proveito da sua superioridade tecnológica. Mas, mesmo ainda durante as operações de combate, foram as forças irregulares *Fedayeen* que, atacando em áreas urbanas, se constituíram na maior ameaça para as forças norte-americanas. Nove carros de combate M1 *Abrams* foram destruídos devido aos RPG dos *Fedayeen*. No pós-invasão, os grupos irregulares em todo o país começaram a tirar proveito das áreas urbanas na sua luta contra as forças da coligação” (Thornton, 2007, pp. 136 - 137).

Este fator forçou os norte-americanos a executarem operações de grande envergadura neste tipo de terreno, como em Fallujah, com o intuito de o negar aos grupos irregulares. Aqui, o problema foi que, mesmo quando o sucesso militar ao nível tático foi conseguido, como no segundo ataque a Fallujah, as consequências ao nível do Teatro de Operações foram negativas, devido ao uso excessivo do poder de fogo, alienando a população e alargando a base de recrutamento dos irregulares. R. Thornton (2007, p. 137) relata que “o segundo ataque a Fallujah foi mais bem-sucedido, já que a cidade foi limpa de forças irregulares, mas os métodos empregues podem ser tidos como contraproducentes. Segundo declarações de um proeminente analista dos Marines, o segundo ataque a Fallujah tinha grande probabilidade de produzir consequências negativas, já que, muito provavelmente, acabaria por produzir mais elementos candidatos às forças irregulares. Este facto deve-se, essencialmente, à forma como as forças norte-americanas respondiam ao fogo, usando, a título de exemplo, carros de combate ou mesmo apoio aéreo próximo para bater meras posições suspeitas. Com estas técnicas, usando a força de forma esmagadora e muitas vezes desproporcionada, em áreas onde os civis permaneciam, a antipatia generalizada na população estava semeada”.

O início da campanha no Iraque, em que as forças da coligação foram empenhadas, sobretudo, contra forças regulares iraquianas, parecia confirmar a mudança de postura no balanceamento entre fogos e manobra dos EUA ainda mais para os fogos, opção baseada na tecnologia. “Rumsfeld acreditava que a doutrina da *AirLand Battle* representava o pensamento da Guerra Fria. Com a Revolução em Assuntos Militares em curso, ele baseava-se no desenvolvimento da tecnologia e em novas formas de operar, para afirmar que forças terrestres de pequenas dimensões podiam atingir os mesmos objetivos que uma força de dimensão substancialmente maior da década de 90 do século XX” (Lewis, 2007, p. 413). O sucesso inicial dos fogos levava, realmente, a considerar que a tecnologia seria agora um substituto da manobra. Esta ideia, apesar de ter sido parcialmente comprovada na fase das operações de combate de grande envergadura no Iraque, mesmo que muito facilitada pela inaptidão iraquiana, mostrou-se fatal na falta de capacidade de uma força tão reduzida em executar a fase de transição. Neste cenário, “o crescimento da subversão no Iraque foi alimentado pelo insuficiente número de tropas dos EUA, pela estrutura da força mal delineada, pela tecnologia errada, pela falta de compreensão da cultura local, pela crença em serem recebidos como libertadores, pela desmobilização do Exército iraquiano, pela falha em pôr cobro ao início da violência e pilhagens, pela falha em identificar as reais ameaças internas e externas, pela falha em controlar os depósitos de armamento e desarmar o Exército iraquiano, pelo desvio de recursos escassos para a procura de armas de destruição maciça e

pela demora em restaurar os serviços básicos” (Lewis, 2007, p. 437). Para todas estas tarefas seriam necessárias unidades de manobra no terreno. Unidades que não estavam disponíveis em número suficiente. Esta visão é consentânea com a afirmação de Paul Bremer em 2003, no pós-operações de combate (*apud* Lewis, 2007, p. 442) - “no meu ponto de vista a coligação tem cerca de metade do número de soldados necessários”. Para além da opção pela preponderância do fogo sobre a manobra, o número insuficiente de forças na transição para a estabilização significa, também, um foco na derrota de forças e não num ambiente seguro e estável como papel do Instrumento Militar Terrestre, esquecendo que o primeiro é, normalmente, apenas um objetivo transitório.

A falta de forças de manobra foi ainda agravada pela manutenção de potencial de combate por parte dos iraquianos após as operações de combate de grande envergadura. “Ao simplesmente misturarem-se na população, os iraquianos preservaram as armas e munições necessárias para a guerra irregular que emergiu pouco depois das operações de combate de grande envergadura terem terminado. Em vez dos esperados 50000 prisioneiros de guerra, apenas 6200 se renderam ou foram capturados” (Lewis, 2007, pp. 424 - 425).

Outro problema detetado no uso da tecnologia está ligado ao ímpeto. Assentar a forma de atuar permanentemente na tecnologia pode atrasar o ritmo das operações. “Se, antes de dobrar uma esquina, num ambiente urbano, se esperar pela fotografia de um UAV – *Unmanned Aerial Vehicle*, ou antes de assaltar um compartimento se pedir o apoio de um robot ou JDAM³⁷, então o ritmo das operações vai ser degradado. E, o ímpeto é essencial para manter um adversário que atua de forma assimétrica sob pressão num terreno complexo. Perdido o ímpeto quer dizer que o adversário pode desempenhar-se, exemplos das batalhas de Fallujah ou Tora Bora, ou mesmo inverter o destino do combate” (Thornton, 2007, pp. 145 - 146).

Temos vindo a referir que os norte-americanos estão cometidos à primazia do poder de fogo. No entanto, com as experiências dos conflitos recentes e atuais, as forças terrestres têm inspirado a sua transformação, não só nas promessas da tecnologia, mas também nas lições apreendidas. O balanço entre as lições que apontam para a necessidade de uma abordagem assente em forças de manobra no terreno e o aproveitamento da superioridade tecnológica faz, também, sentido numa ótica de preparação para todo o espectro da conflitualidade, já que “o Exército dos EUA entende que, por muitos anos, a política lhe exige e exigirá a capacidade para controlar território e garantir segurança à população nele inserida,

³⁷ Joint Direct Attack Munition.

no que poderão ser guerras prolongadas, sem qualquer empenhamento decisivo, uma característica clássica das guerras irregulares. (...)Em simultâneo, terá de se manter no topo da competência na condução de guerras regulares” (Gray, 2006a), p. 110). Neste cenário de dualidade de competências, “o *Future Combat System* é a base do esforço de modernização do Exército dos EUA para todo o espectro de operações. O *Future Combat System* não é apenas desenvolvimento tecnológico mas também o desenho de novas Brigadas de Combate. Estas novas Brigadas, com mais Infantaria, melhor equipamento, melhores comunicações e com uma impar compreensão da situação, mudarão a forma como o Exército combate. Estas Brigadas de Combate provarão ser inestimáveis em operações de Estabilização, perante ameaças assimétricas, adquirindo alvos para fogos de precisão, impedindo danos colaterais, e tendo mais Infantaria no terreno para controlo e contacto com a população” (Wade, 2008, p. 2-2). O desenho de forças, ao nível da Estratégia Genética, com preocupações de garantir o número necessário de elementos de manobra representa uma alteração à tecnologia como panaceia para qualquer aplicação da força em todo o espectro da conflitualidade. No entanto, não representa por si só uma mudança no balanceamento entre fogos e manobra, pois este dilema coloca-se também, como tem sido analisado neste estudo, nas opções tomadas no emprego da força no desenho das campanhas. Será também neste aspeto que a tendência de procurar resolver as situações que se colocam ao Instrumento Militar Terrestre com recurso ao fogos, como medida mitigadora de possíveis baixas, terá de ser invertida para representar uma verdadeira mudança.

Na capacidade de projeção, após o 11 de setembro o “Exército dos EUA tinha necessidade de forças mais ligeiras, mais rápidas e compatíveis com uma mobilidade estratégica via aérea” (Lewis, 2007, p. 378), como tal continuou o seu percurso de passagem de uma postura de pré - posicionamento para um Exército facilmente projetável (Czege, 2006, p. 3). Para atingir este desígnio, a organização das forças assentou na modularização, materializada na criação de Brigadas de Combate apoiadas por módulos de apoio de combate e de serviços provenientes das Brigadas Modulares de Apoio (TRADOC, 2008, pp. C-6 - C-12). C. Gray (2006a), p. 110) referiu-se a este percurso afirmando que “não restam dúvidas que o Exército está a levar a cabo a mais radical reorganização em mais de meio século. Está a mudar de uma organização baseada na Divisão para a Brigada, bem como se esforça para se focar num estilo expedicionário”.

Para além da mudança de escalão da unidade base, o que significa que as capacidades que tornavam a Divisão capaz de conduzir operações de forma independente têm que migrar para a Brigada, há a necessidade de adaptar os próprios meios às exigências atuais. Apesar de

“existir no mundo uma disparidade clara no potencial militar, esta tem sido algo anulada pelo facto das forças ocidentais estarem a ser usadas, como nunca antes, num papel expedicionário. Estas operações expedicionárias estão a levar ao emprego das forças para onde nunca foram desenhadas para ir. As tropas e blindados norte-americanos, por exemplo, estão a ter de operar em terrenos complexos, como os urbanos e regiões montanhosas. Nestes ambientes o seu potencial é substancialmente reduzido” (Thornton, 2007, p. 6). A resposta norte-americana para a adequação dos meios ao ambiente operacional e à necessidade de mobilidade estratégica será dada pelo *Future Combat System*. “As Brigadas de Combate do *Future Combat System* melhorarão a mobilidade estratégica e operacional sem sacrificar a letalidade ou proteção” (Wade, 2008, p. 2-2). No entanto, o decurso das operações correntes veio por em dúvida algumas das características do sistema, pois “devido à constatação de que o grau de proteção garantido pela sua blindagem seria inadequado para cenários urbanos como o do Iraque, a data prevista de entrada ao serviço do *Future Combat System* foi adiada” (Thornton, 2007, p. 142). O problema é que à luz das atuais tecnologias, mais blindagem, bem como mais poder de fogo, provocaria um excesso de peso que desvirtuaria um dos propósitos do seu desenho, a mobilidade estratégica. Esta necessidade de opções implica, provavelmente, a manutenção, num futuro próximo, do sistema atual de diferentes tipologias de forças disponíveis, desde as ligeiras às pesadas.

Com os atuais conflitos, a problemática da validade ou compressão dos níveis da guerra, mantém-se. Vários autores consideram a Arte Operacional a grande responsável por, no planeamento de campanhas, como no caso do Iraque em 2003, pesar apenas a dimensão militar, dificultando a articulação dos restantes instrumentos do poder do Estado. Por esta razão, os defensores da separação da definição de objetivos e estado final ao nível estratégico, do planeamento e gestão das campanhas, apontam para a necessidade de “uma capacidade para a aproximação unificada multi-instrumentos, ao nível estratégico, operacional e tático, como um dado *sine qua non* para o sucesso numa campanha de contrassubversão” (Cassidy, 2008, p. 19). Olhando para o fenómeno da subversão, instrumento para quem conduz uma guerra irregular, como uma atividade não meramente militar, facilmente se chega à conclusão que dificilmente se consegue uma solução para esse fenómeno que seja puramente militar.

Em relação ao tipo de abordagem à condução das operações, a ideia de aplicar o Instrumento Militar Terrestre para obter uma vitória rápida, dentro da ótica *manoverista*, pode ser a expressão da forma de como os EUA quereriam combater e não da realidade que realmente enfrentam (Scales, 2008, p. 114). Este facto ocorre porque “os EUA, historicamente, têm desprezado a sua doutrina focada na manobra e têm combatido as suas

guerras baseadas nos fogos e na destruição” (Degen, 2009, p. 22). Apesar desta consistência histórica, sobretudo contra adversários que atuem de forma assimétrica, existem sinais de uma tentativa de mudança perante adversários que recorrem a guerras irregulares. Em 2005, quando o Presidente dos EUA tornou pública a Estratégia nacional para a vitória no Iraque, o primeiro objetivo intermédio era explícito quanto à necessidade de isolamento da ameaça em relação à população (Lewis, 2007, p. 446). Esta mudança indica uma abordagem *manoverista*, não colocando o enfoque na destruição direta da ameaça, mas sim na tentativa de lhe retirar a liberdade de ação e base de sustentação. Esta abordagem pode ser enquadrada na preempção das ações da ameaça, já que lhe retira um dos pré-requisitos de atuação, o apoio da população. Poderá, também, ser encarada como deslocalização funcional de um dos pontos fortes da ameaça, a ocultação que o apoio da população lhe garante. Se encaramos o apoio da população como um dos requisitos críticos de qualquer centro de gravidade, ou mesmo o próprio centro de gravidade, estamos perante a disrupção, outro dos instrumentos da abordagem *manoverista*.

Em relação ao papel do Instrumento Militar Terrestre, “uma lição do Afeganistão, reforçada pela intervenção no Iraque em 2003, é a de que vencer a guerra regular, ou seja, derrotar as forças regulares adversárias, não chega. É necessário assegurar a paz no pós-conflito para que a vitória convencional tenha algum sentido” (Tuck, 2008, p. 116). Cada vez mais tem surgido a necessidade de integrar, no terreno, os restantes instrumentos do poder do Estado. Para que esta integração seja possível é necessário ao Instrumento Militar conquistar a população e estabelecer um ambiente seguro e estável. Dentro do Instrumento Militar, só o Instrumento Militar Terrestre consegue cumprir estas tarefas (Degen, 2009, pp. 6 - 7). Ou seja, tal como no período anterior, as forças terrestres foram necessárias para materializar a derrota do adversário e atingir o estado final pretendido, assumindo-se o Instrumento Militar Terrestre como o instrumento decisivo. No entanto, para além da rápida derrota militar das forças regulares adversárias, o Instrumento Militar Terrestre continua a ter dificuldades em garantir de forma cabal a segurança das populações, bem como em estabelecer um ambiente seguro e estável face a ameaças assimétricas. A prova dada é a duração, no tempo, das Operações no Iraque e Afeganistão.

(4) Síntese Conclusiva

Este subcapítulo visou analisar a evolução do Instrumento Militar Terrestre dos EUA desde o fim da 2ª Guerra Mundial até à atualidade. Para facilitar a posterior comparação entre

atores, apresenta-se, em seguida, o resumo da evolução norte-americana ocorrida nas diversas variáveis do nosso modelo de análise.

No balanceamento entre fogos e manobra, o Instrumento Militar Terrestre dos EUA, em todos os conflitos ao longo do período em análise, guerras limitadas para o ator, deu primazia aos primeiros. Esta escolha tem sido feita para atingir resultados positivos com o menor número de baixas possível. Na Guerra da Coreia a ênfase nos fogos foi reflexo do desenho das próprias unidades para o Teatro de Operações, bem como do nível tático, em que o combate próximo para destruir o adversário era tendencialmente substituído pelos fogos. No entanto a conjugação do terreno com a capacidade de adaptação pela manobra do adversário conseguiu mitigar drasticamente a vantagem tecnológica.

No Vietname foi seguida a mesma abordagem da Coreia e, mais uma vez, a adaptação do adversário, tirando partido de terrenos complexos, conseguiu mitigar o poder de fogo. Esta opção acarretou ainda mais duas consequências nefastas. Em primeiro lugar, os danos colaterais provocados pelo uso excessivo do fogo alienaram a população que é um elemento chave num conflito onde a guerra irregular foi também utilizada pelo adversário. Em segundo, a falta de forças de manobra, substituídas pela tecnologia do fogo, originou a incapacidade de garantir a segurança da população, fator a acrescentar à sua alienação.

Após a Guerra Fria, conflitos como o Golfo e Kosovo faziam crer que, devido aos avanços tecnológicos, o campo de batalha poderia estar novamente paralisado pelo fogo³⁸. O campo de batalha tornava-se transparente e a tecnologia de precisão dava à manobra um custo demasiado elevado. A vitória esmagadora na Guerra do Golfo levou mesmo a que se passasse a encarar uma Revolução nos Assuntos Militares em curso. Esta ideia continuou mas a experiência americana tem sugerido que o balanço entre fogos e manobra continuará, também, a depender da natureza do adversário e do terreno. Os conflitos do Afeganistão e Iraque, novamente devido à capacidade adaptativa do adversário, demonstraram que os fogos e a tecnologia de informação não são a derradeira panaceia, obrigando os EUA a deslocarem a sua prioridade para a manobra.

R. Thornton (2007, p. 128) refere-se a uma das lições das duas intervenções no Iraque, afirmando que “se algum ator quiser fazer frente às forças ocidentais com as suas próprias forças regulares, terá de o fazer de forma que o modo de emprego e o terreno escolhido possam negar as suas capacidades. O campo de batalha terá de ser nivelado, trazendo o poderoso para o nível do oponente mais fraco. E, uma vez nivelado o campo de batalha, o

³⁸ Situação vivida durante a 1ª Guerra Mundial, na frente ocidental, até às ofensivas de 1918.

oponente mais fraco pode, então, procurar criar sucessos táticos ocasionais, que possam aglutinar-se com o tempo em sucesso aos níveis operacional e estratégico. (...)O oponente mais fraco tentará atrair as forças ocidentais para campos de batalha que não podem ser facilmente controlados, onde os planos facilmente se tornam ultrapassados, onde a superioridade tecnológica é negada. Onde o potencial de combate de forças blindadas é minado, onde o uso dos fogos é restringido e onde o apoio logístico é problemático. Na corrente era, estes campos de batalha serão, sobretudo, nos apelidados terrenos complexos, áreas urbanas e regiões montanhosas”. O tipo de terreno mencionado parece-nos demasiado inspirado nas atuais operações, esquecendo outros terrenos complexos, como a selva. No entanto, sem dúvida, as áreas urbanas são o terreno complexo por excelência, já que aliam todo o aspeto físico que mitiga a tecnologia à presença de não combatentes. Como síntese, provavelmente o ponto mais importante em relação à opção da primazia dos fogos é que, apesar de reduzir as baixas derivadas do combate próximo, cenário que ocorreu nas guerras limitadas, confere ao adversário a capacidade de adaptação, permitindo-lhe contrariar, a prazo, os efeitos dos fogos.

Na capacidade de projeção, os EUA têm-se debatido com o balanceamento entre a mobilidade estratégica de uma força e o seu valor combativo. Após a Guerra Fria, os EUA iniciaram um processo de transformação de forças desenhadas para o pré - posicionamento para forças facilmente projetáveis. Esta transformação assenta atualmente na modularização, materializada na criação de Brigadas de Combate apoiadas por módulos de apoio de combate e de serviços provenientes das Brigadas Modulares de Apoio. Nestas Brigadas de Combate, o modelo das armas combinadas é implementado em termos permanentes ao nível das suas subunidades.

Em relação aos níveis da guerra, os EUA mantiveram um dualismo Estratégia – Tática até ao final da Guerra Fria. Só com a introdução da doutrina *AirLand Battle*, os EUA adotaram oficialmente o nível operacional. No pós-Guerra Fria, as munições guiadas de precisão, as capacidades avançadas de ISTAR, a tecnologia *stealth* e a digitalização do C2, provocaram o debate da compressão dos três níveis da guerra. Outros argumentos dos defensores do regresso ao dualismo Tática – Estratégia têm sido a revolução da informação e a necessidade de integração dos instrumentos não militares do poder do Estado, principalmente ao nível operacional. No entanto, os EUA mantêm, na sua doutrina e aplicação prática, os três níveis da guerra. Simultaneamente apontam para uma integração do Instrumento Militar com os restantes instrumentos nos três níveis da guerra, principalmente quando a população é um ator determinante no Teatro de Operações.

Durante os conflitos da Coreia e Vietname os EUA tiveram uma abordagem *atricionista* às operações. No primeiro, o objetivo da destruição sistemática ditou esta abordagem. No Vietname a alienação da população pelos danos colaterais dos fogos, a falta de forças de manobra para lhe garantirem a segurança e o foco na destruição da ameaça são as causas mais visíveis do *atricionismo*. No entanto, mesmo sem estar consagrada na doutrina, no período final da Guerra do Vietname os EUA começaram a tentar focar as operações na população, denotando uma tentativa de abordagem *manoverista*.

Com a introdução da *AirLand Battle* foi introduzida uma abordagem *manoverista* à condução das operações. No entanto, a abordagem *manoverista* tem sido mais uma declaração de intenções do que propriamente uma realidade. Com exceções, como a condução da Guerra do Golfo em 1991, ao nível operacional, os EUA têm desprezado a sua doutrina, conduzindo as suas campanhas baseados na destruição sistemática do adversário. Esta tendência, revelando uma capacidade de aprendizagem, tem-se invertido, mostrando os EUA vontade de aplicar a abordagem *manoverista* contra adversários que conduzam uma guerra irregular, caso do Afeganistão.

Na importância relativa, o Instrumento Militar Terrestre, nos conflitos analisados, tem sido o instrumento decisivo. Este facto deve-se em parte às restrições políticas de atuação para a componente aérea, exemplos da Coreia e Vietname, bem como está, também, relacionado com a necessidade de atuação no meio terrestre. Esta necessidade materializa-se, tanto na derrota de forças regulares, exemplo da Guerra do Golfo, como também para assegurar um ambiente seguro e estável, exemplo do Kosovo. Ou seja, um dos aspetos principais do emprego do Instrumento Militar Terrestre é a necessidade de forças terrestres para obter a vitória, apesar do sucesso das campanhas aéreas e do uso massivo dos fogos. Mas, derrotar as forças regulares adversárias não chega. Para que a vitória convencional seja materializada é necessário garantir a segurança e estabilidade no Teatro de Operações. Nesta ótica, tem-se acentuado a necessidade de, no terreno, integrar os restantes instrumentos do poder do Estado para além do militar. Para tal é necessário ao Instrumento Militar conquistar a população e estabelecer um ambiente seguro e estável. Dentro do Instrumento Militar, só o Instrumento Militar Terrestre tem conseguido cumprir estas tarefas.

Quanto à capacidade em atingir o estado final pretendido, os melhores resultados têm sido atingidos nas guerras em que o adversário a derrotar é constituído por forças regulares. Quando o estado final é o estabelecimento e manutenção de um ambiente seguro e estável e as ameaças a este ambiente atuam de forma assimétrica, é necessário conquistar a população e

garantir a sua segurança, já que o adversário combate no seu seio e é dela que retira a sua liberdade de ação. Este estado final pretendido tem-se revelado mais difícil de atingir, mas continuando o Instrumento Militar Terrestre o único a poder almejar tal objetivo.

b. URSS/Rússia

(1) Guerra Fria

No período da Guerra Fria a URSS centrou-se, ao nível militar, num possível confronto com a OTAN no Teatro de Operações europeu. Paralelamente a este teatro, a URSS envolveu-se em guerras limitadas, como a Guerra do Afeganistão.

No balanceamento entre fogos e manobra, os soviéticos tiveram duas posturas em relação ao Teatro de Operações europeu. Desde o advento da arma nuclear até à década de 1960, a manobra era vista como auxiliar dos fogos. “As grandes formações de carros de combate avançariam protegidas por uma espécie de carpete nuclear e química, sendo quase nula a necessidade em manobrar e combater” (Simpkin, 1985, p. 43). Nesta abordagem, as forças de manobra apenas consolidariam os resultados decisivos obtidos pelos fogos, não só nucleares e químicos, como afirmou R. Simpkin, mas sobretudo convencionais.

A partir da década de 1960, apesar de os soviéticos continuarem a contar com fogos massivos, estes passam a ser vistos como apoiantes da manobra. O sucesso para derrotar as forças terrestres da OTAN passava, na perspetiva soviética, novamente a assentar na manobra, sobretudo baseada em múltiplos escalões dispostos em profundidade. Este equilíbrio encontrado entre fogos e manobra irá permanecer até ao final da Guerra Fria, mas apenas no Teatro de Operações europeu. A preponderância da manobra era assegurada em duas vertentes. A primeira e comumente reconhecida, baseada na massa, ou seja no número, e a segunda na abordagem às operações, que analisaremos, posteriormente, nas variáveis da doutrina.

Na Guerra do Afeganistão, uma guerra limitada para os soviéticos, a abordagem em termos de fogos e manobra inverteu-se. Esta inversão ocorreu num cenário em que o terreno e o adversário não permitiam uma aplicação direta da doutrina adaptada a um confronto de grandes Exércitos convencionais. Para além da inadaptação da doutrina, “o Exército soviético que invadiu o Afeganistão não era um Exército treinado para a guerra irregular mas sim treinado para conduzir uma guerra convencional de alta intensidade nas planícies da Europa” (Cassidy, 2008, p. 31). A tentativa de conduzir a campanha com os mesmos métodos de uma guerra convencional é visível na forma como as operações eram planeadas e executadas. “O

Exército soviético conduziu operações de larga escala com blindados até 1982. Cerca de duas vezes por ano, os soviéticos lançavam operações ofensivas de grande envergadura, usando Divisões Motorizadas treinadas para a guerra contra a OTAN na Europa Central, em vez de utilizarem as suas unidades aerotransportadas, mais ligeiras e mais adaptadas ao Teatro de Operações” (Cassidy, 2008, p. 31).

O uso excessivo do fogo e a condução de operações utilizando forças de escalões elevados levou ao emprego exagerado da força e aos inevitáveis danos colaterais indesejáveis. E claro, “o uso excessivo da força e a destruição indiscriminada que tal opção acarreta, não ganhou qualquer coração e mente da população” (Cassidy, 2008, pp. 31 - 32). Um exemplo deste facto está na ofensiva no Vale de Panjshir, Operação Panjshir VII, conduzida em 1984, na qual “bombardeamentos de altitude, utilizando os bombardeiros TU-16, conjugados com o ataque ao vale, que se estendeu a Herat, onde os soviéticos destruíram todas as localidades e seus subúrbios até 20 km da cidade. (...) Tal como os norte-americanos no Vietname, os soviéticos pareceram desenhar a sua campanha de contrassubversão inspirados em Duhet” (Cassidy, 2008, pp. 31 - 32).

Se a população, devido ao uso indiscriminado dos fogos, se afastou da força, para, posteriormente, retirar o apoio da população aos Mujahideen, os soviéticos optaram, ainda mais, pela coação. O método e armas utilizados, como a deliberada destruição de povoações, os bombardeamentos aéreos de altitude, o uso de *napalm* e de bombas de fragmentação (Cassidy, 2003, p. 14), testemunham a intenção de aterrorizar a população afegã. Este aspeto revela a ênfase colocada nos fogos, mas, acima de tudo, denota uma nítida abordagem *atricionista* ao problema da contrassubversão. Considerando que a população era, certamente, um centro de gravidade para os Mujahideen, ou pelo menos um requisito crítico para esse centro de gravidade, os soviéticos não optaram pela abordagem *manoverista*, que seria deslocalizar a ameaça em relação à população, recorrendo a uma política de conquista dessa mesma população. Mas, à medida que a guerra se prolongava no tempo, mais os soviéticos recorriam à Artilharia e à componente aérea para limitar as suas baixas, o que também aumentava proporcionalmente as baixas civis, provocando um incremento do apoio da população aos Mujahideen e tornando a sua resistência mais organizada e eficaz (Cassidy, 2003, p. 21). A Guerra do Afeganistão era uma guerra que requeria, essencialmente, manobra, para que se conseguisse uma presença física permanente que assegurasse a segurança da população. No entanto, os soviéticos revelaram sempre uma intenção de executar a sua permuta por fogos. Como uma das consequências diretas desta abordagem, de acordo com um relatório de médicos franceses que trabalhavam em áreas controladas pelos Mujahideen, mais

de 80% das baixas provocadas pelos soviéticos eram civis (Cassidy, 2008, p. 52).

No período da Guerra Fria, na variável projeção, as forças soviéticas tinham uma postura de pré – posicionamento, vocacionada para a disponibilidade de forças com elevado valor combativo. No entanto, a URSS introduziu, na década de 1960, o conceito de *aeromecanização*. “Os soviéticos criaram este tipo de forças como parte da sua doutrina de nível operacional, com o intuito de ultrapassar verticalmente as zonas de impacto, nos primeiros escalões adversários, das armas nucleares táticas, e, desta forma, manobrar na retaguarda do dispositivo defensivo da OTAN” (Grange, *et. al.*, 2002, p. 82). Apesar da sua vocação de nível operacional, estas forças tiveram impacto na capacidade de projeção de forças terrestres soviéticas.

Na intervenção soviética na Checoslováquia, em 1968, as forças *aeromecanizadas* foram projetadas para os principais aeródromos e rapidamente controlaram os quartéis, pontes, centros de comunicação e edifícios governamentais, antes ainda da chegada das restantes forças terrestres (Grange, *et. al.*, 2002, p. 82). Na Guerra do Afeganistão, os soviéticos utilizaram as suas forças *aeromecanizadas* para controlar a capital Cabul e preparar a invasão. “O uso inicial das forças *aeromecanizadas* foi brilhantemente executado. Liderando a invasão (...) os aeródromos, edifícios governamentais e os principais governantes foram controlados em poucas horas” (Grange, *et. al.*, 2002, p. 87). Podemos, então, concluir que as forças *aeromecanizadas*, embora desenhadas para a manobra operacional, foram utilizadas com sucesso no início das intervenções militares, devido à sua boa mobilidade estratégica (já que tinham sido desenhadas para o transporte aéreo) e valor combativo credível. Este último resultava da sua capacidade de mobilidade tática, proteção e poder de fogo, muito superiores quando comparadas com forças ligeiras.

Na doutrina soviética, após o gradual retomar da Arte Operacional, entre 1943 e 1945, abandonada de forma abrupta devido às purgas estalinistas, o modelo soviético da guerra, ao nível operacional, continuou a desenvolver-se com teorizadores como Nikolai Ogarkov e Makhmut Gareev. Na década de 1970, a doutrina soviética amadureceu para a batalha Terra – Ar, um conceito que preconizava o combate em toda a profundidade do dispositivo adversário (Cassidy, 2003, p. 11). Em vez de uma abordagem *atricionista* às operações no Teatro de Operações europeu, que assentasse numa destruição sequencial das forças da OTAN, os soviéticos privilegiavam uma abordagem *manoverista*, procurando retirar a coesão às forças da OTAN vistas como um sistema. A doutrina ao nível operacional determinava a conjugação das ações do primeiro escalão no combate próximo, dos Grupos de Manobra Operacional penetrando na profundidade do dispositivo adversário e dos envoltimentos verticais na

retaguarda do adversário (Tuck, 2008, p. 97). A execução destes conceitos só era possível com a orquestração, no nível operacional, das ações táticas, num horizonte temporal e espacial alargado. Apesar da doutrina soviética contemplar o nível operacional da guerra, a arte operacional como ferramenta para planear e conduzir campanhas, bem como preconizar a abordagem *manoverista*, a prática no Afeganistão foi, como vimos, *atricionista*.

Durante o período da Guerra Fria, o Instrumento Militar Terrestre era considerado pelos soviéticos como o instrumento decisivo, pois só ele conseguiria materializar a derrota das forças da OTAN no Teatro de Operações europeu. A exceção a este pensamento foi o período de tempo, já referido, em que a URSS via na arma nuclear a panaceia para a vitória (Simpkin, 1985, pp. 43 - 44).

Na Guerra do Afeganistão, o Instrumento Militar Terrestre soviético foi testado na realidade. O Exército optou por dar ênfase aos fogos no seu balanceamento com a manobra. Adotou, também, uma abordagem *atricionista* às operações que conduziu. Apesar do insucesso destas opções no respeitante à facilidade em atingir o estado final pretendido, o papel decisivo coube ao Instrumento Militar Terrestre, inclusive pela reduzida eficácia do Instrumento Militar Aéreo. Neste conflito, os fogos soviéticos, principalmente os aéreos, foram contrariados pelos Mujahideen através de uma dupla via de mitigação da superioridade adversária. Uma das vias foi tecnológica, “com a introdução do míssil antiaéreo *Stinger*” (Cassidy, 2003, p. 21). “A ameaça antiaérea, fazendo as aeronaves voar mais alto, sejam de asa fixa ou helicópteros, torna-as menos eficazes em apoio das ações terrestres. O seu poder de fogo é menos preciso e como tal a probabilidade de danos colaterais aumenta” (Thornton, 2007, p. 82). Com o aumento de danos colaterais, fica a ameaça a ganhar no nível estratégico, acabando por alienar ainda mais a população em relação à força. A restante via foi adaptativa, recorrendo ao terreno montanhoso e à atuação miscigenado na população.

(2) Pós - Guerra Fria

Após a implosão da URSS, a Rússia, maior herdeira do seu Instrumento Militar, envolveu-se por duas vezes em conflitos na Chechénia, entre 1994 e 1995 e entre 1999 e 2000. Em 2008, interveio na Geórgia.

Nas campanhas da Chechénia, as forças russas optaram pela primazia dos fogos em relação à manobra. No entanto, a experiência russa demonstrou que um terreno complexo, como as áreas urbanas, dificulta muito a aplicação dos fogos, principalmente os indiretos e os aéreos. “Os chechenos usaram a assimetria, evitando a batalha em terreno aberto com os

blindados russos, artilharia e meios aéreos. Procuraram nivelar o combate, tentando levar a cabo batalhas maioritariamente de Infantaria. Repetidamente, os chechenos forçaram os russos a empenharem-se num ambiente urbano, onde um infante russo tem as mesmas probabilidades de sobrevivência do seu oponente checheno” (Cassidy, 2008, p. 25). Ao atraírem os russos para um combate em áreas urbanas, os chechenos procuraram um confronto onde a manobra, neste caso através da Infantaria apeada, se sobrepusesse aos fogos. Este tipo de combate retirava a superioridade tecnológica às forças russas e igualava o potencial de combate de ambos. Uma prova da complexidade do terreno urbano, e da sua característica de equalizador do potencial de combate é visível no exemplo de uma Brigada que perdeu, neste ambiente, 20 de 26 carros de combate e 100 de 120 veículos blindados de transporte de tropas, na maioria para fogo de simples RPG-7 (Thornton, 2007, p. 136).

O caso do assalto a Grozni demonstra, mais uma vez, que o poder de fogo e a tecnologia não são um fator decisivo em terrenos complexos e não apenas contra forças que atuem de forma assimétrica. “Apesar das guerrilhas terem combatido a batalha de Grozni de uma forma mais convencional, quando comparado com batalhas subsequentes noutras cidades, fizeram-no de uma forma mais fabiana, tirando o máximo proveito da malha urbana para mitigar a vantagem tecnológica russa. (...) Não só as forças, tirando partido do terreno complexo, combateram de forma mais convencional, estas eram também compostas por uma mistura de forças regulares e irregulares (Cassidy, 2008, p. 62).

Os chechenos, para além do uso de terreno complexo, procuraram, inclusive, utilizar a tecnologia russa em seu proveito. Ao atrair o fogo indireto e aéreo sobre si, quando misturados no seio da população, levavam os russos a provocar danos colaterais. Estes danos aproximavam, ainda mais, a população do movimento separatista, facilitando o recrutamento para o lado checheno. Como agravante, e, principalmente, na campanha de 1994 – 1995, a Artilharia era encarada como sendo quase substituta da Infantaria (Cassidy, 2003, pp. 23 - 24).

A procura do terreno complexo como único campo de batalha onde é admissível nivelar o potencial contra uma força muito superior ficou bem patente em 1995. Em 09 de fevereiro desse ano, o comando checheno decidiu retirar a maioria das suas forças devido ao desequilíbrio crescente de potencial, bem como à aprendizagem dos russos. (...) Os chechenos decidiram, para reduzir as suas baixas, mover a área de operações para a montanha, outro ambiente onde as forças regulares mecanizadas estão em nítida desvantagem” (Cassidy, 2008, p. 62). Como medida de preservação de potencial, os chechenos dispersaram e passaram a atacar as bases avançadas mais fracas e as patrulhas russas, empregues *a posteriori*, de forma

fragmentada. Os chechenos passavam a uma campanha onde se não perdessem conseguiriam erodir os russos e obter a vitória ao nível estratégico (Cassidy, 2008, p. 53). Para contrariar a abordagem chechena, os russos necessitavam de forças de manobra em número suficiente para controlar o território e garantir segurança à população nele inserida. No entanto, apesar da pequena dimensão da Chechénia, os russos, tendo privilegiado o fogo em detrimento da manobra, provaram não terem elementos de manobra suficientes no terreno para controlar toda a região (Cassidy, 2008, p. 54). A falta de efetivos foi ainda agravada pela necessidade russa em concentrar forças por questões de proteção, dada a ação dos chechenos contra as bases avançadas de pequeno efetivo (Cassidy, 2008, p. 53).

Na Guerra da Geórgia, o Exército russo, invertendo o balanceamento seguido na Chechénia, deu primazia inicial à manobra, de forma a controlar rapidamente os principais sistemas rodoviários e ferroviários, bem como os aeródromos e bases militares na zona da intervenção. No final do conflito, e ao contrário da Chechénia, principalmente à diferente tipologia de forças, regulares neste caso, e insuficiente uso do terreno dos georgianos, os russos tiveram mais eficácia na sua utilização dos fogos. Contra as unidades do Exército georgiano, “os sistemas lança foguetes múltiplos, em conjugação com a Força Aérea russa, infligiram perdas consideráveis nas forças georgianas, levando-as à desmoralização e posterior retirada” (Mc Dermott, 2009, p. 66).

Em relação à variável projeção, o Estado-Maior das Forças Armadas Russas, estudando a Guerra do Golfo de 1991, concluiu que a solução para a intervenção nos conflitos regionais do final do século XX era uma abordagem baseada na ofensiva, a qual requeria forças com grande mobilidade nos três níveis da guerra. Para a consecução desta abordagem, o Ministro da Defesa Russo, General Grachev, adotou, em 1992, o conceito de Força Móvel (Cassidy, 2003, p. 12). Este conceito, ao melhorar a mobilidade estratégica, reflete uma preocupação com a capacidade de projeção das forças terrestres russas. “Em 1994, o então Presidente Yeltsin declarou que a Força Móvel estava criada” (Cassidy, 2008, p. 51). No entanto, este novo conceito reflete, também, a realidade de forças terrestres de diferentes orientações. Parte orientada para a projeção e o restante assente unicamente no seu valor combativo, sacrificando totalmente a sua mobilidade estratégica.

Nas campanhas da Chechénia e da Geórgia, a capacidade de projeção é dificilmente avaliada, pois foram intervenções, ou no próprio território, ou em território contíguo, utilizando, maioritariamente, a via terrestre. Mc Dermott (2009, p. 66) afirma que, na Guerra da Geórgia, “a capacidade de mobilidade estratégica russa foi superior à demonstrada em conflitos anteriores”. No entanto, não podemos concluir que esta melhoria tenha decorrido de

alterações genéticas nas forças terrestres, podendo ser consequência de fatores como a capacidade de transporte aéreo estratégico, o C2 e, claro, a contiguidade dos territórios georgiano e russo. Aliás, uma das lições aprendidas pelo Exército Russo na Geórgia é “ a proposta de passar as forças terrestres de uma base assente no escalão Divisão, como escalão mais elevado de constituição fixa, para o escalão Brigada” (Mc Dermott, 2009, p. 66), numa tentativa de criar uma base de unidades mais flexível e facilmente projetável.

“A Guerra da Geórgia tornou claro que a estrutura das forças terrestres estava mal adaptada à moderna condução de operações. Como ponto inicial, a tradicional unidade de escalão Divisão, com cerca de 10000 elementos, foi vista como uma fraca base da estrutura. A Divisão não tinha a habilidade ou flexibilidade para fazer face às exigências de um conflito moderno e altamente móvel. A principal razão era o seu exagerado peso” (Thornton, 2011, p. 21). A própria proposta de passagem da Divisão para a Brigada como unidade base está em consonância com a experiência das forças projetadas. Apesar de terem sido utilizadas quatro unidades de escalão Divisão, a 19ª e 42ª Divisões Motorizadas, a 76ª Divisão Aeromóvel e a 98ª Divisão Aerotransportada (Cohen, Hamilton, 2011, p. 10), no terreno apenas as unidades de escalão Brigada foram utilizadas (Cohen, Hamilton, 2011, p. 26), formando a unidade de base para o conceito de operações. Um assessor do Ministro de Defesa Russo confirmou a A. Cohen, após a Guerra da Geórgia, que “as forças russas necessitavam de desenvolver esforços para criar um Exército mais pequeno, mais manobrável e mais facilmente projetável” (Cohen, Hamilton, 2011, p. 50). Mais recentemente, o Presidente Medvedev focou como uma das áreas de prioridade a mudança da Divisão para Brigada como base do sistema do Exército. (Cohen, Hamilton, 2011, p. 53).

As novas Brigadas são apresentadas por Serdyukov (*apud* Thornton, 2011, p. 22), como sendo, “quando comparadas com a Divisão, uma estrutura mais flexível, com mais mobilidade e mais moderna. As novas Brigadas, duas vezes e meia maiores do que os antigos Regimentos Divisionários em termos numéricos, foram desenhadas para igualar a prática modular das forças Ocidentais e para ter o seu próprio apoio de combate e apoio de serviços. Como tal estas Brigadas são desenhadas para operar de forma independente”.

Nos níveis da guerra, também na Rússia se discutiu a validade da sua separação. Nesta problemática, o teorizador militar russo, General Gareev, rejeita o fim dos três níveis, reconhecendo que o caráter da guerra pode ser alterado, mas continuando a acreditar que os três níveis irão manter o seu valor intrínseco. O militar russo afirma que, embora o nível mais alto de C2 tenha hoje em dia meios poderosos de influenciar diretamente as batalhas, a Estratégia, a Arte Operacional e a Tática vão manter a sua importância (Gareev *apud* Evans,

2004, pp. 74 - 75). Nesta linha de pensamento encontra-se uma das lições aprendidas pelos russos na Guerra da Geórgia. Os relatórios da campanha indicam que os militares georgianos combateram bem, mas de forma caótica ao nível da sincronização das ações táticas, ao contrário das forças russas que tiveram boas prestações, principalmente, ao nível estratégico e operacional (Bukkvoll, 2009, p. 58). O nível operacional russo bem conduzido permitiu mesmo colmatar falhas no nível tático (Cohen, Hamilton, 2011, p. 6), ao contrário das forças georgianas, que apesar de estarem razoavelmente bem treinadas e equipadas e terem combatido proficientemente ao nível tático, a ineficiência do planeamento aos níveis estratégico e operacional impediram que as vantagens táticas se materializassem em ganhos importantes, minando, assim, todo o esforço (Cohen, Hamilton, 2011, pp. 6 - 7).

Em relação ao tipo de abordagem às operações, nas campanhas da Chechénia, a primazia dos fogos, em detrimento da manobra, impediu os russos de deslocalizarem o movimento separatista em relação à população, o que representaria uma aproximação *manoverista* à contrassubversão. “Em vez de conquistarem a população, os russos tentaram exterminá-la com Artilharia” (Cassidy, 2003, p. 24). Outro exemplo da total ausência da procura da separação da população das forças chechenas está na própria organização da força, já que “o Exército russo entrou na Chechénia, sem qualquer unidade de assuntos civis ou operações psicológicas” (Cassidy, 2008, p. 60). Este detalhe enfatiza a não tentativa de conquista dos corações e mentes da população e a procura da solução pela atrição. Este facto, aliado à procura de aniquilação sistemática dos separatistas, leva-nos a concluir que os russos seguiram uma abordagem *atricionista*.

Na Guerra da Geórgia, a par da eficiência do nível operacional, esteve a tentativa de abordagem *manoverista*, procurando a deslocalização posicional das forças georgianas, mais do que a sua destruição sequencial, através do controlo rápido das principais linhas de comunicação e objetivos importantes no interior do país (Mc Dermott, 2009, p. 66). Para facilitar a deslocalização posicional, as forças terrestres russas procuraram criar o erro ao nível operacional, levando, pelo posicionamento das suas forças, os georgianos a empregarem a sua reserva prematuramente, permitindo que fossem atingidos objetivos na profundidade quase sem combate – ação dos 135º, 503º e 693º Regimentos³⁹ Motorizados em Tskhinvali e a destruição de infraestruturas militares no interior da Geórgia Ocidental em 11 de agosto (Cohen, Hamilton, 2011, pp. 24 - 25). Outro indicador de uma abordagem *manoverista* está na ação das forças russas fora da Abecásia e Ossétia do Sul (Cohen, Hamilton, 2011, p. 29),

³⁹ Unidades de escalão Brigada.

entrando no restante território georgiano com o intuito de aliar o efeito psicológico aos efeitos físicos do combate já alcançados, procurando a paralisia através da surpresa e do dilema criado então às forças georginas sobre as suas prioridades de defesa.

Ao nível tático, a abordagem *manoverista* terá porventura sido substituída pela atrição, utilizando as forças em diversas situações num único eixo de progressão, prejudicando a capacidade de manobrar com forças em segundo escalão (Cohen, Hamilton, 2011, p. 36). A manobra tática russa terá sido mesmo “pouco imaginativa e causadora de baixas desnecessárias” (Cohen, Hamilton, 2011, p. 36).

Analisando a importância relativa do Instrumento Militar Terrestre nos dois conflitos abordados, as forças terrestres foram as únicas capazes de materializar a derrota do adversário. Na Chechénia, só as forças terrestres conseguiram controlar a capital Grozni. Na Geórgia, só o Instrumento Militar Terrestre poderia atingir o estado final pretendido, o controlo da Ossétia do Sul e da Abecásia. Mas, se no segundo caso, a derrota das forças georgianas e o posterior controlo de território, onde a população era favorável, foram objetivos atingidos em pleno, na Chechénia o Instrumento Militar Terrestre mostrou não conseguir conquistar a população. A ênfase colocada nos fogos, não só não conseguiu derrotar totalmente os Chechenos, devido à sua capacidade adaptativa, como teve, também, um efeito alienador na população.

(3) Síntese Conclusiva

Este subcapítulo visou analisar a evolução do Instrumento Militar Terrestre da URSS/Rússia desde o fim da 2ª Guerra Mundial até à atualidade. Mais uma vez, com o intuito de facilitar a posterior comparação entre atores, apresenta-se o resumo da evolução soviética/russa ocorrida nas diversas variáveis do nosso modelo de análise.

No período da Guerra Fria, as forças terrestres soviéticas encaravam a manobra como a chave para o sucesso na derrota das forças terrestres da OTAN. Foi exceção o período até à década de 1960, em que os fogos, incluindo os nucleares, eram considerados como a panaceia para o conflito no Teatro de Operações europeu.

Na Guerra do Afeganistão, uma guerra limitada para os soviéticos, o balanceamento entre fogos e manobra inverteu-se em relação ao teatro europeu. Os soviéticos recorreram à Artilharia e ao Instrumento Militar Aéreo, em detrimento da manobra, para tentar limitar as suas baixas. No entanto, esta opção aumentou as baixas civis, provocando um maior apoio da população aos Mujahideen e tornando a sua resistência mais organizada e eficaz.

Após a implosão da URSS, a Rússia, foi a maior herdeira do seu Instrumento Militar. Em ambas as intervenções na Chechénia, a experiência russa demonstrou que um terreno complexo, como as áreas urbanas, dificulta a aplicação dos fogos, principalmente, os indiretos e aéreos. Além da dificuldade de aplicação, os danos colaterais provocados aproximaram, uma vez mais, a população do adversário. O terreno complexo revelou ser um meio de excelência para contrariar uma força tecnologicamente superior que privilegia os fogos em relação à manobra, quer para forças regulares quer para irregulares.

Na Guerra da Geórgia, uma campanha em que o adversário era composto por forças regulares, o Exército russo deu primazia inicial à manobra. Com a evolução do conflito, o balanceamento fogos – manobra foi-se deslocando para os fogos, numa espécie de exploração das vantagens obtidas pela manobra.

Na variável projeção, durante o período da Guerra Fria, as forças soviéticas tinham uma postura de pré – posicionamento, beneficiando o valor combativo em detrimento da mobilidade estratégica. Apesar desta postura para a maioria do Instrumento Militar Terrestre, as forças *aeromecanizadas* foram utilizadas com sucesso no início das intervenções militares, devido à sua boa mobilidade estratégica e valor combativo credível, mostrando ser possível obter neste ponto, ao nível da Estratégia Genética, um correto balanceamento.

Após a análise da Guerra do Golfo de 1991 foi adotado o conceito de Força Móvel. Este conceito, ao melhorar a mobilidade estratégica, reflete uma preocupação com a capacidade de projeção das forças terrestres russas. Concorrente para este propósito está a proposta de passar do escalão Divisão para o escalão Brigada, como escalão mais elevado de constituição fixa, de acordo com o modelo das armas combinadas e capaz de operar de forma independente no campo de batalha.

Na Guerra Fria, a doutrina soviética deu novamente ênfase à Arte Operacional e ao nível operacional da guerra. No pós-Guerra Fria, apesar da discussão sobre a validade dos três níveis da guerra, o seu valor intrínseco foi reafirmado, quer teórica quer empiricamente, principalmente com o contributo deste nível para a vitória na Guerra da Geórgia.

Ainda na doutrina, o tipo de abordagem à condução das operações tem tido duas linhas de conduta. No Teatro de Operações europeu da Guerra Fria e na Geórgia a abordagem foi maioritariamente *manoverista*, ou seja perante forças regulares. Quando o adversário empregou uma abordagem assimétrica e operou no seio da população, casos do Afeganistão e Chechénia, a opção foi pela atrição. Esta última opção é uma consequência do facto de “os soviéticos e russos não terem mostrado muito respeito pela abordagem das mentes e corações na contra subversão” (Gray, 2006a), p. 226).

Durante a Guerra Fria, com exceção do período em que a URSS via a arma nuclear como a panaceia para a vitória, o Instrumento Militar Terrestre era considerado pelos soviéticos, como o instrumento decisivo, pois só ele conseguiria materializar a derrota das forças da OTAN no Teatro de Operações europeu.

Na Guerra do Afeganistão, a pouca eficiência do Instrumento Militar Terrestre, apesar de continuar instrumento decisivo, deveu-se à preponderância dos fogos em relação à manobra, que, além de eficazmente contrariados pelos Mujahideen, conduziram, pelo seu uso indiscriminado, à alienação da população. As mesmas razões são apontadas para a má prestação na Chechénia. Em suma, o Instrumento Militar Terrestre mostrou maior aptidão para materializar a derrota de adversários convencionais e simétricos do que para derrotar uma ameaça assimétrica e conquistar a população, ou seja estabelecer um ambiente seguro e estável foi o estado final mais difícil de atingir.

c. China

A evolução do Instrumento Militar Terrestre chinês, desde o final da 2ª Guerra Mundial, tem dois períodos distintos. Até 1979, através de conflitos como a Guerra da Coreia, a Guerra Sino - Indiana e a Guerra Sino - Vietnamita, o ELP foi assimilando as suas próprias experiências de guerra. Após 1979, o ELP voltou-se para a observação das experiências de outros Exércitos nos conflitos modernos (Blasko, 2003, p. 61).

(1) Guerra Fria

O ELP, desde a Guerra Civil chinesa assentava sobretudo no homem e não na tecnologia. Nesta linha, no balanceamento entre fogos e manobra, a última tinha preponderância, tentando, simultaneamente, contrariar a supremacia dos fogos adversários ao seguir os princípios do movimento rápido, da camuflagem, da decepção e da surpresa.

Na Guerra da Coreia, as forças terrestres chinesas operaram num campo de batalha dominado pela supremacia dos fogos adversários. Neste ambiente, a ofensiva chinesa a Sul do Rio Han foi travada, após o sucesso inicial, pelos fogos do adversário (Scales, 2003, p. 47). Após a estabilização da frente, as forças da ONU, lideradas pelos EUA, procuraram adotar uma postura de patrulhamento ativa para estabelecer o contacto, fixar e destruir, através dos fogos, as forças do ELP.

No período inicial da guerra, o ELP⁴⁰ esqueceu as lições da Guerra Civil chinesa e, ao manobrar com grandes formações em terreno aberto, subestimou a capacidade destrutiva dos fogos da Artilharia e aéreos da ONU, sofrendo pesadas baixas. Para contrariar esta inferioridade, o ELP seguiu medidas adaptativas, mas continuando a favorecer a manobra. As forças do ELP passaram a movimentar-se em pequenos grupos e a concentrar-se apenas antes do ataque, tirando o máximo partido da cobertura do terreno e dos períodos de visibilidade reduzida (Scales, 2003, pp. 48 - 49). A Lewis (2007, p. 112) também refere, em relação a este Teatro de Operações, que como as distâncias nas quais se estabelecia o contacto eram mais curtas, quando comparadas com o Teatro de Operações europeu, as forças adversárias, coreanos e chineses, usavam a Tática, através da referida manobra adaptativa, tendo em vista mitigar o efeito do superior poder de fogo norte-americano e do seu controlo do ar. Os períodos de visibilidade reduzida e as condições meteorológicas adversas eram usados como complemento do uso do terreno para aplicação da manobra adaptativa. Com o tempo, a aplicação de uma manobra adaptativa por parte do ELP fez com que o balanceamento fogos – manobra da ONU, demasiado deslocado para os fogos, se tornasse ineficaz. Este fator conduziu, a uma paralisia ao nível da campanha.

Na Guerra Sino - Indiana, o combate decorreu em terreno bastante montanhoso, não sendo propício à manobra de grandes efetivos. O Exército indiano optou por uma postura estática, através de várias posições defensivas em pontos dominantes. Face a este dispositivo e ao terreno do Teatro de Operações, o ELP, cuja missão inicial era restabelecer a fronteira, necessitava de passar à ofensiva, tirando partido das circunstâncias com o intuito de conseguir aplicar a sua forma habitual de manobra. “Evitando os fogos indianos e procurando a surpresa, o ELP manobrava através de pequenas unidades que convergiam apenas no momento do assalto a cada posição indiana” (Wortzel, 2003, p. 346). O ELP era capaz de operar mais eficazmente nos vales profundos, em áreas densamente arborizadas, na escuridão ou pelo menos quando nevoeiro ou neblina limitavam a visibilidade. Os registos de atuação ELP relatam a sua necessidade em aplicar a tradicional forma flexível de condução das operações, bem como no aproveitamento do terreno complexo e do clima. Nesta conduta das operações, aplicada pelos chineses, quer ao nível tático da batalha, quer no desenho da campanha, os fogos eram vistos, no seu balanceamento com a manobra, como apoio, servindo

⁴⁰ Na realidade, por questões de política internacional, as forças do ELP que intervieram na Guerra da Coreia eram apelidadas de Voluntários Populares Chineses, tentando assim o Estado chinês furtar-se a uma responsabilidade direta de ingerência no conflito coreano.

a Artilharia apenas de elemento facilitador dos assaltos de Infantaria (Wortzel, 2003, p. 340). A escolha chinesa em relação ao balanceamento entre fogos e manobra revela, também, uma capacidade de aprendizagem, não repetindo o erro da sua abordagem inicial na Guerra da Coreia, onde não aplicou inicialmente a sua manobra adaptativa.

Na Guerra Sino - Vietnamita, a China tinha como objetivos de campanha a conquista de três capitais de Distrito, numa ação ofensiva punitiva pela interferência vietnamita no Camboja. Nesta campanha, o ELP beneficiou, mais uma vez, a manobra em relação aos fogos. Ao nível do Teatro de Operações, a manobra foi quase o único elemento existente e, mesmo no nível tático, em cada empenhamento “a Artilharia chinesa foi ineficaz, não conseguindo a articulação entre o apoio de fogos e a Infantaria” (Corbett Jr., O’Dowd, 2003, p. 355), pelo que os resultados obtidos eram alcançados quase exclusivamente pela manobra.

O ELP aprendeu, logo na Guerra da Coreia, a importância dos fogos, sobretudo quando o campo de batalha é aberto. “Os chineses também aprenderam que num campo de batalha aberto, nenhum grau de astúcia, por mais elevado que fosse, poderia substituir o fogo. Como consequência, seguindo a doutrina soviética e com o próprio apoio soviético, o ELP incorporou grandes quantidades de unidades de Artilharia nas suas forças terrestres, processo que durará até ao final do século XX. Hoje em dia, os sistemas de foguetes múltiplos e as unidades de mísseis aumentaram o alcance da sua Artilharia. Inclusive novas unidades de Artilharia Autopropulsada e de foguetes múltiplos estão a ser acrescentadas ao inventário das forças terrestres. (...) Atualmente o Exército chinês tem o segundo maior número de peças de Artilharia em todo mundo” (Blasko, 2003, p. 69). Contudo, esta alteração no balanceamento entre fogos e manobra está, como veremos no período seguinte, longe de inverter o pendor da manobra.

Na variável projeção, até à mudança ocorrida entre 1980 e 1990, para a Guerra Local, a doutrina da Guerra do Povo focalizava-se na defesa do território chinês, não fazendo esta capacidade parte das preocupações chinesas, pelo que as suas forças terrestres podiam sacrificar a mobilidade estratégica em prol do seu valor combativo.

Em relação à doutrina, na Guerra da Coreia, a abordagem à forma de conduzir a guerra pelo ELP foi *atricionista*, visando a aniquilação sistemática das unidades adversárias. Logo no início da intervenção chinesa, “o Marechal Peng recebeu uma mensagem direta de Mao indicando os dois objetivos da campanha. Em primeiro isolar a 7ª Divisão da Coreia do Sul na região de Guchang Chu, não deixando qualquer itinerário de retirada. Isto provocaria o reforço das 1ª, 6ª e 8ª Divisões, criando assim as condições para o combate. Em segundo concentrar o potencial de três Exércitos para, no momento do ataque, ter garantida a

aniquilação do adversário” (Tkacik Jr., 2003, p. 295). A. Lewis (2007, p. 107) também apresenta o objetivo do ELP como não sendo apenas forçar as forças da ONU de volta para o paralelo 38, mas sim a total destruição do 8º Exército.

Este foco na destruição do adversário até à sua aniquilação, não é apenas produto de uma escolha livre entre abordagens, mas também uma imposição das próprias vulnerabilidades das forças chinesas. A Lewis (2007, p. 113) refere que “os chineses demonstraram repetidamente no campo de batalha da Coreia que eram capazes de romper as linhas defensivas, mas uma força não mecanizada, sem apoio aéreo e comunicações credíveis, não era capaz de explorar o sucesso contra uma força que possuísse estas três características”. Quem não é capaz de explorar o sucesso, procurando causar a paralisia do adversário como sistema coeso, está condenado a procurar a vitória pela sua destruição sistemática, pois nunca consegue materializar os desequilíbrios alcançados pelas vitórias táticas,

Na Guerra Sino - Indiana o ELP conseguiu, através da manobra de pequenas unidades, cercar unidades indianas em posições defensivas estáticas. O ELP planeou, então, dividir as posições indianas por zonas e destruí-las uma de cada vez (Wortzel, 2003, p. 340). “O primeiro ponto forte indiano foi conquistado em apenas oito minutos, de acordo com os arquivos indianos. Em seguida, o ELP executou as mesmas ações sistematicamente contra cada uma das posições indianas, eliminando-as uma a uma (Wortzel, 2003, p. 340). A mesma conduta foi também seguida na Guerra Sino – Vietnamita. Tal como na Coreia, nestes dois últimos conflitos, a abordagem à forma de conduzir as operações foi, uma vez mais, *atricionista*, procurando a destruição sistemática das posições ocupadas pelos indianos e vietnamitas, até chegar aos objetivos finais da campanha.

Quanto aos níveis da guerra adotados pelas forças chinesas, nas Guerras da Coreia e Sino - Indiana, o envolvimento direto de Mao Tse Tung na condução das operações, embora à distância, denota uma ligação direta entre o nível estratégico e o tático. A mesma relação direta entre os dois níveis foi demonstrada na Guerra Sino - Vietnamita.

Em relação à importância relativa do Instrumento Militar Terrestre, na doutrina da Guerra do Povo, o ELP era o ramo apoiado, sendo, como tal, o instrumento decisivo. Esta relação entre componentes refletia também as debilidades chinesas em relação ao Instrumento Militar Aéreo, quando comparado com a dimensão e meios das forças terrestres.

Na Guerra da Coreia, a paralisia ao nível operacional, conseguida pelo Instrumento Militar Terrestre chinês, levou à vitória no nível estratégico, já que o fator tempo estava do seu lado. O ELP conseguiu repor a fronteira do Paralelo 38 na ofensiva inicial e, posteriormente, manter as suas posições. O Instrumento Militar Terrestre foi o instrumento

decisivo e conseguiu atingir o estado final pretendido, mesmo contra um adversário tecnologicamente dominante, pelo que este conflito demonstrou que a superioridade tecnológica não é o garante da vitória, sobretudo quando um adversário está disposto a aceitar um elevado número de baixas e demonstra uma boa capacidade adaptativa. Nas Guerras Sino – Indiana e Guerra Sino - Vietnamita, campanhas mais curtas, a rápida vitória sobre o Exército indiano e vietnamita foi conseguida através dos assaltos sucessivos de Infantaria, onde o apoio do Instrumento Militar Aéreo foi insignificante. Nestes conflitos entre forças regulares simétricas, o Instrumento Militar Terrestre foi, novamente, decisivo e atingiu plenamente o estado final pretendido.

(2) Pós - Guerra Fria

No período pós - Guerra Fria, o ELP, não tendo tido experiência operacional, limitou-se a acompanhar os conflitos internacionais e a incorporar as lições aprendidas de outros Exércitos.

Neste período continuou a mudança marcante no balanceamento entre fogos e manobra, no sentido da melhoria da capacidade dos primeiros. No entanto, dadas as suas vulnerabilidades tecnológicas, assimiladas especialmente com a campanha da OTAN no Kosovo, o ELP conserva os princípios da manobra do tempo da Guerra Civil e do período final da Guerra da Coreia. Estes princípios ganharam relevância como forma de contrariar o Instrumento Militar Aéreo, em especial, a tecnologia de precisão. Esta linha de pensamento é confirmada por D. Blasko (2003, p. 66), referindo que “os planeadores militares chineses estão permanentemente em busca de técnicas e táticas em que o fraco possa vencer o forte. Movimentos rápidos, surpresa, decepção, camuflagem e ocultação caracterizam o modo preferencial de atuar, o qual remonta ao tempos de Sun Tzu”. Para o autor a campanha aérea de 1999 no Kosovo, foi realmente o fenómeno que reforçou a importância destas técnicas e táticas para as forças terrestres, incluindo o foco nos movimentos durante os períodos de visibilidade reduzida e na camuflagem e ocultação. Este modo de atuação visa sobretudo iludir e degradar a eficácia das munições de precisão (Blasko, 2003, p. 66).

A par da preocupação em manter a capacidade de conduzir operações utilizando uma manobra adaptativa, os chineses têm investido na passagem de um Exército de massas para uma força de base tecnológica avançada, já que um dos problemas do ELP tem sido a sua fragilidade tecnológica, incluindo em relação ao seu armamento. Esta inferioridade força-o, como vimos, a adaptar a sua forma de conduzir operações. No entanto, este estilo de

condução de operações pode ter realmente conseguido alcançar os objetivos estratégicos definidos pela política até 1979 no Vietname, mas poderá, na opinião dos responsáveis chineses, não voltar a ser útil em possíveis intervenções limitadas na periferia do território chinês. Este facto levou o ELP a iniciar o referido programa de modernização multifacetado (Blasko, 2003, p. 70). Como tentativa de colmatar o atraso tecnológico, o então Secretário do Comité Militar Central chinês, Jiang Zemin, mostrou a sua determinação na edificação de forças terrestres com base na ciência, tecnologia e qualidade. O caminho a seguir seria transformar um Exército conhecido pela quantidade para uma força conhecida pela qualidade e eficiência, bem como de uma força conhecida por ser baseada no número de elementos para uma força tecnológica (Blasko, 2003, p. 74). O futuro confirmará se esta mudança visa apenas balancear os fogos e manobra ou se será a passagem para um Instrumento Militar Terrestre que procura substituir a manobra pela tecnologia.

Em relação à variável projeção, com a mudança para a doutrina da Guerra Local, entre 1980 e 1990, mas principalmente depois desta data, algumas unidades têm vindo a reduzir o seu tamanho, tornando-se mais móveis e adotando, a título permanente, uma estrutura de armas combinadas, demonstrando uma nítida preocupação com a mobilidade estratégica e o seu valor combativo, ou seja a capacidade de projeção. Apesar destas unidades do Exército serem mais pequenas, com maior capacidade de mobilidade e mais assentes no modelo de armas combinadas quando comparadas com as suas antecessoras, um grande número de unidades continuam equipadas, treinada e pré -posicionadas para a defesa do território chinês (Blasko, 2003, p. 68). Esta disparidade é derivada da dificuldade em implementar estas mudanças no maior Exército do mundo. Como tal o ELP passou a admitir o conceito de Exército a duas velocidades. Enquanto a maioria das unidades continuam centradas na defesa do território, numa postura de pré - posicionamento, novas unidades são criadas, tendo em vista a sua possível projeção. “O resultado desta decisão foi a criação de nichos de excelência e unidades de reação rápida, aceitando o Exército o facto de que para um futuro previsível as suas forças serão um misto de unidades de nível tecnológico alto, médio e baixo” (Blasko, 2003, p. 75).

Detalhando as mudanças no ELP, este iniciou uma progressiva conversão das Divisões em Brigadas, dando relevância à mobilidade estratégica, diminuindo o peso das unidades, e, em simultâneo, aumentando o valor combativo através da estrutura permanente de armas combinadas. Outra tendência atual do ELP é a criação de unidades anfíbias projetáveis pela Marinha. No final da década de 1990, as Divisões e Brigadas de carros de combate foram reorganizadas para blindadas, enfatizando as armas combinadas como estrutura permanente.

Também na mesma década, a 1ª Divisão de Infantaria Mecanizada Anfíbia, da região militar de Nanjing foi formada a partir da 1ª Divisão de Infantaria Motorizada. Em 2001, o mesmo se passou com a criação da 12ª Divisão de Infantaria Mecanizada Anfíbia na região militar de Guangzhou (Blasko, 2003, p.77).

Nas reformas da última década, um dos pontos alcançados foi a incorporação do nível operacional, acrescentando um pensamento alargado sobre campanhas na forma geral de abordar o emprego do Instrumento Militar. O nível operacional, a ligação entre o tático, onde decorrem as batalhas, e o estratégico, onde se definem os objetivos da campanha, significa, para o ELP, a condução de campanhas de forma a alcançar esses tais objetivos definidos pela Estratégia. A importância dada às campanhas é evidente nos novos regulamentos doutrinários publicados em 1999, genericamente apelidados de Regulamentos de Operações da nova geração (Cheng, 2011, p. 163).

Esta alteração para o nível operacional representou uma mudança drástica na doutrina chinesa, colocando o planeamento e condução de campanhas num ponto fulcral da conduta de futuras operações, ainda mais porque esta alteração assenta, também, na adoção de regulamentos implementando o modelo de aplicação conjunta do Instrumento Militar. O interesse chinês nas operações conjuntas começou ainda antes da observação da Guerra do Golfo. O ELP tinha começado na década anterior a ajustar a sua organização, à luz do que observou na Guerra do Vietname e na Guerra das Malvinas. Em 1986 e 1988, durante conferências ao nível do comando do Exército, introduziu o tema da condução de campanhas, enquanto em 1987 foi discutido o conceito de operações conjuntas. No entanto, sem dúvida que a Guerra do Golfo alertou para a importância primordial das operações conjuntas. Um oficial do ELP escreveu que a forma de operações conjuntas e de coordenação entre os diversos ramos do Instrumento Militar surgidas na Guerra da Golfo seria, sem dúvida, uma tendência de evolução nos futuros conflitos (Dean Cheng, 2011, pp. 160 a 162). Também, a 2ª Guerra do Golfo, a intervenção no Iraque em 2003, reforçou as lições de 1991 (Cheng, 2011, p. 163), mostrando a atualidade desta mudança doutrinária.

(3) Síntese Conclusiva

Este subcapítulo visou analisar a evolução do Instrumento Militar Terrestre da China desde o fim da 2ª Guerra Mundial até à atualidade. Para facilitar a posterior comparação entre atores, resumimos a evolução chinesa ocorrida nas diversas variáveis do nosso modelo de análise.

Desde o seu início, na Guerra Civil chinesa, que o ELP deu primazia à manobra, no seu balanceamento com os fogos. Na Guerra da Coreia, as forças terrestres chinesas operaram num campo de batalha dominado pela supremacia da tecnologia e fogos adversários. No período inicial deste conflito, o ELP, ao manobrar em grandes formações em terreno aberto, subestimou a capacidade destrutiva dos fogos terrestres e aéreos da ONU, sofrendo pesadas baixas. A transição para uma manobra adaptativa, regressando ao seu modo tradicional de emprego da força, por parte do ELP fez com que o balanceamento entre fogos e manobra da ONU, demasiado deslocado para os fogos, se tornasse ineficaz. Nas Guerras Sino - Indiana e Sino - Vietnamita o ELP manteve a mesma postura neste balanceamento, embora contra adversários semelhantes em potencial e tecnologia.

Neste período, mas sobretudo na Guerra da Coreia, o ELP aprendeu a importância dos fogos quando o campo de batalha é aberto. Os chineses, desde então, iniciaram um processo de aquisição de grandes quantidades de meios de Artilharia, processo que durará até ao final do século XX e início do XXI. No entanto, dada a existência de países possuidores de Instrumentos Militares altamente tecnológicos, mesmo na atualidade continuam a manter o foco na manobra adaptativa que, como principal objetivo, consiga mitigar esses avanços tecnológicos, principalmente na área das munições de precisão.

Na variável projeção, a doutrina da Guerra do Povo focalizava-se na defesa do território, não fazendo esta capacidade parte das preocupações chinesas. Com a mudança para a doutrina da Guerra Local, entre 1980 e 1990, algumas unidades reduzem o seu tamanho, melhoram a sua mobilidade estratégica e adotam uma estrutura permanente de armas combinadas. O ELP está, nesta linha, a efetuar, a exemplo, uma progressiva conversão de Divisões de Carros de Combate em Brigadas Blindadas.

Nos três conflitos estudados, a abordagem do ELP à forma de conduzir as operações foi *atricionista*, visando a aniquilação sistemática das unidades adversárias. Em relação aos níveis da guerra adotados pelo ELP, verificou-se, como elemento transversal aos três conflitos, uma ligação direta entre o nível estratégico e o tático. No início do presente século o ELP adotou oficialmente o nível operacional, com o foco no planeamento e condução de campanhas. Em simultâneo, as forças terrestres passam a ser vistas como parte integrante do modelo de aplicação conjunta do Instrumento Militar.

Nas Guerras Sino - Indiana e Sino - Vietnamita, conflitos entre adversários simétricos, o Instrumento Militar Terrestre foi decisivo. Na Guerra da Coreia, a paralisia ao nível operacional, conseguida pelo Instrumento Militar Terrestre chinês, levou à vitória no nível estratégico, assegurando a capacidade de negociação para a reposição da fronteira do Paralelo

38. Em relação à facilidade em atingir o estado final pretendido, o caso chinês apenas pode ser avaliado na capacidade de derrotar um adversário, ficando por comparar a sua relativa facilidade com a capacidade em estabelecer um ambiente seguro e estável, conquistando a população e derrotando um adversário que conduza uma guerra irregular.

4. Comparação da evolução do Instrumento Militar Terrestre nos três atores

Após o estudo isolado da evolução do Instrumento Militar Terrestre de cada um dos atores, o que respondeu à nossa Questão Derivada nº 1, pretendemos, agora, numa primeira fase, compará-las com o intuito de determinar os seus pontos de convergência e divergência. Determinando estes pontos, permite-nos generalizar um padrão de evolução que responda à Questão Derivada nº2 – “Quais os elementos de continuidade e descontinuidade na evolução do Instrumento Militar Terrestre durante o período analisado?”.

No balanceamento entre fogos e manobra, a abordagem dos EUA e da URSS/Rússia foi quase idêntica. Nas guerras limitadas, os dois atores deslocaram o balanceamento para o lado dos fogos, numa tentativa de, contra adversários tecnologicamente menos desenvolvidos, atingirem resultados positivos com o menor número de baixas possível. Apesar da limitação de baixas derivadas do combate próximo, esta abordagem proporciona igualmente ao adversário a capacidade de adaptação. Através de uma manobra adaptativa, conjugada com uma arguta utilização dos terrenos complexos, um ator tecnologicamente inferior pode contrariar os efeitos dos fogos do seu adversário. Este fator está em consonância com a constatação de C. Gray (2006a), p. 123), quando afirma que a importância relativa da tecnologia varia com o ambiente geográfico. Para o autor, “no mais complexo ambiente terrestre, o soldado está menos dependente da fiabilidade e performance em combate da tecnologia ao seu dispor” (Gray, 2006a), p. 123).

Quando uma campanha não se limita à derrota de forças regulares, sendo necessário estabelecer um ambiente seguro e estável, a deslocação do balanceamento para o lado dos fogos comporta, simultaneamente, o risco acrescido de alienação da população devido aos danos colaterais que tende a provocar. Esta tendência aumenta sempre que o adversário manobra de forma adaptativa misturando-se com a população. R. Thornton adverte para este facto nas operações de contrassubversão. Para o autor, “quando se conduz uma contrassubversão e se opera em áreas urbanas, se o método de atuação não for o máximo possível clínico, as consequências estratégicas negativas são incontornáveis” (Thornton, 2007, p. 137). Atendendo à análise de conflitos como os decorridos no Afeganistão, esta constatação pode ser extrapolada também para outros tipos de terreno.

Apesar dos aspetos negativos da ênfase nos fogos, um dos aspetos da comparação estabelecida nos conflitos analisados é o da sua eficácia contra forças regulares que não se adaptem à inferioridade tecnológica, nem do terreno saibam tirar partido.

No caso da China, ator que ainda não atingiu o avanço tecnológico militar dos restantes atores, a primazia tem sido dada à manobra. Dada a sua inferioridade tecnológica, a China utilizou esta abordagem contra adversários com superioridade nos fogos, através de uma manobra adaptativa, caso da Coreia, como também contra adversários simétricos, casos da Índia e do Vietname. No entanto, o ELP, por ter aprendido a importância dos fogos quando o campo de batalha é aberto, tem vindo a obter grande número de meios e tecnologia de apoio de fogos, apesar de não esquecer os conceitos da manobra adaptativa. Ou seja, a China compreende bem, quer a importância da tecnologia e dos fogos contra um adversário com forças regulares, quer a importância da manobra quando em inferioridade tecnológica. A importância da manobra é também atualmente considerada pelos EUA, que dão sinais de deslocarem a sua prioridade dos fogos para a manobra quando, e só nestes casos, têm de conquistar a população e estabelecer um ambiente seguro e estável, casos do Afeganistão e do Iraque.

Na capacidade de projeção, os EUA têm-se debatido com o balanceamento entre a mobilidade estratégica de uma força e o seu valor combativo. Embora a URSS/Rússia se tenha deparado com o mesmo problema, tem também projetado, com sucesso, as suas forças *aeromecanizadas*. Este sucesso deriva da conjugação da boa mobilidade estratégica e elevado valor combativo. Este desafio tem-se colocado principalmente devido à existência de forças desenhadas para uma postura de pré-posicionamento, com a sua mobilidade estratégica sacrificada em prol do valor combativo. A China, ator com o mesmo tipo de postura, apesar de não ter lidado na prática com o dilema tempo *versus* risco, tem acompanhado a evolução dos restantes atores, procurando desenhar forças atendendo à capacidade de projeção.

Como resposta aos desafios da variável projeção, desde o final da Guerra Fria, que se assiste, nos três atores, à passagem de forças desenhadas para o pré - posicionamento para forças facilmente projetáveis. Para cumprir este desígnio, em todos os atores se constata uma tendência de passagem do escalão Divisão para Brigada, como escalão mais elevado de constituição fixa. Em paralelo, existe uma tendência para a redução do peso das unidades e para a aplicação, a mais baixos escalões, de uma estrutura permanente de armas combinadas.

Em relação aos níveis da guerra adotados, os EUA e URSS/Rússia, embora com uma diferença temporal de quase 40 anos, acabaram por estar em sintonia na adoção dos níveis estratégico, operacional e tático. A China manteve uma ligação direta entre o nível estratégico e o tático até à primeira década do século atual, altura em que incorporou o nível operacional. Esta convergência tem, no entanto, sido acompanhada, desde o fim da Guerra Fria, quer nos EUA quer na Rússia, por um debate sobre a validade ou compressão dos níveis da guerra,

embora ambos os atores mantenham os seus três níveis. Este debate tem origem, quer nos avanços tecnológicos que dão outra capacidade de C2 ao nível estratégico, que na necessidade de integração dos restantes instrumentos não militares nas campanhas.

No tipo de abordagem à condução das operações, a China optou sempre pela atrição nas três guerras que conduziu. Os EUA e URSS/Rússia alternaram as suas formas de abordagem de acordo com o tipo de adversário que enfrentavam. Quando o adversário empregou uma abordagem assimétrica e operou no seio da população, a abordagem foi *atricionista*. Esta opção deve-se, essencialmente, ao foco na destruição da ameaça e no simultâneo desprezo pela conquista da população. No caso específico dos EUA, os conflitos do Iraque e Afeganistão revelaram uma capacidade de aprendizagem deste ator, procurando transitar para uma abordagem *manoverista* centrada na população. No Teatro de Operações europeu da Guerra Fria, ou em guerras limitadas perante forças regulares, a abordagem foi, maioritariamente, *manoverista*. No caso específico dos EUA, a abordagem *manoverista* só se materializou na sua doutrina em simultâneo com a adoção do nível operacional, permitindo assim orquestrar as ações táticas para atingir os objetivos estratégicos.

Na importância relativa do Instrumento Militar Terrestre dentro da aplicação do Instrumento Militar, para qualquer um dos atores analisados o Instrumento Militar Terrestre tem sido o instrumento decisivo. Este cariz decisivo deveu-se, ao longo dos conflitos analisados, quer às características intrínsecas do Instrumento Militar Terrestre quer a fatores externos. Por um lado as forças terrestres mostraram ser indispensáveis tanto na materialização da derrota do adversário como no controlo do terreno e segurança da população, permitindo estabelecer um ambiente seguro e estável. No entanto, nos EUA e URSS/Rússia, potências militares com grande desenvolvimento tecnológico, houve períodos em que a solução para o estado final se baseava na aplicação dos fogos, principalmente os aéreos e nucleares táticos. Quer por mudança de doutrina, no caso soviético, quer por prova empírica, no caso dos dois atores, o Instrumento Militar Terrestre voltou a ser encarado como decisivo.

Quanto à relação entre o tipo de estado final pretendido e a capacidade em o atingir, o Instrumento Militar Terrestre tem tido comportamentos diferenciados. Na materialização da derrota de forças regulares, o Instrumento Militar Terrestre dos três atores tem atingido plenamente o estado final pretendido. Quando é necessário estabelecer um ambiente seguro e estável, permitindo a intervenção de instrumentos não militares, a relação tem sido menos linear. Nestas situações, o adversário defrontado combate normalmente miscigenado na população e comporta-se como uma ameaça assimétrica, pelo que o Instrumento Militar

Terrestre tem necessidade de garantir a segurança dessa mesma população. O propósito desta ação é deslocalizar o adversário em relação à sua potencial base de apoio e garante de liberdade de ação, a população. Os Instrumentos Militares Terrestres dos EUA e URSS/Rússia, já que o chinês não foi analisado nesta situação, quando confrontados com este tipo de adversário, têm tido, em comparação com o cenário convencional, maior dificuldade em atingir o estado final pretendido. No entanto, o Instrumento Militar Terrestre é o único, dentro do Instrumento Militar, a poder almejar estabelecer um ambiente seguro e estável.

A partir da comparação até aqui efetuada pode estabelecer-se um padrão de evolução das características do Instrumento Militar Terrestre.

Da análise do balanceamento entre fogos e manobra, constatamos uma tendência para, sempre que um dos contendores possui superioridade tecnológica, existir a tentação de dominar o campo de batalha através dos fogos. Esta solução é eficiente perante forças regulares que não adotem uma manobra adaptativa. Quando, numa guerra limitada, face a forças regulares adaptativas ou forças irregulares, uma potência militar se vê perante uma paralisia operacional, dada a pouca eficiência da sua opção pela primazia dos fogos, têm predominado duas alternativas. Ou o regresso, no mínimo, ao equilíbrio entre fogos e manobra, ou a derrota ao nível estratégico. Do lado oposto, quem não tem capacidade de domínio pelos fogos, ou combate contra um adversário que a possui, tende a dar primazia à manobra, adotando, no segundo caso, uma manobra adaptativa de forma a mitigar a superioridade do adversário.

Na variável projeção assistiu-se, no período em estudo, a uma descontinuidade nos três atores analisados. Quando a situação de ameaças externas ao território de cada um dos atores, ou respetivas alianças, está bem definida⁴¹, existe a tendência para dar prioridade a forças desenhadas para o pré - posicionamento, sacrificando-se a mobilidade estratégica na obtenção de um elevado valor combativo no desenho das forças ao nível da Estratégia Genética. Sempre que a ameaça se desvanece, ou se torna mais difusa, a capacidade de projeção ganha importância, sendo necessário aumentar a mobilidade estratégica mantendo, no entanto, um valor combativo equilibrado.

Em relação à doutrina, os níveis da guerra adotados por cada ator têm duas linhas de continuidade identificadas. A primeira linha relaciona a adoção de três níveis da guerra com uma abordagem *manoverista* da condução das operações. No entanto, esta abordagem tem-se observado apenas em conflitos entre forças regulares. Quando as forças terrestres

⁴¹ Exemplo da Guerra Fria.

convencionais são confrontadas com uma ameaça assimétrica, a segunda linha de continuidade, a ênfase colocada nos fogos tem levado a uma abordagem *atricionista* da condução das operações. Só quando se começa a inverter o balanceamento entre fogos e manobra se consegue uma abordagem *manoverista*, permitindo centrar as operações na população, deslocizando a ameaça em relação à sua fonte de apoio e garante de liberdade de ação.

A evolução do Instrumento Militar Terrestre no que respeita ao seu papel e importância relativa dentro da aplicação do Instrumento Militar tem sido um elemento de continuidade. Em relação à importância da aplicação das forças terrestres no contexto do emprego conjunto do Instrumento Militar, o Instrumento Militar Terrestre tem sido o instrumento decisivo. Na relação entre o tipo de estado final pretendido e a capacidade em o atingir, o Instrumento Militar Terrestre tem mais facilidade em derrotar forças regulares do que em estabelecer um ambiente seguro e estável, no qual necessita reiteradamente de garantir segurança à população e derrotar ameaças assimétricas.

5. Prospetiva do Instrumento Militar Terrestre

a. Tendências de evolução da conflitualidade e do Ambiente Operacional

(1) Conflitualidade

Prever a tendência de evolução da conflitualidade e de um aspeto tão complexo como o Ambiente Operacional, pode parecer uma tarefa inserida num mero futurismo especulativo. C. Gray (2006a), p. 22) alerta que, a História, incluído a que se desenrola ao nível da Estratégia, é vulgarmente não linear. Reforçando esta ideia, S. Biddle (2004, p. 198) afirma que “existe sempre a tendência para considerar a nossa era como uma bifurcação crítica, ou então como um período de mudança fora do normal em relação ao passado”. No entanto, C Gray (2006a), p. 45) também nos recorda que “a continuidade e evolução estratégica são surpreendentemente resilientes quando comparados com os pontos de rotura ou revoluções”. Este facto torna possível uma previsão da evolução da conflitualidade que permita aferir a aplicabilidade dos resultados do último capítulo, o padrão de evolução do Instrumento Militar Terrestre.

Em relação à conflitualidade importa definir que esta, principalmente no seu extremo mais violento, a guerra, deve ser analisada segundo duas dimensões, a sua natureza e o seu carácter. A natureza da guerra tem-se mantido imutável. Como afirmou C. Gray (2005, p. 17), “a natureza da guerra no século XXI é a mesma que no século XX, XIX, ou até no século V a.c.”. Para o autor a natureza da guerra reside no uso, ou ameaça de uso, da violência organizada para fins políticos (Gray, 2006a), p. 30). O carácter, basicamente ligado à forma como a guerra é conduzida, esse sim, é mutante ao longo do tempo, de acordo com as características do Sistema Internacional e do Ambiente Operacional. Dada a mutação desta dimensão, é no carácter que residiremos a análise da evolução da conflitualidade. P. Garcia (2010, p. 106) lembra que parece gerar consenso a convicção de que as guerras na atualidade, apesar de manterem a mesma natureza, apresentam novos atores, o que nos leva à necessidade de clarificar a tendência de evolução da tipologia da conflitualidade, mesmo antes de abordar os detalhes do seu carácter.

No âmbito da tipificação das interações violentas, desde o final da Guerra Fria, o número de guerras tem diminuído (Sheehan, 2007, p. 212). Este dado não quer dizer que o recurso à violência organizada tenha diminuído. P. Garcia (2010, p. 54) explica que apenas “em conformidade com a conceptualização tradicional de guerra, que opõe Estados, podemos concluir que a sua ocorrência tem vindo a declinar acentuadamente nas últimas décadas”, aliás, nesta linha, A. Telo (2008, p. 8) refere que a conflitualidade aumentou em termos

genéricos neste período.

Quanto ao tipo de conflito, o denominador comum da evolução da conflitualidade será a diminuição de conflitos entre Estados. “Segundo o *Stockholm International Peace Research Institute*, desde 1990, só cerca de 5% dos conflitos foram entre Estados” (SIPRI, 2008 *apud* Telo, 2008, p. 9). Em oposição, a grande conflitualidade, desde o fim da Guerra Fria, tem sido ao nível interno (Telo, 2008, p. 9). No entanto, nesta tipologia de conflitos internos, assistimos a uma tendência de internacionalização materializada em três vertentes: envolvimento de organizações sem características territoriais⁴², envolvimento da Comunidade Internacional⁴³ e envolvimento de atores estatais de forma indireta⁴⁴. Sobre a internacionalização dos conflitos internos, P. Garcia (2010, p. 66) também refere, aludindo às guerras civis, que “apesar de internas, há no entanto uma tendência crescente para a internacionalização destas guerras”.

A questão da internacionalização dos conflitos internos tem também impacto na própria distinção entre internacional e interno. P. Garcia apresenta esta ideia sintetizando o período após a Segunda Guerra Mundial. “No pós-Segunda Guerra Mundial, essas guerras menores – com atores não estatais – começaram a ser frequentes, ficando o confronto entre Estados para segundo plano. Os conceitos ressurgidos das guerras de libertação, guerras revolucionárias, guerras de pessoas, etc., tornaram muito ténue a fronteira entre o interno e internacional, havendo um amplo leque de tonalidades de transição e, em muitos casos, nem sequer é possível dizer se estamos perante uma guerra interna ou internacional” (Garcia, 2010, p. 73).

A preponderância da conflitualidade interna, mesmo com a crescente ingerência externa, pode levar a uma subalternização completa das guerras regulares entre Estados, no pensamento estratégico. Esta tendência é consubstanciada em teorias como as gerações da guerra, defendida por alguns autores, a exemplo de Thomas Hammes na sua obra de 2004, *The Sling and the Stone*. No entanto, outros autores como C. Gray defendem que seria errado

⁴² Como grupos terroristas transnacionais. Estes atores podem entrar no conflito após o início das hostilidades, ou serem eles próprios a desencadear o mesmo, estabelecendo base territorial, normalmente, em Estados fracos ou falhados.

⁴³ Através das Nações Unidas ou de organizações regionais.

⁴⁴ Aquilo que alguns autores, como Steven Metz e Raymond Millen (2003, p. 16), apelidam de guerras indiretas entre Estados.

admitir um desaparecimento, no futuro próximo, das guerras regulares centradas nos Estados típicas do período vestefaliano, embora admita que presentemente se constata uma tendência importante no sentido da utilização de forças irregulares (Gray, 2005, pp. 14-26). Para o autor “a guerra irregular entre Estados e atores não estatais pode muito bem dominar a conflitualidade nos anos vindouros, mas a guerra entre Estados, incluindo o conflito entre potências, encontra-se viva e bem de saúde” (Gray, 2006a), p. 24).

C. Gray apresenta justificação para a perenidade da guerra entre Estados e para a predominância dos conflitos internos. Para o primeiro ponto, C. Gray lembra que “as guerras entre Estados podem estar fora de moda nos dias de hoje, mas certamente a rivalidade entre Estados não está” (Gray, 2006a), p. 69). No segundo tópico, e também ligado ao primeiro no pouco recurso ao uso da força de forma direta entre Estados apesar das suas rivalidades, C. Gray defende que esta relação entre crescimento das guerras irregulares e decréscimo das regulares está relacionada com a assimetria de poder entre Instrumentos Militares, principalmente quando comparados com os EUA. Esta situação leva os atores que queiram desafiar a atual ordem mundial a recorrer a uma forma assimétrica de utilização da força, deslocalização funcional dos poderosos Instrumentos Militares (Gray, 2005, pp. 14-26).

R. Thornton (2007, p.16) também afirma que os “os Estados mais fracos estão a ser forçados a adotar a assimetria, já que o seu Instrumento Militar é cada vez menos semelhante ao dos Estados mais poderosos”. Esta possibilidade da guerra irregular conduzida por Estados, na maioria dos casos de forma indireta através de atores não estatais, não justificará, por certo, na totalidade o acréscimo da conflitualidade interna, já que uma visão menos estatocêntrica entraria em conta com justificações simultaneamente válidas. No entanto, para o estudo em questão importa que realmente a conflitualidade interna tende a ser preponderante, mas tendendo simultaneamente os respetivos conflitos para a sua internacionalização.

Ainda em relação à guerra regular entre Estados, C. Gray (2006a), p. 170) lembra que a prudência estratégica nos diz que “obsoleto não significa impossível” e ainda, para além dos possíveis perturbadores regionais, a mesma prudência estratégica leva a classificar a ideia da obsolescência da guerra entre Estados, mesmo entre grandes potências, como algo prematura. C. Gray (2006a), p. 13) escrevia em 2006 que “a Guerra Fria está apenas a uma pequena distância de 15 anos e já é considerado ortodoxo, quer entre liberais ou conservadores, aclamar a guerra entre Estados como obsoleta ou obsolescente”. C. Gray (2006a), 24) completa, afirmando que se a história é realmente um guia, esta ideia será certamente falaciosa. Para além do pequeno espaço de tempo, em termos históricos, que nos separa do

final da Guerra Fria, continuam a ser possíveis cenários como o exemplo de um possível eixo sino – russo que em tempo se tornaria num desafio à desejada visão norte - americana do mundo unipolar.

A diferenciação até agora apresentada no tipo de conflitualidade, entre interna e internacional, conduz, numa primeira abordagem, à divisão entre guerra regular e irregular. Esta relação, concluímos, também, que tende a não ser tão linear, dado o recurso à guerra irregular por Estados menos poderosos num cenário de tanta assimetria em relação ao Instrumento Militar. Mas mesmo a separação entre regular e irregular tende a esbater-se para C. Gray (2006a), p. 199), que defende que “o primeiro aspeto que é possível prever com confiança é que irá haver uma indefinição na tipologia de conflitos. A característica binária entre regular e irregular será, na prática, muitas vezes menos clara, em relação ao patamar conceptual, ou mesmo em relação ao direito”.

Após a caracterização da evolução da conflitualidade falta abordar o carácter desses mesmos conflitos. A preponderância da conflitualidade ao nível interno, mas com características internacionais, tem implicações na definição das características intrínsecas dos conflitos. Tendemos a ter conflitos com muitas partes, beligerantes e não-beligerantes, tornando-os mais complexos. Outro aspeto característico é o facto de grande parte, talvez a maioria, dos atores num conflito serem não estatais, originando, em conjunto com a urbanização, que as baixas sejam fundamentalmente civis: “80 a 90% do total” (Telo, 2008: 10).

Caraterizando as guerras irregulares na atualidade, P. Garcia define-as como “estrutural ou temporariamente assimétricas, sem frentes, sem campanhas, sem bases, sem uniformes, sem respeito pelos limites territoriais e de objetivos fluídos. Os seus pontos fortes estão na inovação, na surpresa e na imprevisibilidade, em que os fins justificam os meios, empregando por vezes o terror, onde o estatuto de neutralidade e a distinção civil/militar desaparecem. Estas guerras na atualidade não são apenas mais comuns do que no passado, mas são também estrategicamente mais importantes e desenvolvem-se em ambiente operacional de cariz subversivo” (Garcia, 2010, p. 114). Um dos aspetos mais característicos, e que terá, também, influência direta no Ambiente Operacional é a *civilização* dos conflitos, ou seja, em que a distinção entre civil e militar, incluindo o fenómeno das Empresas Militares Privadas, se tornará cada vez mais difícil. Este fator da atual conflitualidade continuará a evoluir, uma vez que já não são apenas as Forças Armadas que entram em combate, mas as comunidades políticas que elas servem (Garcia, 2010, p.104).

Apesar da mutação da conflitualidade, que caminhou para a preponderância da conflitualidade interna, bem como para o recurso à guerra irregular, não podemos desprezar que os Exércitos da era industrial continuam a predominar, podendo, por exemplo, Estados com fortes capacidades militares comportar-se como perturbadores regionais, recorrendo à guerra regular. Mas, mesmo as campanhas planeadas face a estes perturbadores, não poderão fugir de fatores como a urbanização, a presença de não combatentes, a existência de ameaças assimétricas e a onnipresença dos *media*. Ou seja, a guerra regular deixou de ser um palco onde apenas os Instrumentos Militares se confrontam.

Outro aspeto do carácter da conflitualidade atual é a tecnologia, que desde os últimos tempos da Guerra Fria vários autores defendem estar a revolucionar os assuntos militares. Em primeiro lugar temos que “a tecnologia não modifica a natureza da guerra, mas o seu carácter” (Garcia, 2010, p. 102). Aliás, um dos fatores inerentes à natureza da guerra, a incerteza, que a Revolução nos Assuntos Militares pretende eliminar com tecnologia, tem demonstrado na prática a sua perenidade, transformando em mito o esperado campo de batalha transparente. Basicamente em vez de revolução estamos perante uma evolução contínua do carácter da guerra, mas cujo ritmo de mudança, esse sim pode ser variável. Em relação ao carácter dos conflitos onde hipoteticamente está patente a Revolução nos Assuntos Militares, A. Telo (*apud* Garcia, 2010, p. 106) descreve-os⁴⁵ como tendo uma duração, em termos de uma ação militar intensa, muito curta, semanas. O autor continua afirmando que é importante que assim seja, sobretudo por razões de opinião pública e de interesses político. Para além dos dois âmbitos de interesse em intervenções curtas do Instrumento Militar, adicionamos o próprio interesse militar, com o intuito de negar ao adversário a capacidade de adaptação. No entanto, e como a experiência o tem demonstrado, a utilização do Instrumento Militar nem sempre acontece com campanhas céleres, já que em variadas situações a necessidade de rapidez “não quer dizer que no período posterior à ação militar decisiva, tipicamente de estabilização, a presença militar não se arraste por vários anos, já que atua em ambiente subversivo” (Garcia, 2010, p.106).

Se pretendermos resumir a evolução da conflitualidade podemos dizer que sem dúvida ela é a soma da mudança e de muita continuidade. P. Garcia (2010, pp. 106-107) quando se refere à atualidade da conflitualidade lembra que “após revisitarmos Clausewitz, consideramos que a sua trindade permanece em parte válida e atualizada, no sentido em que apesar dos atores envolvidos na guerra poderem ser outros, a violência original, a lei das

⁴⁵ A. Telo apelida estes conflitos de guerras da Revolução Militar em Curso.

probabilidades e do acaso, bem como a ligação ao fenómeno político persistem”.

Como último ponto da evolução apresentada importa resumir as preocupações a que o Estado, e respetivo Instrumento Militar, devem fazer face, sintetizadas por P. Garcia (2010, p. 96) quando afirma que “no atual sistema internacional caracterizado pela sua complexidade, não linearidade, imprevisibilidade, heterogeneidade, mutabilidade e dinamismo, a ameaça, que mantinha coordenadas de espaço e de tempo bem definidas desapareceu, dando lugar a um período de anormal instabilidade, com uma ampla série de riscos e perigos, uns novos, outros antigos, que apenas subiram na hierarquia da preocupação dos Estados”.

(2) Ambiente Operacional

Retratada a conflitualidade que ditará o emprego do Instrumento Militar Terrestre, importa agora abordar o envolvente desse mesmo emprego. O Ambiente Operacional é definido pelas características ambientais influenciadoras das intervenções do Instrumento Militar. Segundo a doutrina ensinada no Instituto de Estudos Superiores Militares, as tendências que mais afetarão a conduta das operações, ou seja a utilização do Instrumento Militar, principalmente o terrestre, são a globalização, a urbanização, a tecnologia, as mudanças demográficas, a luta por recursos, as alterações climáticas, as epidemias e pandemias, a proliferação de armas de destruição maciça e o aumento de Estados frágeis e falhados⁴⁶ (IESM, 2010, pp. 3-4).

Pensamos ser oportuno esclarecer mais detalhadamente o impacto de cada uma das tendências, impacto este que se faz sentir tanto no planeamento e edificação de capacidades como no planeamento e execução de operações.

É provável que a globalização continue a afetar positivamente a prosperidade mundial. No entanto, nem tudo são aspetos positivos. A globalização permitiu um grande crescimento da economia mundial, tendo sido os países industrializados os seus grandes beneficiários. Mas simultaneamente, muitos países enfrentam grandes dificuldades. Esta distribuição desigual da riqueza gera tensões entre ricos e pobres, podendo ser um catalisador, ou mesmo uma causa de raiz, de conflitos. Esta dicotomia é particularmente visível entre o hemisfério norte e o sul. Segundo algumas projeções, em 2015, mais de 2,8 biliões de pessoas, quase exclusivamente pertencentes a países em desenvolvimento, viverão abaixo do limiar da pobreza. Por

⁴⁶ Os mesmos aspetos são considerados na doutrina dos EUA para o Exército (TRADOC, 2011, p. 1-1).

consequente, muitas populações irão sofrer as respectivas consequências da pobreza, ao mesmo tempo que são expostas à riqueza dos outros, ficando mais vulneráveis a ideologias radicais. A globalização tem, também, criado condições para o aumento dos atores não-estatais que rivalizam com o poder e influência dos Estados, retirando-lhes a exclusividade das relações internacionais. Esta diminuição de importância dos Estados torna, no mínimo, as relações internacionais mais complexas e difíceis (IESM, 2010, p. 4). Em resumo, a globalização tem, também impacto direto nas operações militares. Em primeiro lugar, provoca uma grande transparência nas operações militares⁴⁷, dada a revolução da informação ao nível global. Em segundo, a própria globalização, tende a aumentar a utilização das forças militares como resposta a crises humanitárias, bem como aumenta a complexidade dos Teatros de Operações, potenciando a capacidade de atuação dos atores, principalmente os não-estatais, ao nível estratégico.

As áreas urbanas estão a aumentar em número e dimensão, fruto do êxodo rural e da explosão demográfica. Por volta de 2015 mais de metade da população mundial viverá em cidades, fazendo com que, pela primeira vez, a população seja predominantemente urbana. A população mundial será superior a 8 mil milhões em 2020 e cerca de 70 % viverá em cidades. (IESM, 2010, p. 5). Concomitantemente, a pobreza cresce mais rápido nas áreas urbanas do que nas rurais, vivendo atualmente mais de mil milhões de pessoas sem qualquer condição essencial de vida (UNFPA, 2007).

Atualmente já existem muitas cidades de grandes dimensões, quinze das quais com mais de 10 milhões de habitantes. No entanto, a questão do crescimento urbano não é uniforme. O crescimento desorganizado é mais pronunciado nos países em vias de desenvolvimento e em regiões onde os Estados são mais débeis. Neste cenário urbano específico, o crime organizado e as ideologias extremistas florescem mais facilmente, suplantando, muitas vezes, a capacidade da governação local. Se a isto se adicionar o desemprego crónico, o excesso de população, a distribuição desigual de recursos e a falta de serviços básicos essenciais, encontra-se o ambiente adequado para o aparecimento de focos de instabilidade e conflito (IESM, 2010, pp. 5 - 6).

Para além do impacto da urbanização na conflitualidade, é também importante definir a forma como afetam o emprego do Instrumento Militar, em particular o terrestre. As operações em áreas urbanas são brilhantemente caracterizadas por A. Lewis. Para o autor, “um dos principais aspetos das operações militares em áreas urbanas é a diminuição drástica

⁴⁷ Neste aspeto, mais respeitante à perspetiva de mundialização.

da eficácia da tecnologia. Aqui, o Instrumento Militar Aéreo é consideravelmente menos eficaz. Nas operações terrestres, a distância a que o contacto entre forças é estabelecido é substancialmente reduzido. O combate próximo e as inerentes baixas ocorrem, em média, a menos de 15 m. As armas ligeiras e a Infantaria dominam o campo de batalha e as operações são exigentes em quantidade de recursos humanos. Água e munições são usadas ao um ritmo mais elevado que em outras operações. Para garantir a segurança de uma área de determinada dimensão requer muito mais recursos humanos se esta for em áreas urbanas. E uma vez segura a área, tem que ser mantida permanentemente sob controlo, dada a facilidade de o adversário voltar a ocupá-la. O C2 é dificultado neste tipo de terreno. As operações são descentralizadas, pelo que é exigida uma maior capacidade de iniciativa aos baixos escalões. Carros de Combate e outras viaturas são canalizados para ruas apertadas, tornando-as mais vulneráveis a ataques. As atividades de reabastecimento e evacuação de baixas são extremamente perigosas e difíceis. Neste tipo de terreno é melhor para o defensor ferir o adversário do que matá-lo. Os feridos obrigam a que outros arrisquem a vida para evacuá-los. Os civis são expostos aos efeitos do combate e podem ser usados como escudos. A destruição de hospitais, escolas, infraestruturas públicas, locais de culto e monumentos é inevitável. As técnicas como a guerrilha são mais prováveis. O adversário pode simplesmente despir o uniforme e passar por não combatente. A probabilidade de matar civis inocentes aumenta consideravelmente, tal como a probabilidade de alienar a população. Locais de armazenamento de armas e munições podem ser facilmente dissimulados, sendo potenciadoras da passagem rápida de não-combatente a combatente. As crianças podem ser, facilmente, uma fonte de informação para o adversário. Armadilhas e atiradores especiais tornam-se instrumentos importantes nas operações, impedindo o avanço do atacante e criando um sentido de frustração. Os edifícios tornam-se locais por excelência para flagelações e fogo de atiradores especiais. A pressão psicológica nos combatentes é enorme” (Lewis, 2007, p. 418).

Por último, o aumento das operações em áreas urbanas, para além da urbanização da população ao nível mundial, é, também, o reflexo da preferência dos atores, que recorrem a formas de atuação assimétricas, pois este terreno complexo permite-lhes misturem-se com a população, para além de nele abundarem alvos potenciais e estar mais coberto pelos *media*.

O desenvolvimento tecnológico pode avaliar-se em duas dimensões. Em primeiro lugar a tecnologia tende a criar assimetrias no Sistema Internacional. O desenvolvimento tecnológico tem permitido melhorar a qualidade de vida das populações, bem como as capacidades dos seus instrumentos Militares. No entanto, o desenvolvimento tecnológico está

muitas vezes ligado a condições de trabalho deploráveis, especialmente nos países em desenvolvimento que produzem a grande maioria dos componentes tecnológicos à custa da mão-de-obra de baixo custo. As nações desenvolvidas são os principais beneficiários do desenvolvimento tecnológico, deixando, no entanto, a produção com recurso a mão de-obra barata como única opção para as nações em via de desenvolvimento. Esta disparidade pode ser considerada como mais um foco de tensões entre ricos e pobres (IESM, 2010, pp. 4 - 5). Simultaneamente, o desenvolvimento tecnológico, ligado à tecnologia de informação, tende a exponenciar a percepção da assimetria. Por último, há que ter em consideração que o baixo custo, a facilidade de emprego, e a elevada disponibilidade de produtos tecnologicamente avançados, a nível global, torna-os facilmente acessíveis, incluindo a atores não-estatais. A outra dimensão do desenvolvimento tecnológico diz respeito ao impacto direto no Instrumento Militar Terrestre. Por um lado quem tem a vantagem tecnológica tende a utilizá-la em substituição de forças no terreno, por outro, a letalidade associada à tecnologia leva os atores menos desenvolvidos a atuarem de forma assimétrica, tentando deslocalizá-la funcionalmente.

O crescimento exponencial da população, principalmente nos países em vias de desenvolvimento, facilitará o aumento das situações de instabilidade e de extremismos. “Segundo projeções recentes, a população quase duplicará em alguns países menos desenvolvidos⁴⁸, nomeadamente em África, no Médio Oriente e no Sul e Sudoeste da Ásia. Esta explosão demográfica provocará um grande aumento da população jovem vulnerável a ideologias radicais que agravarão os desafios à governação dos respectivos países. Nesses países também aumentará a classe média que procurará incessantemente melhorar a sua qualidade de vida, aumentando, dessa forma, a pressão sobre os recursos disponíveis” (IESM, 2010, p. 5). A incapacidade para distribuir equitativamente a riqueza, potenciada pela mundialização dos acontecimentos locais, criará situações de desigualdade, originando tensões entre ricos e pobres.

Quanto aos recursos, o aumento das necessidades de energia, água potável e alimentação para uma população em contínuo crescimento aumentará a competição e potenciará conflitos. Para além disso, alguns desses recursos, como a água, o gás e o petróleo são finitos e requerem uma gestão transfronteiriça, regional ou até mesmo global. Tomando como exemplo concreto o da água, “todos os anos morrem cerca de 3575 milhões de pessoas

⁴⁸ Exemplo do Afeganistão que atualmente tem um ritmo de crescimento de 4,8% ao ano., representando assim a duplicação da população a cada 14,5 anos (Rosemberg, 2009).

de doenças relacionadas com a água(...)e 98% dessas mortes ocorrem nos países subdesenvolvidos” (Water.org, 2009). Este é um problema mundial que tem mobilizado para iniciativas de organizações internacionais, organizações não – governamentais e os próprios países em ações bilaterais e multilaterais. No entanto, como em regiões de escassez de água os interesses próprios têm imperado, “mais de 50% dos projetos de apoio relacionados com a água resultam em fracasso” (Water.org, 2009).

Previsivelmente, as alterações climáticas e os desastres naturais irão aumentar, provocando alterações nas condições de vida das populações, em especial nos países em vias de desenvolvimento. As crises humanitárias resultantes contribuirão para a destabilização regional, migrações populacionais e transmissão de doenças epidémicas (IESM, 2010, p. 6).

A proliferação de armas de destruição maciça pode aumentar a probabilidade de ocorrência de ataques com resultados catastróficos. A ameaça de emprego de armas de destruição maciça é real, sendo que é conhecido que atores não-estatais, como organizações terroristas, bem como alguns Estados, procuram ativamente acesso a este tipo de armamento (IESM, 2010, pp. 6- 7).

Atualmente muitos dos governos dos Estados enfrentam grandes desafios para garantir o apoio adequado às suas populações em crescimento. Adicionalmente, e muitas vezes como consequência do seu insucesso, estes Estados enfrentam internamente adversários que procuram obter o apoio da população. A consequente fragilização desses Estados, podendo mesmo transformar-se em Estados falhados, pode ser aproveitada para a constituição de santuários onde esse tipo de adversários pode prosperar, transformando a situação interna numa ameaça à segurança internacional, para além das normalmente associadas crises humanitárias.

Para além das tendências mencionadas parece-nos útil adicionar uma outra constante do Ambiente Operacional. Se encararmos um Teatro de Operações como um sistema de sistemas, a intervenção do Instrumento Militar Terrestre irá sempre provocar alterações nesse mesmo sistema. As alterações provocadas são o somatório dos efeitos pretendidos e não pretendidos. É aqui que entra uma realidade do atual Ambiente Operacional, a presença dos *media*. P. Garcia (2010, p. 103) recorda que um “elemento a ter em consideração nas guerras da atualidade é a presença e atuação dos meios de comunicação social”. Esta presença será um veículo para a perceção da população e como tal um fator essencial no jogo dos efeitos das ações do Instrumento Militar Terrestre.

Para além da definição das tendências do Ambiente Operacional, para o planeamento de uma campanha, ou operação de grande envergadura, existem variáveis⁴⁹ que se alteram de acordo com a área geográfica em estudo. Apesar de o seu estudo ser efetuado de forma pormenorizada para cada intervenção do Instrumento Militar Terrestre, pensamos, que de um modo geral, o Ambiente Operacional para o futuro emprego de forças terrestres se enquadrará nas tendências apresentadas. Se podermos resumir estas tendências seríamos obrigados a ressaltar a importância da interação com a população e da sua própria perceção para a resolução de conflitos, no intuito de eliminar as suas causas de raiz e pré-requisitos de conflitualidade. À interação com a população junta-se a potencial presença de movimentos subversivos, atuando de forma assimétrica em qualquer tipologia de conflito que, aliada à proliferação da tecnologia tende a facilitar a ocorrência de conflitos híbridos, misturando as formas de operar das forças regulares e irregulares.

b. Futuro do Instrumento Militar Terrestre

Com base no padrão estabelecido da evolução do Instrumento Militar Terrestre, conjugando-o com as tendências de evolução da conflitualidade e do Ambiente Operacional contemporâneo, é possível elaborar uma prospetiva do Instrumento Militar Terrestre, que responda à Questão Central do estudo – “Tendo em conta a evolução do Instrumento Militar Terrestre desde o fim da 2ª Guerra Mundial, como é que este se prospecta face às tendências de evolução da conflitualidade e do Ambiente Operacional contemporâneo?”.

A preponderância dos conflitos ao nível interno dos Estados, mas com ingerência de atores externos, leva-nos a projetar uma tendência para intervenções militares situadas, dentro do espectro da conflitualidade, nos patamares da crise e da guerra limitada. Nas campanhas rápidas contra forças regulares, as potências militares tenderão a usar a sua tecnologia para tentar obter resultados decisivos através dos fogos. No entanto, é verosímil que os seus adversários se adaptem a este ambiente dominado pelos fogos e passem a usar a dispersão, os terrenos complexos e o combate no seio da população para mitigar a inferioridade tecnológica, levando as potências intervenientes a dar mais relevância à manobra.

Quando as intervenções militares decorrerem face a uma ameaça assimétrica, as forças terrestres, dando primazia à manobra, terão de conquistar a população e estabelecer um ambiente seguro e estável. Para tal necessitarão de forças no terreno e não poderão adotar a

⁴⁹ Conjunto definido pelas variáveis políticas, militares, económicas, sociais, temporais, da informação, das infraestruturas e do ambiente físico (TRADOC, 2008, p. 1-5).

sua permuta por tecnologia, até porque como os conflitos analisados o demonstraram e R. Thornton (2007, p. 174) nos adverte, “a tecnologia não consegue substituir o elemento humano em terrenos complexos ou em campanhas onde a contrassubversão seja o tema dominante”.

Para além dos argumentos apresentados para a necessidade da não substituição de forças de manobra por tecnologia, a tendência de urbanização no Ambiente Operacional vai ditar que, independentemente das características do adversário, a população presente no campo de batalha implique que um foco excessivo nos fogos provoque danos colaterais. Este impacto negativo é agravado pela onnipresença dos *media*, que associada à mundialização, acarreta efeitos estratégicos negativos na opção pelos fogos.

A argumentação em prol da manobra não indica, no entanto, uma diminuição de importância dos fogos e tecnologia associada. Os meios relacionados com os fogos continuarão essenciais, principalmente frente a forças regulares, numa tentativa de obter a sua rápida capitulação, que, como vimos na tendência de evolução da conflitualidade, continua, no mínimo, a ser um cenário possível. Claro que nos cenários mais prováveis, onde se opere, com a presença da população, face a ameaças assimétricas, ou pelo menos na sua presença, a manobra terá maior importância no seu balanceamento com os fogos. Ou seja, o Instrumento Militar Terrestre, no balanceamento fogos – manobra, necessita de manter a sua versatilidade. Esta necessidade decorre do facto de “um Instrumento Militar otimizado para o combate regular com um seu homónimo, para conquistar e manter terreno, não será provavelmente o Instrumento Militar otimizado para a guerra irregular, seja na selva, na montanha, ou em áreas urbanas. Em paralelo, a máquina de destruição a que as forças transformadas pelas tecnologias de informação podem assemelhar-se, serão, provavelmente deficitárias em Infantaria, além de pouco competentes na interação com a população que o apoio interno ou a imposição de paz exigem dentro do cenário de uma guerra irregular” (Gray, 2006a), pp. 171 - 172). Como é pouco provável que a conflitualidade no futuro tenha um carácter singular, um Instrumento Militar Terrestre versátil é uma das garantias da sua utilidade no futuro.

O argumento da versatilidade, mantendo um correto balanceamento entre fogos e manobra, é também coerente com a teoria do sistema moderno de aplicação da força de S. Biddle⁵⁰. Biddle (2004, p. 197) defende que “a forma futura de conduzir operações é melhor

⁵⁰ A teoria de S. Biddle procura generalizar, para o período que decorre desde a 1ª Guerra Mundial, uma teoria para o sucesso na aplicação da força que não assente somente nos números do potencial de combate de cada um dos contendores.

entendida como uma continuação das tendências e relações que têm sido estabelecidas, pelo menos, nos últimos 100 anos, em vez de uma mudança radical do legado histórico”, já que para o autor “as abordagens tradicionais à forma de conduzir as operações são de facto essenciais para a sobrevivência no campo de batalha emergente, isto porque este campo de batalha é uma extensão daquele para o qual as abordagens tradicionais foram desenhadas” (Biddle, 2004, p. 197). Ou seja, a inviabilidade da substituição de forças no terreno por tecnologia evidenciada no período histórico analisado é verosímil que se projete no futuro, até pelos argumentos apresentados na tendência de evolução da conflitualidade e Ambiente Operacional.

Em relação à variável projeção, a tendência de evolução da conflitualidade valida a transformação atual das forças terrestres, de uma postura de pré - posicionamento para forças facilmente projetáveis. A necessidade de projeção decorre da incerteza geográfica da ameaça, já que, “na atualidade, a violência global é assimétrica e permanente, não tem uma origem clara e pode surgir em qualquer lugar” (Garcia, 2010, p. 97).

Para que as forças terrestres possuam, desde o início das campanhas e em qualquer espaço geográfico, a capacidade de evitar uma paralisia ao nível operacional, passível de conduzir a uma derrota no nível estratégico, é necessário aliar o valor combativo à boa mobilidade estratégica. A procura do equilíbrio entre a mobilidade estratégica e valor combativo, não poderá esquecer que os fogos não podem ser a única variável do triângulo de R. Simpkin⁵¹. Deste equilíbrio, aliado à necessidade de intervenção célere, emana um Instrumento Militar Terrestre assente em forças capazes de executar uma espécie de manobra operacional a distâncias estratégicas. C. Gray (2006a), p. 202), tal como o padrão de evolução dos atores analisados, prevê que “as forças terão uma dimensão mais reduzida e serão mais ligeiras, de forma a aumentar a capacidade de projeção. Esta capacidade será atingida reorganizando as forças terrestres em unidades mais pequenas, mais ágeis, Brigadas em vez de Divisões”. Acrescentamos a estes pontos a necessidade de aplicar no escalão Brigada e inferior o modelo das armas combinadas, como garantia de valor combativo e de uma capacidade de operação autónoma. Contudo, não desprezando que Estados com fortes capacidades militares convencionais podem ser perturbadores regionais, é provável que continuem a coexistir forças que sacrifiquem a mobilidade estratégica em prol do seu valor combativo. Este ponto vai colocar dificuldades acrescidas ao balanceamento entre mobilidade

⁵¹ Triângulo definido por mobilidade, fogos e proteção.

e valor combativo para as restantes forças pois poderão ter de fazer face a Instrumentos Militares Terrestres baseados em forças pesadas.

A problemática da validade dos três níveis da guerra, a possível supressão do nível operacional, ligação entre os objetivos táticos e estratégicos, é possível que continue em discussão. No entanto, após a análise executada conclui-se que a exclusão do nível de planeamento e condução de campanhas impede a orquestração do conjunto de batalhas e empenhamentos, podendo acarretar um regresso a uma abordagem *atricionista* da condução das operações, principalmente no confronto entre forças regulares. Em relação a campanhas onde se combata outro tipo de ameaças e se procure estabelecer um ambiente seguro e estável a ligação entre a falta do nível operacional e a abordagem *atricionista* não se revelou durante a análise. Mas, considerando a validade do nível intermédio e a tendência para a importância e omnipresença da população em qualquer tipo de conflito, para que o paradigma dos três níveis se mantenha válido ao longo de todo o espectro das operações militares, consideramos ser imprescindível uma maior conjugação dos instrumentos militares e civis. Ou seja para a previsão de evolução do Ambiente Operacional, uma abordagem uni-disciplinar através da aplicação da força como vetor singular não terá sucesso para além da mera destruição física de forças. Para tal integração, é necessário um maior envolvimento do nível estratégico no planeamento e condução das campanhas. Esta interação terá de acontecer quer ao nível da Estratégia Total quer da Estratégia Militar. Este facto torna-se ainda mais premente quando o Instrumento Militar passa a ser apenas um facilitador dos restantes instrumentos. Basicamente, no que diz respeito à integração dos instrumentos do poder do Estado, serão necessários, pelo menos, dois patamares de aplicação do *Comprehensive Approach*⁵², o estratégico, com uma ligação estreita com a Política, e onde talvez se comece a diluir a Estratégia Militar com a Total, e o operacional, onde se torna necessário um maior envolvimento da Estratégia, quer no planeamento de campanhas quer na sua conduta.

Em relação à abordagem à conduta das operações, a opção *manoverista* tende a ser a escolha natural do Instrumento Militar Terrestre. Em primeiro lugar o estudo efetuado aponta este caminho. Para além da evidência empírica, a evolução genética das forças e do Ambiente Operacional contribuem para esta opção. Na genética das forças, a evolução para forças mais pequenas tenderá a forçar uma abordagem menos desgastante e mais eficiente que a

⁵² Conceito baseado na premissa de que as operações cujo objetivo seja uma paz estável, para terem sucesso, têm que empregar os instrumentos civis e militar de forma integrada. É uma forma de pensamento e, simultaneamente, uma ferramenta que pode ser aplicada em todas as fases de um conflito e a todos os níveis da guerra (Jakobsen, 2008, p. 9).

atricionista. As características do Ambiente Operacional como a presença dos *media* e a mundialização dos acontecimentos poderá impossibilitar ao nível estratégico, pelo menos para as democracias, que aos níveis operacional e tático se opte pela destruição sistemática da abordagem *atricionista*.

Na prática, para além das intenções, o tipo de abordagem poderá variar com o tipo de ameaça que o Instrumento Militar Terrestre se confronte. Contra forças regulares é provável que a abordagem *manoverista* continue a ser a mais praticada. Contra uma ameaça assimétrica é difícil elaborar uma prospectiva. Uma postura otimista afirmaria que, incorporando as lições do passado recente, a abordagem seguida será uma abordagem *manoverista*, através da conquista da população e respetiva deslocalização da ameaça. Uma postura pessimista afirmaria que, pelo menos até se obterem de novo resultados negativos, a prioridade continuará a ser a destruição da ameaça por via da atrição. Estes resultados negativos na abordagem *atricionista* num ambiente de guerra irregular advêm de uma população alienada pela destruição e falta de segurança. Uma população alienada é uma população que não fornece informação, deixando a força sem uma das fontes primordiais de recolha nesta tipo de ambientes. Uma força sem informação, por mais poderosa que seja, é uma força que tenta empregar os seus golpes de forma aleatória num quarto escuro. Uma população alienada é também um garante de liberdade de ação para a ameaça. É este acumular de resultados negativos que conduz obrigatoriamente a uma paralisia operacional que só tem duas saídas, a derrota estratégica ou a mudança de abordagem à conduta das operações.

Em relação à importância relativa do Instrumento Militar Terrestre, R. Thornton (2007, p. 85) refere que “seria ótimo acreditar que o Instrumento Militar Aéreo pudesse ganhar guerras, tantas quanto os adeptos do Poder Aéreo nos fazem querer. Isto pode ser verdade, mas apesar de em certas circunstâncias os fogos aéreos, por si só, poderem derrotar Estados, os quais têm meios fixos que não querem perder, é de muito maior dificuldade acabar a resistência de atores assimétricos. (...) Estes têm pouco a perder em termos de estruturas, oferecem muito pouco em termos de alvos para as aeronaves e tendem a ter mais vontade em resistir que os Estados. Os aviões têm pouco valor coercivo. Contra este tipo de adversários, os melhores resultados são obtidos, não pelo Instrumento Militar Aéreo isolado, mas pela sua combinação com forças terrestres”. Acrescentaríamos que, mesmo contra Estados e respetivas forças regulares os fogos aéreos podem alcançar a destruição de forças, embora a prática como nos casos do Kosovo e Guerra do Golfo tenham demonstrado a dificuldade desta visão, mas sempre que for necessário estabelecer efeitos duradouros só a presença de forças terrestres alcançarão este desígnio.

Na nossa perspectiva, no futuro, face à tendência de evolução da conflitualidade e do Ambiente Operacional, destacando-se a proliferação de guerras limitadas conduzidas em áreas urbanas e com a presença de não combatentes, o Instrumento Militar Terrestre tenderá a manter-se como instrumento decisivo. Ou seja, assume-se como plausível a continuidade da importância atual da aplicação das forças terrestres no contexto de um emprego conjunto do Instrumento Militar. A importância, dada a primazia de conflitos internos com tendência de internacionalização e de ameaças que recorrem à guerra irregular, será principalmente na ótica de facilitador do emprego e integração dos restantes instrumentos do poder do Estado. Para que os restantes instrumentos atuem é necessário que, no terreno, as forças terrestres garantam um ambiente seguro e estável. Esta integração de instrumentos pode ser dificultada pelo fenómeno emergente referido por P. Garcia (2010, p.98), “o aparecimento de entidades supraestatais institucionalizadas capazes de executar ações militares conjuntas”. A dificuldade estará em conjugar os restantes instrumentos, que normalmente pertencem apenas a atores estatais, através de uma estratégia unificadora da ação.

Na relação entre o tipo de estado final pretendido e a capacidade em o atingir, o Instrumento Militar Terrestre tem tido mais facilidade em derrotar forças regulares, do que em estabelecer um ambiente seguro e estável, garantindo a segurança da população e derrotando ameaças assimétricas. Dada a complexidade da segunda missão e evolução do Ambiente Operacional em aspetos como a urbanização, globalização, o acesso generalizado à tecnologia, a proliferação de armas de destruição maciça ou o aumento de Estados frágeis e falhados é natural que esta relação se mantenha. Contudo, confirmando-se a tendência de maior ênfase na manobra, associada ao maior número de forças inicialmente disponíveis, dado o aumento da preocupação com a projeção, é possível que a capacidade do Instrumento Militar Terrestre no estabelecimento de um ambiente seguro e estável possa melhorar.

Uma síntese da prospetiva apresentada para o Instrumento Militar Terrestre representa o argumento do nosso estudo. Na sua dimensão intrínseca, o Instrumento Militar Terrestre tende a evoluir no sentido do equilíbrio entre fogos e manobra. Em relação à capacidade de projeção, as forças facilmente projetáveis tendem a ser o modelo adotado. O paradigma de emprego das forças terrestres tende a manter os três níveis da guerra e uma abordagem *manoverista* às operações. Esta tendência *manoverista* é menos evidente, ou até contrária em certos casos, quando o Instrumento Militar Terrestre enfrenta uma guerra irregular. Na sua dimensão extrínseca, o Instrumento Militar Terrestre tende a ser decisivo, num modelo de aplicação conjunta do Instrumento Militar, principalmente como facilitador de uma ótica integrada dos instrumentos do poder do Estado, procurando cada vez mais a criação de um

ambiente seguro e estável em vez da simples aniquilação do adversário.

Sempre que se olha para a bola de cristal e se tenta prever o futuro, como fizemos neste estudo, correm-se sérios riscos de ver toda a argumentação de uma tese ser desmentida pelo determinismo dos factos. No entanto, acreditamos que a forma de emprego do Instrumento Militar Terrestre, tal como o tem sido ao longo da história, será uma “combinação de novidades com uma grande dose de continuidade” (Gray, 2006a), p. 50).

Conclusões

a. Evolução do Instrumento Militar Terrestre

A aplicação do Instrumento Militar, embora num paradigma conjunto, tem recorrido ao emprego de forças terrestres para obter os resultados pretendidos. Dado que o ser humano vive em terra, é neste meio que, maioritariamente, se conseguem atingir os objetivos traçados pela Política. Dado que apenas é possível controlar território e garantir a segurança da população nele inserida com forças terrestres, o papel do Instrumento Militar Terrestre tem vindo a ser alargado ao estabelecimento de ambiente seguro e estável, facilitando a intervenção de instrumentos não militares. Nesta ótica o estudo do Instrumento Militar Terrestre contribui para a compreensão, num primeiro patamar, do emprego do Instrumento Militar como um todo, bem como para a Estratégia Total dos Estados.

O ponto de partida para este estudo foi a conhecimento acumulado sobre o emprego de forças terrestres na Escola Continental. Esta Escola de pensamento estratégico, para além da sua importância incontornável na área da Geopolítica, incorpora o conhecimento surgido na Europa sobre o modo de conduzir a guerra no meio terrestre desde as Guerras Napoleónicas, tendo moldado de forma incontornável o conceito moderno do Instrumento Militar Terrestre. Com base no conhecimento autónomo da Escola Continental, conduziu-se a investigação segundo duas dimensões, intrínseca e extrínseca, do emprego de forças terrestres. A dimensão intrínseca aborda as características das forças terrestres e o conhecimento sobre o seu emprego, enquanto a dimensão extrínseca retrata o papel e importância relativa do Instrumento Militar Terrestre dentro do Instrumento Militar, bem como da Estratégia Total dos Estados.

Antes do estudo da evolução do Instrumento Militar Terrestre estabeleceu-se o seu enquadramento teórico. Iniciou-se com a definição do conceito e das suas principais características e capacidades. O Instrumento Militar Terrestre, para este estudo, foi definido como a “capacidade, através do emprego ou da ameaça de emprego de forças terrestres, para ganhar, manter e explorar o controlo sobre o terreno, os recursos e população” (IESM, 2010, p. 19). Alargando este conceito às suas capacidades, considerámos, após comparação de diversos autores, que o Instrumento Militar Terrestre terá de ter no seu código genético a aptidão para derrotar um adversário no ambiente terrestre, seja num confronto com forças regulares ou perante uma ameaça assimétrica. Para que seja atingida a finalidade de criar e manter um ambiente estável, outra missão do Instrumento Militar Terrestre, principalmente através da segurança estabelecida, já que a estabilidade será atingida maioritariamente por

instrumentos não militares, será necessária a capacidade de controlar terreno, mesmo que por longos períodos de tempo, e, talvez a tarefa mais difícil, garantir a segurança da população. Todas estas atividades, seja a derrota de um adversário, seja o estabelecimento de um ambiente seguro e estável, são moldadas pela interação do emprego da força e o Ambiente Terrestre. A síntese desta interação é a tendência do Ambiente Terrestre para mitigar o emprego de tecnologia, bem como para incrementar a já inerente entropia das operações militares. Determinante na relação força e ambiente é o facto de o ser humano habitar o Ambiente Terrestre de forma permanente, sendo como tal impossível separar o emprego da força da população.

Ainda dentro do enquadramento teórico do Instrumento Militar Terrestre definiu-se o seu contexto de emprego, o espectro das operações. Para chegar a este contexto iniciou-se pelo espectro da conflitualidade, da paz estável até à guerra total, passando pelos patamares da crise e da guerra limitada. Em seguida, relacionando a tipologia das operações com o seu grau de violência mais provável, chegou-se ao espectro das operações.

Dentro da tipologia das operações, as forças terrestres conduzem operações que se enquadram em três grandes blocos, as operações defensivas, ofensivas e de estabilização. Esta tipologia de operações é, normalmente, combinada em simultâneo. As diferentes combinações dos tipos de operações e a sua primazia sobre outros caracterizam cada campanha ou operação de grande envergadura. O peso de cada um dos tipos de operação vai, também variar com o desenrolar de cada campanha. Agrupando campanhas de características similares temos os temas de campanha: empenhamento em tempo de paz, intervenção limitada, operações de apoio à paz, guerra irregular e operações de combate de grande envergadura.

As operações ofensivas e defensivas são levadas a cabo para impor a vontade sobre um adversário, enquanto a execução de operações de estabilização serve para interagir com a população, com outras agências e autoridades civis. As forças terrestres podem, também, ser empregues internamente nos seus Estados em operações de apoio civil, operações estas que não foram abordadas neste estudo.

Após o enquadramento teórico do Instrumento Militar Terrestre definiu-se o modelo de análise utilizado para estudar os casos práticos do emprego de forças terrestres. A construção deste modelo procurou refletir a taxonomia do conhecimento acumulado na Escola Continental, abordando ambas as dimensões do Instrumento Militar Terrestre. Na dimensão intrínseca, as variáveis agruparam-se em três conjuntos: o emprego da força, as capacidades das forças terrestres e a doutrina. Dentro do emprego da força seleccionámos o balanceamento entre o fogo e a manobra. Nas capacidades analisamos a projeção e na doutrina, os níveis da

guerra adotados e o tipo de aproximação às operações, *manoverista* ou *atricionista*. Na dimensão extrínseca, o papel e respetiva importância relativa do Instrumento Militar Terrestre foram as variáveis escolhidas.

Definido o modelo de análise passou-se ao estudo da evolução do Instrumento Militar Terrestre. Para esta etapa eram necessários casos de estudo. Para que estes casos de estudo conseguissem obter perto de uma inatingível visão holística, impunha-se uma escolha criteriosa de atores a analisar. A visão de conjunto é dada parcialmente pela representatividade obtida na tendência dos atores estatais para incorporar tecnologia, organização e doutrina dos mais poderosos ao nível militar. Dizemos parcialmente, pois apesar da representatividade, o emprego da força, em especial as terrestres, está fortemente condicionado por fatores como os políticos, culturais ou sociais.

Dado o período de análise, desde o final da 2ª Guerra Mundial, procurámos abordar os dois grandes blocos da Guerra Fria, o bloco ocidental e o soviético. Estes dois blocos, além da sua importância no período em análise, representam, também, a herança da Escola Continental. Por questões de objetividade, optou-se por analisar o emprego dos Instrumentos Militares Terrestres das respetivas lideranças dos dois blocos, os EUA e URSS. Para manter a coerência da análise, em relação ao objeto, no período pós-Guerra Fria, continuou-se o estudo com os EUA e Rússia. Procurando uma visão ainda mais abrangente, a China foi também abordada.

Aplicando o modelo de análise, individualmente, ao emprego do Instrumento Militar Terrestre de cada ator, obtivemos resposta à Questão Derivada nº1: “Como evoluiu o Instrumento Militar Terrestre desde o fim da 2ª Guerra Mundial?”.

No balanceamento entre fogos e manobra, o Instrumento Militar Terrestre dos EUA, em todos os conflitos do período em análise, deu primazia aos fogos, tentando atingir resultados positivos com o menor número de baixas possível. Apesar de esta abordagem limitar as baixas derivadas do combate próximo, dá ao adversário a capacidade de adaptação, permitindo-lhe contrariar os efeitos dos fogos. A pouca eficácia da primazia dos fogos deve-se, essencialmente, à capacidade em mitigar a tecnologia com eles relacionada, quer para forças regulares quer para ameaças assimétricas, bem como ao efeito de alienação sobre a população, quando esta é um ator relevante.

Na capacidade de projeção, os EUA têm-se debatido com o balanceamento entre a mobilidade estratégica de uma força e o seu valor combativo. Após a Guerra Fria, com a difusão da ameaça, os EUA iniciaram um processo de transformação de forças pré – posicionadas, desenhadas para um elevado valor combativo à custa da pouca mobilidade

estratégica, para forças facilmente projetáveis, capazes de executar uma manobra operacional a distâncias estratégicas. Esta transformação encontra-se, no entanto, ainda em curso, não tendo sido ainda encontrada nenhuma panaceia suficientemente credível para todo o espectro das operações.

Em relação aos níveis da guerra, os EUA mantiveram um dualismo Estratégia – Tática até ao final da Guerra Fria. Só com a introdução da doutrina *AirLand Battle*, os EUA adotaram oficialmente o nível operacional. Com a introdução de tecnologia como as munições guiadas de precisão, as capacidades avançadas de ISTAR, a tecnologia *stealth* e a digitalização do C2, iniciou-se o debate da compressão dos três níveis da guerra. Outros argumentos dos defensores do fim do nível operacional têm sido a revolução da informação e a necessidade de integração dos instrumentos não militares do poder do Estado. No entanto, os EUA mantêm, na sua doutrina e aplicação prática, os três níveis da guerra, procurando, também, uma integração do Instrumento Militar com os restantes instrumentos nos três níveis da guerra, principalmente quando a população é um ator determinante no Teatro de Operações.

Nas guerras limitadas em que os EUA empregaram o seu Instrumento Militar Terrestre praticaram uma abordagem *atricionista* às operações. Seja pelo método da destruição sistemática de forças regulares, seja pela alienação da população, falta de forças de manobra para lhe garantir a segurança ou foco na destruição da ameaça quando em cenários onde a ameaça é assimétrica. Com a *AirLand Battle* foi introduzida uma abordagem *manoverista* à condução das operações. No entanto, com exceções, como a condução da Guerra do Golfo em 1991, ao nível operacional, os EUA têm desprezado a sua doutrina, conduzindo as suas campanhas baseados na destruição sistemática do adversário. Esta tendência, revelando uma capacidade de aprendizagem, tem-se invertido, mostrando os EUA vontade de aplicar a abordagem *manoverista* contra adversários que conduzam um guerra irregular, caso do Afeganistão.

Na importância relativa, o Instrumento Militar Terrestre, nos conflitos analisados, foi o instrumento decisivo, quer devido a restrições políticas de atuação da componente aérea, quer à necessidade de forças terrestres para materializar a derrota de forças regulares ou garantir um ambiente seguro e estável. Quanto à capacidade em atingir o estado final pretendido, os melhores resultados têm sido atingidos nas guerras em que o adversário a derrotar é constituído por forças regulares. Quando o estado final é o estabelecimento e manutenção de um ambiente seguro e estável perante ameaças assimétricas é necessário conquistar a população e garantir a sua segurança, o que se tem revelado mais difícil de atingir, mas

continuando o Instrumento Militar Terrestre o único a poder almejar tal objetivo.

Em relação à URSS, na quase totalidade do período da Guerra Fria, a manobra era encarada como a chave para o sucesso na derrota da OTAN. Já nas guerras limitadas, casos do Afeganistão e Chechênia, os soviéticos e russos recorreram aos fogos, em detrimento da manobra, para limitar as suas baixas. Na Guerra da Geórgia, uma campanha contra forças convencionais, o Exército russo deu primazia inicial à manobra, passando gradualmente para os fogos no final do conflito.

Na variável projeção, durante o período da Guerra Fria as forças soviéticas tinham uma postura de pré - posicionamento, utilizando, no entanto, forças *aeromecanizadas* com sucesso no início das intervenções militares, devido à sua boa mobilidade estratégica e valor combativo credível. Após a análise da Guerra do Golfo de 1991 foi adotado o conceito de Força Móvel, melhorando a mobilidade estratégica, ao mesmo tempo que se tenta manter o valor combativo, passando do escalão Divisão para o escalão Brigada, como escalão mais elevado de constituição fixa, de acordo com o modelo das armas combinadas e capaz de operar de forma independente no campo de batalha.

Na Guerra Fria, a doutrina soviética voltou novamente a dar ênfase à Arte Operacional e ao nível operacional da guerra. No pós-Guerra Fria, apesar de também na Rússia se ter discutido a validade dos três níveis da guerra, o seu valor intrínseco foi reafirmado. Em relação ao tipo de abordagem à condução das operações existiram duas linhas de conduta. No Teatro de Operações europeu da Guerra Fria e na Geórgia a abordagem foi maioritariamente *manoverista*. Quando o adversário materializou uma ameaça assimétrica, como no Afeganistão e Chechênia, a opção foi *atricionista*, com foco na destruição sistemática da ameaça em vez da segurança da população.

Durante a Guerra Fria, com exceção do período em que a URSS via a arma nuclear como a panaceia para a vitória, o Instrumento Militar Terrestre era considerado como o instrumento decisivo, materializando a derrota das forças da OTAN no Teatro de Operações europeu. A importância relativa manteve-se no período pós-Guerra Fria.

Em relação ao papel do Instrumento Militar Terrestre, na Guerra do Afeganistão, a pouca eficiência do Instrumento Militar Terrestre, apesar de instrumento decisivo, deveu-se à preponderância dos fogos em relação à manobra, que, além de eficazmente contrariados, conduziram à alienação da população. Um cenário idêntico passou-se na Chechênia. Sintetizando, o Instrumento Militar Terrestre mostrou maior aptidão para materializar a derrota de adversários convencionais e simétricos do que para derrotar uma ameaça assimétrica e garantir a segurança da população.

Na China, em relação ao balanceamento entre fogos e manobra, o ELP deu primazia à manobra desde a Guerra Civil chinesa, tendo capacidade de executar uma manobra adaptativa quando tecnologicamente inferior. No entanto, logo na Guerra da Coreia, o ELP aprendeu a importância dos fogos quando o campo de batalha é aberto. Os chineses iniciaram aí um processo de aquisição de grandes quantidades de meios de Artilharia, processo que se matem até aos dias de hoje.

Na variável projeção, a doutrina da Guerra do Povo focalizava-se na defesa do território, não fazendo esta capacidade parte das preocupações chinesas, como tal privilegiava apenas o valor combativo em detrimento da mobilidade estratégica. Com a mudança para a doutrina da Guerra Local algumas unidades reduziram o seu tamanho, tornaram-se mais móveis e adotaram o princípio das armas combinadas. Este processo de mudança continua a decorrer.

Em relação à doutrina, nos três conflitos estudados, a abordagem do ELP à forma de conduzir as operações foi *atricionista*, visando a aniquilação sistemática das unidades adversárias. Nos níveis da guerra adotados pelo ELP, verificou-se, como elemento transversal aos três conflitos, a existência apenas do nível estratégico e tático. No início do século XXI, o ELP adotou na sua doutrina o nível operacional.

Nas Guerras Sino - Indiana e Sino - Vietnamita, conflitos entre adversários simétricos, o Instrumento Militar Terrestre foi decisivo. Na Guerra da Coreia, um conflito contra adversários tecnologicamente mais avançados, a paralisia ao nível operacional, conseguida pela manobra adaptativa do Instrumento Militar Terrestre chinês, levou à vitória no nível estratégico. Em relação à facilidade em atingir o estado final pretendido, o caso chinês apenas pode ser avaliado na capacidade de derrotar um adversário, ficando por comparar a sua relativa facilidade com a capacidade em estabelecer um ambiente seguro e estável.

Comparando cada uma das evoluções do Instrumento Militar Terrestre, permitiu determinar os pontos de convergência e divergência. Estes pontos permitiram, posteriormente, generalizar um padrão de evolução que responda à Questão Derivada nº2 – “Quais os elementos de continuidade e descontinuidade na evolução do Instrumento Militar Terrestre durante o período analisado?”.

No balanceamento entre fogos e manobra, a abordagem dos EUA e da URSS/Rússia foi similar. Nas guerras limitadas em que se envolveram, os dois atores privilegiaram os fogos. A razão comum desta abordagem foi a tentativa de, contra adversários tecnologicamente menos desenvolvidos, obter resultados positivos com o menor número de baixas possível. Esta abordagem teve, no entanto, a consequência negativa de permitir ao

adversário uma capacidade de adaptação que mitigasse a sua inferioridade tecnológica. Esta adaptação ocorreu, sobretudo, devido à utilização de terrenos complexos e à miscigenação com a população. Quando um adversário, assente em forças regulares e tecnologicamente inferior, não soube conduzir uma manobra adaptativa, o ênfase nos fogos, tornou-se eficaz na sua derrota. A China, ator sem o grau de desenvolvimento tecnológico militar dos restantes atores, tem dado primazia à manobra, ao mesmo tempo que tem vindo a obter grande número de meios e tecnologia de apoio de fogos, ou seja, compreende bem a importância da manobra quando em inferioridade tecnológica, bem como a importância da tecnologia e dos fogos contra forças regulares.

Atualmente, e fruto de experiências negativas, casos do Afeganistão e do Iraque a importância da manobra é também atualmente considerada pelos EUA, que dão sinais de deslocarem a sua prioridade dos fogos para a manobra quando têm de estabelecer um ambiente seguro e estável.

Na capacidade de projeção, os três atores iniciaram o período em análise com forças maioritariamente desenhadas para uma postura de pré-posicionamento, em que a mobilidade estratégica não era prioridade. Como resposta aos desafios do balanceamento entre valor combativo e mobilidade estratégica, principalmente desde o final da Guerra Fria, assiste-se, nos três atores, à passagem de forças desenhadas para o pré - posicionamento para forças facilmente projetáveis. Para cumprir este desígnio, em todos os atores se constata uma tendência de passagem do escalão Divisão para Brigada, como escalão mais elevado de constituição fixa. Em paralelo, existe uma tendência para a redução do peso das unidades e para a aplicação, a mais baixos escalões, de uma estrutura permanente de armas combinadas.

Dentro da doutrina, em relação aos níveis da guerra adotados, os EUA e URSS/Rússia, embora com uma diferença temporal de quase 40 anos, adotaram o nível operacional entre o estratégico e o tático. A China só na primeira década do século atual incorporou o nível operacional. Esta convergência tem, no entanto, sido acompanhada, desde o fim da Guerra Fria, quer nos EUA quer na Rússia, por um debate sobre a validade ou compressão dos níveis da guerra. O debate baseia-se no argumento da compressão do nível operacional, quer devido a avanços tecnológicos na área do C2 e informação, quer na necessidade de integração dos restantes instrumentos não militares nas campanhas. No entanto, os três atores mantêm atualmente os três níveis.

No tipo de abordagem à condução das operações, a China optou sempre pela atrição nas três guerras que conduziu. Os EUA e URSS/Rússia alternaram as suas formas de abordagem de acordo com o tipo de adversário que enfrentavam. Quando o adversário

empregou uma abordagem assimétrica e operou junto da população, a abordagem foi *atricionista*, principalmente devido ao foco na destruição da ameaça e simultâneo desprezo pela segurança da população. Nos conflitos recentes do Iraque e Afeganistão, os EUA, os procuraram transitar para uma abordagem *manoverista* centrada na população. Perante forças regulares, a abordagem foi, maioritariamente, *manoverista*, sendo que no caso dos EUA, a abordagem *manoverista* só se materializou na sua doutrina em simultâneo com a adoção do nível operacional, permitindo assim orquestrar as ações táticas para atingir os objetivos estratégicos.

Na dimensão extrínseca, em relação à sua importância relativa, o Instrumento Militar Terrestre tem sido o instrumento decisivo para os três atores, quer devido ao facto de o emprego de forças terrestres mostrar ser incontornável, tanto na materialização da derrota do adversário como no controlo do terreno e segurança da população, quer devido a fatores externos, como o exemplo de restrições políticas ao Instrumento Militar Aéreo. Quanto ao papel do Instrumento Militar Terrestre foram evidenciados comportamentos diferenciados. Na derrota de forças regulares, o Instrumento Militar Terrestre dos três atores tem atingido plenamente o estado final pretendido. Quando é necessário estabelecer um ambiente seguro e estável, permitindo a intervenção de instrumentos não militares, os Instrumentos Militares Terrestres dos EUA e URSS/Rússia, já que o chinês não foi analisado nesta situação, têm tido, em comparação com o cenário convencional, maior dificuldade em atingir o estado final pretendido. No entanto, o Instrumento Militar Terrestre é o único, dentro do Instrumento Militar, a poder almejar estabelecer esse ambiente seguro e estável, controlando o terreno e garantindo segurança à população.

A partir da comparação da evolução pode estabelecer-se um padrão de evolução das características do Instrumento Militar Terrestre.

No balanceamento entre fogos e manobra, constatou-se uma tendência para, sempre que um dos contendores possui superioridade tecnológica, existir a tentação de dominar o campo de batalha através dos fogos, procurando empregar o Instrumento Militar Terrestre com o menor número de baixas. Esta solução é eficiente perante forças regulares que não adotem uma manobra adaptativa, enquanto que face a forças regulares adaptativas ou forças irregulares, uma paralisia ao nível operacional tem sido o resultado obtido. Para ultrapassar esta paralisia a solução está no reequilíbrio entre fogos e manobra. Quem não tem capacidade de domínio pelos fogos, ou combate contra um adversário que a possui, tende a dar primazia à manobra, adotando, no segundo caso, uma manobra adaptativa de forma a mitigar a superioridade do adversário.

Na capacidade de projeção a evolução está relacionada com o fator de definição de ameaças externas. Quando a ameaça externa ao território está bem definida, existe a tendência para dar prioridade a forças com um elevado valor combativo, sacrificando-se a mobilidade estratégica no desenho das forças ao nível da Estratégia Genética. Quando a ameaça se desvanece, ou se torna mais difusa, a capacidade de projeção ganha importância, sendo necessário aumentar a mobilidade estratégica mantendo, no entanto, um valor combativo equilibrado.

Em relação à doutrina, existe uma relação direta entre a adoção de três níveis da guerra com uma abordagem *manoverista* da condução das operações em conflitos entre forças regulares. Quando as forças terrestres convencionais são confrontadas com uma ameaça assimétrica a ênfase colocada nos fogos tem levado a uma abordagem *atricionista* da condução das operações. Só invertendo o balanceamento entre fogos e manobra se consegue uma abordagem *manoverista*, permitindo centrar as operações na população.

Na evolução em relação à importância relativa da aplicação das forças terrestres no contexto do emprego conjunto do Instrumento Militar, o Instrumento Militar Terrestre tem sido o instrumento decisivo. Na relação entre o tipo de estado final pretendido e a capacidade em o atingir, o Instrumento Militar Terrestre tem mais facilidade em derrotar forças regulares, do que em estabelecer um ambiente seguro e estável, no qual necessita de garantir segurança à população e derrotar ameaças assimétricas.

b. Prospetiva do Instrumento Militar Terrestre

Com base no padrão de evolução foi possível delinear uma prospetiva do Instrumento Militar Terrestre. Esta passagem não foi no entanto direta. Foi necessário determinar os desafios da evolução da conflitualidade e do Ambiente Operacional para aquilatar se o padrão de evolução do Instrumento Militar Terrestre apontava no caminho certo para lhes fazer face. Antes então da visão de futuro do Instrumento Militar Terrestre, respondeu-se à Questão Derivada nº3 – “Quais as tendências de evolução da conflitualidade e do Ambiente Operacional?”.

A evolução da continuidade pode ser analisada segundo vários prismas. Quanto aos atores envolvidos, assiste-se a uma diminuição de conflitos entre Estados, ao mesmo tempo que a grande ocorrência de conflitualidade tem sido ao nível interno. Esta preponderância da conflitualidade interna não implica contudo uma ausência de envolvimento dos atores estatais. Aliás, principalmente no período pós-Guerra Fria existe uma tendência de internacionalização

materializada em três vertentes: envolvimento de organizações sem características territoriais, envolvimento da Comunidade Internacional e envolvimento de atores estatais de forma indireta. Nestas três tendências, pelo menos nas últimas duas reconhecemos diretamente a participação de atores estatais. Como síntese, podemos afirmar a tendência para a dificuldade de separação entre o interno e o internacional.

A preponderância da conflitualidade interna, bem como a atual atenção que esta colhe no nível Estratégico, pode levar a uma subalternização completa das guerras regulares entre Estados, no entanto, como defendem diversos autores, este tipo de conflitualidade continua a ser possível e como tal deverá permanecer no pensamento estratégico dos Estados.

A diferenciação entre conflitualidade interna e internacional pode levar-nos a ter a tendência para estabelecer uma relação direta com a divisão entre guerra regular e irregular. No entanto, esta relação tende a não ser linear, dado o recurso à guerra irregular por Estados menos poderosos num cenário da atual assimetria de Instrumentos Militares.

Em relação ao carácter dos conflitos existe a tendência para os conflitos com inúmeras partes, combatentes e não combatentes, tornando-os mais complexos. Aliando a urbanização a este envolvimento de não combatentes, surge o fenómeno das baixas maioritariamente civis. Mesmo a ocorrência de guerras regulares entre atores estatais não poderá fugir de fatores como a urbanização, a presença de não combatentes, a existência de ameaças assimétricas e a omnipresença dos *media*.

Outro aspeto do carácter da conflitualidade atual é a existência ou não de uma Revolução nos Assuntos Militares relacionada com a tecnologia. A prática tem demonstrado que em vez de revolução estamos perante uma evolução contínua do carácter da guerra, continuando a tecnologia a não se panaceia para eliminar aspetos como a capacidade de manobra adaptativa, a implementação com sucesso do sistema moderno de aplicação da força, ou mesmos de aspetos mais relacionados com a natureza da guerra como a incerteza.

Em conjunto com a conflitualidade, o emprego do Instrumento Militar Terrestre, será influenciado pelo Ambiente Operacional. As principais tendências que mais afetarão a conduta das operações, ou seja a utilização do Instrumento Militar, principalmente o terrestre, são a globalização, a urbanização, a tecnologia, as mudanças demográficas, a luta por recursos, as alterações climáticas, as epidemias e pandemias, a proliferação de armas de destruição maciça e o aumento de Estados frágeis e falhados.

Além das tendências mencionadas, um outro fator de tendência de evolução do Ambiente Operacional é incontornável, a presença dos *media*, veículo para a perceção da população e como tal um fator essencial na tentativa de lhe garantir segurança e a afastar de

movimentos subversivos por parte do Instrumento Militar Terrestre.

Com base no padrão estabelecido da evolução do Instrumento Militar Terrestre, conjugando-o com as tendências de evolução da conflitualidade e do Ambiente Operacional contemporâneo, foi possível responder à Questão Central do estudo – “Tendo em conta a evolução do Instrumento Militar Terrestre desde o fim da 2ª Guerra Mundial, como é que este se prospecta face às tendências de evolução da conflitualidade e do Ambiente Operacional contemporâneo?”.

A conjugação da preponderância dos conflitos internos com tendência de ingerência de atores externos indica futuras intervenções do Instrumento Militar Terrestre nos patamares da crise e da guerra limitada. Neste espectro, nas campanhas rápidas contra forças regulares, as potências militares tenderão a usar a sua tecnologia para tentar obter resultados decisivos através dos fogos. Sempre que os seus adversários se adaptem ao ambiente dominado pelos fogos, usando a dispersão, os terrenos complexos e o combate entre a população, a manobra tenderá a equilibrar o seu balanceamento com os fogos. Quando as intervenções militares decorrerem face a uma ameaça assimétrica, ou pelo menos na sua presença, as forças terrestres, terão de atribuir a primazia à manobra com o intuito de estabelecer um ambiente seguro e estável, impedidos, por razões de eficácia, de fazer a permuta de forças no terreno por tecnologia. Noutra perspetiva a tendência de urbanização no Ambiente Operacional, inerente presença de população e dos *media*, também implicam uma preponderância da manobra. O foco na manobra implica que, tendo em vista o estabelecimento de um ambiente seguro e estável, para além de forças de combate sejam também relevantes as capacidades específicas como os assuntos civis.

A importância da manobra não implica, contudo, uma diminuição de relevância dos fogos e tecnologia associada. Os fogos continuarão essenciais, principalmente frente a forças regulares, numa tentativa de obter a sua rápida capitulação. Ou seja, o Instrumento Militar Terrestre, no balanceamento entre fogos e manobra, necessita de manter a sua versatilidade, até porque esta é a garantia de utilidade num futuro de conflitualidade sem carácter singular.

Em relação à variável projeção, a tendência de evolução da conflitualidade valida a transformação atual das forças terrestres, de uma postura de pré - posicionamento para forças facilmente projetáveis, dado o grau de incerteza geográfica da ameaça. Para uma real capacidade de projeção é necessário aliar o valor combativo à boa mobilidade estratégica. A tendência de evolução aponta para forças de dimensão mais reduzida e mais ligeiras, de forma a aumentar mobilidade estratégica, reorganizando as forças terrestres em torno da Brigada como unidade de maior escalão de constituição fixa. Para que o prato da balança do valor

combativo não seja menosprezado existe a necessidade de aplicar no escalão Brigada e inferior o modelo das armas combinadas, garantir o número suficiente de forças de manobra e um equilíbrio entre o fogo, mobilidade tática e proteção. Contudo, não pode ser desprezado que é provável que continuem a coexistir forças que sacrifiquem a mobilidade estratégica em prol do seu valor combativo. Este ponto vai colocar dificuldades acrescidas ao balanceamento entre mobilidade e valor combativo para as restantes forças, já que poderão ter de fazer face a Instrumentos Militares Terrestres baseados em forças pesadas.

Na doutrina, a problemática da possível supressão do nível operacional, é possível que continue em discussão. No entanto, a exclusão do nível de planeamento e condução de campanhas impede a orquestração do conjunto de batalhas e empenhamentos, podendo acarretar um regresso a uma abordagem *atricionista* da condução das operações, mesmo num confronto entre forças regulares. Contudo, será necessário, para que o modelo dos três níveis se mantenha válido ao longo de todo o espectro das operações militares, uma maior conjugação dos instrumentos militares e civis, sobretudo através de um maior envolvimento do nível estratégico no planeamento e condução das campanhas. Este envolvimento terá de ocorrer ao nível da Estratégia Total e da Estratégia Militar. Resumido, no que diz respeito à integração dos instrumentos do poder do Estado, serão necessários, pelo menos, dois patamares de aplicação, o estratégico, com uma ligação estreita com a Política, e onde talvez se comece a diluir a Estratégia Militar com a Total, e o operacional, onde se torna necessário um maior envolvimento da Estratégia, quer no planeamento de campanhas quer na sua conduta.

Ainda na doutrina, em relação à abordagem à conduta das operações, a opção *manoverista* tende a ser a escolha natural do Instrumento Militar Terrestre. A evolução para forças mais pequenas tenderá a forçar uma abordagem menos desgastante e mais eficiente que a *atricionista*. Em simultâneo, características do Ambiente Operacional como a presença dos *media* e a mundialização dos acontecimentos poderá impossibilitar ao nível estratégico, pelo menos para as democracias, que aos níveis operacional e tático se opte pela destruição sistemática da abordagem *atricionista*. Se esta conclusão é passível de ser pouco discutível em relação a conflitos entre forças regulares, face a ameaças assimétricas será necessário abandonar o foco na destruição sistemática da ameaça e mudá-lo para a segurança da população.

Em relação à importância relativa do Instrumento Militar Terrestre, face à tendência de evolução da conflitualidade e do Ambiente Operacional, destacando-se a proliferação de guerras limitadas conduzidas em áreas urbanas e com a presença de não combatentes, o

Instrumento Militar Terrestre tenderá a manter-se como instrumento decisivo. Na relação entre o tipo de estado final pretendido e a capacidade em o atingir, o Instrumento Militar Terrestre tem tido mais facilidade em derrotar forças regulares, do que em estabelecer um ambiente seguro e estável, garantindo a segurança da população e derrotando ameaças assimétricas. É natural que esta relação se mantenha, dada a complexidade do segundo estado final, mas, dada a tendência para a ênfase na manobra, um maior número de forças inicialmente disponíveis e com valor combativo credível para cada campanha, é possível que a capacidade do Instrumento Militar Terrestre no estabelecimento de um ambiente seguro e estável possa melhorar.

A síntese da prospectiva do Instrumento Militar Terrestre, apresentada no capítulo 5, representa o argumento do nosso estudo. Na sua dimensão intrínseca, o Instrumento Militar Terrestre tende a evoluir no sentido do equilíbrio entre fogos e manobra. Em relação à capacidade de projeção, as forças facilmente projetáveis tendem a ser o modelo adotado. O paradigma de emprego das forças terrestres tende a manter os três níveis da guerra e uma abordagem *manoverista* às operações. Esta tendência *manoverista* é menos evidente, ou até contrária em certos casos, quando o Instrumento Militar Terrestre enfrenta uma guerra irregular. Na sua dimensão extrínseca, o Instrumento Militar Terrestre tende a ser decisivo, num modelo de aplicação conjunta do Instrumento Militar, principalmente como facilitador de uma ótica integrada dos instrumentos do poder do Estado, procurando cada vez mais a criação de um ambiente seguro e estável em vez da simples aniquilação do adversário.

c. Considerações finais

No final da 2ª Guerra Mundial, o instrumento militar desenhado para derrotar adversários que usassem armas, organização e forma de atuar muito similares era um denominador comum. A Guerra Fria foi o cenário perfeito para a continuação desta abordagem. Mesmo após o desmembramento do bloco soviético, conflitos como o do Golfo, em 1991, demonstravam a excelência das Forças Armadas ocidentais. No entanto, casos como a Somália ou os Balcãs mostraram grandes debilidades para uma efetiva resolução de conflitos por parte do Instrumento Militar. Estas debilidades, embora não exclusivamente, apontavam para uma necessidade de transformação nas forças terrestres, aquelas que realmente atuam no meio físico onde a interação com o ser humano e a sua sociedade é incontornável. Embora tenhamos apontado o rumo desta transformação na prospectiva apresentada, pensamos ser ainda útil sintetizar alguns pontos relativos ao emprego da

componente terrestre do Instrumento Militar.

O primeiro destes pontos é a tecnologia. Não que esta seja um problema em si, antes pelo contrário, mas pela percepção que tende a criar da possibilidade de resolução rápida e pouco onerosa, em termos de vidas humanas, de qualquer situação em que o instrumento militar seja empregue. Esta situação, para além de um potencial excesso de intervencionismo, leva a uma estimativa errada das situações em que a força será empregue. Mal definida a situação, é provável que a aplicação do Instrumento Militar seja dissonante em relação ao estado final pretendido pela Política. Para que se ultrapasse esta dissonância é necessário o entendimento da imutabilidade da natureza da guerra, pelo menos até ao presente, continuando a aplicação da força a ser uma dialética de vontades e o campo de batalha a estar longe da sua proclamada transparência.

Outro ponto crucial é a definição do que se pretende do Instrumento Militar e por consequência da sua componente terrestre. Como a possibilidade de uma guerra convencional continua a ser, infelizmente, possível, independentemente do seu grau de probabilidade, a capacidade de derrotar um adversário em termos militares, neste cenário, permanece um requisito para o Instrumento Militar Terrestre. No entanto, quer seja após a derrota militar quer seja noutra cenário para além do convencional, é necessário conseguir atingir e manter um ambiente seguro e estável, incluindo na presença de adversários que atuem de forma assimétrica. Só com esta capacidade se permite, numa 1ª fase, e potencia, nas fases posteriores, a intervenção dos restantes instrumentos do poder do Estado, aqueles que realmente podem conseguir uma paz sustentada e duradoura.

Neste segundo cenário, estabelecer um ambiente seguro e estável, o Instrumento Militar Terrestre não poderá assentar apenas, ou maioritariamente, numa vantagem tecnológica, mas, sobretudo, numa presença efetiva no terreno, potenciando a interação com a população.

A exigência de flexibilidade do Instrumento Militar Terrestre valida, também, a transformação na capacidade de projeção. Esta capacidade tem de garantir, por um lado, velocidade de resposta, almejando, no limite, prevenir em vez de gerir as crises ou conflitos. No outro prato da balança, a velocidade, dada pela mobilidade estratégica, tem que ser conjugada com o valor combativo da força, garantia da flexibilidade em relação às mutações do Ambiente Operacional.

Por fim, esperamos que tenha ficado claramente expresso que o emprego do Instrumento Militar Terrestre continuará a ser o somatório de surpresas e de elementos de continuidade. Dentro da continuidade, talvez o mais relevante para a paz seja que o paradigma

do uso da força tem que ser o do sucesso, um ambiente seguro e estável, por oposição ao paradigma da vitória.

No capítulo 5, terminámos a prospetiva do Instrumento Militar Terrestre afirmando que sempre que se olha para uma bola de cristal e se tenta prever o futuro correm-se sérios riscos de ver toda a argumentação de uma tese ser desmentida pelo determinismo dos factos. Consideramos que os riscos que corremos assentam, sobretudo, em dois fatores.

O primeiro, logo assumido como limitação do estudo, está relacionado com a não total representatividade da totalidade dos Instrumentos Militares Terrestres por parte dos atores estudados. Aqui poderá surgir uma nova linha de investigação, ligada à adequabilidade da prospetiva apresentada a Estados específicos, a exemplo de Portugal.

O segundo fator está relacionado com a validade da previsão da evolução da conflitualidade, do Ambiente Operacional e da prospetiva em si. Neste caso, o argumento apresentado neste estudo poderá, no futuro, servir de hipótese de trabalho a validar ou refutar, com base numa nova análise histórica.

Um outro fator de risco, embora não diretamente relacionado com o percurso deste estudo até ao seu argumento, está no impacto da tecnologia no Instrumento Militar Terrestre. Não nos referimos às atuais teses da Revolução nos Assuntos Militares em curso, mas sim a uma evolução tecnológica que retire ao ser humano o papel de elemento central nas forças terrestres. Caso aconteça num futuro previsível, provavelmente toda a prospetiva do Instrumento Militar Terrestre terá de ser revista.

Por último, este estudo tem como um dos pontos enquadrantes a multifuncionalidade do Instrumento Militar Terrestre, desde a derrota de um adversário até à manutenção de um ambiente estável, podendo conduzir, em simultâneo, operações tão díspares como as de combate, ofensivas e defensivas, ou de estabilização. No entanto, a interrogação da validade deste conceito poderá também servir para nova investigação, avaliando se o mesmo Instrumento Militar Terrestre consegue ser adequado para todo o espectro de operações. Ou seja, será possível ser eficiente, para um mesmo lote de forças terrestres, quer nas operações de combate de grande envergadura, na contrassubversão, nas operações de paz ou na ajuda humanitária? Caso fosse refutada esta capacidade, implicaria uma mudança de paradigma na genética, preparação e emprego do Instrumento Militar Terrestre.

Referências bibliográficas

Bibliografia Referenciada Monografias (Livros)

BIDDLE, Stephen (2006). *Military Power: Explaining Victory and Defeat in Modern Battle*. New Jersey: Princeton University Press.

CASSIDY, Robert M. (2008). *Counterinsurgency and the Global War on Terror*. Stanford: Stanford University Press.

CLARK, Wesley K. (2001). *Waging Modern War: Bosnia, Kosovo, and the Future of Combat*. New York: Public Affairs Books

CLAUSEWITZ, Carl Von. (1780-1831). *On War*. Trad Michael Howard e Peter Parret, 1984. Título original: *Vom Kriege*. New York: Princeton University Press.

COUTO, Abel Cabral (1987). *Elementos de Estratégia: Apontamentos para um Curso*. Vol. I. Lisboa: Instituto de Altos Estudos Militares.

CREVELD, Martin van, [et. al.] (2011). *The Evolution of Operational Art, From Napoleon to the Present*. Oxford: Oxford University Press.

GRANGE, David L., [et. al.] (2002). *Air - Mech - Strike: Asymmetric Maneuver Warfare for the 21st Century*. 2^a ed. Paducah – New York: Turner Publishing Company.

GRAY, Colin S. (2006a)). *Another Bloody Century: Future Warfare*. London: Orion Books.

GRAY, Colin S. (2006b)). *Strategy and History: Essays on Theory and Practice*. Oxon: Routledge.

HAMMES, Thomas X. (2004). *The Sling and the Stone: On War in the 21st Century*. St. Paul: Zenith Press.

FEHRENBACH, T. R. (1991). *This Kind of War*. New York: Bantam Books.

LEONHARD, Robert R. (1991). *The Art of Maneuver: Maneuver – Warfare Theory and AirLand Battle*. New York: Ballantine Books.

LEWIS, Adrian R. (2007). *The American Culture of War: A History of US Military Force from World War II to Operation Enduring Freedom*. New York: Routledge.

LINN, Brian McAllister (2009). *The Echo of Battle: The Army's Way of War*. Cambridge [etc.]: Harvard University Press.

MADEIRA, César Martinho Gusmão Reis (2009). *O Sistema de Planeamento de Forças Nacional. Implicações da Adoção do Modelo de Planeamento por Capacidades*. Cadernos Navais, Nº 28. Lisboa: Grupo Cultural da Marinha.

SANTOS, José Loureiro dos (1983). *Incursões no domínio da Estratégia*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

SCALES Jr., Robert H. (2003). *Yellow Smoke*. Lanham: Rowman & Littlefield Publishers, Inc.

SIMPKIN, Richard E. (1985). *Race to the Swift: Thoughts on Twenty - First Century Warfare*. London [etc.]: Brassey's Defence Publishers.

THORNTON, Rod (2007). *Asymmetric Warfare*. Cambridge [etc.]: Polity Press.

WADE, Norman EM. (2008). *The Army Operations and Doctrine - Smartbook*. Lakeland: The Lightning Press.

Contribuições em Monografias

BIDDLE, Stephen (2007). Land Warfare: Theory and Practice. In *Strategy in the Contemporary World: Introduction to Strategic Studies*. Oxford: Oxford University Press, p. 91 - 112.

SHEEHAN, Michael (2007). The changing character of war. In *The Globalization of World Politics: An Introduction to International Relations*. Oxford: Oxford University Press, p. 210 - 225.

TUCK, Christopher (2008). Land Warfare. In *Understanding Modern Warfare*. New York: Cambridge University Press, p. 66 - 121.

Manuais

EXÉRCITO (1987). *Regulamento de Campanha 130-1, Operações*. Lisboa: Estado Maior do Exército.

EXÉRCITO (2005). *Regulamento de Campanha - Operações*. Amadora: Comando de Instrução e Doutrina.

IESM, Instituto de Estudos Superiores Militares (2010). *ME 20 – 81 – 00 – Operações*. Lisboa.

JCS, Joint Chiefs of Staff (2008). *JP 3-0 – Joint Publication 3-0: Joint Operations*.

JCS, Joint Chiefs of Staff (2009). *JP 1-02 – Joint Publication - 02: Department of Defense Dictionary of Military and Associated Terms*.

OTAN, Organização do Tratado do Atlântico Norte (2006). *AJP -5: Allied Joint Doctrine for Operational Planning*.

OTAN, Organização do Tratado do Atlântico Norte (2009). *AAP-6: NATO Glossary of Terms and Definitions*. NATO Standardization Agency.

TRADOC, U.S. Army Training and Doctrine Command (2008). *Field Manual 3-0, Operations*. Washington DC: Headquarters, Department of the Army.

TRADOC, U.S. Army Training and Doctrine Command (2011). *Field Manual 3-0, Operations, Change 1*. Washington DC: Headquarters, Department of the Army.

Monografias eletrônicas

CASSIDY, Robert M. *U.S. Russia and Chechnya: Military Strategic Culture and the Paradoxes of Asymmetric Conflict* [em linha]. Strategic Studies Institute. United States Army War College, 01 de fevereiro de 2003. [Referência de 18 de agosto de 2010].

Disponível na Internet em:

<<http://www.strategicstudiesinstitute.army.mil/pubs/display.cfm?PubID=125/>>.

COHEN, Ariel, HAMILTON, Robert. *The Russian Military and Georgia War: Lessons and Implications* [em linha]. Strategic Studies Institute. United States Army War College, junho de 2011. [Referência de 18 de novembro de 2011].

Disponível na Internet em: <<http://www.strategicstudiesinstitute.army.mil/pubs/display.cfm?pubID=1069>>.

Columbia Encyclopedia [em linha]. Columbia University Press, 6º ed. 2008. [Referência de 28 de julho de 2010].

Disponível na Internet em: <<http://www.encyclopedia.com/iNdx.aspx>>.

CZEGE, Huba Wass de. *Lessons from the Past: Making the Army's doctrine "Right Enough" Today* [em linha]. Landpower Essay. The Institute of Land Warfare, Association of the United States Army, setembro de 2006. [Referência de 12 de agosto de 2010]. Disponível na Internet em: <http://www3.ausa.org/pdfdocs/lpe06_2.pdf>.

DEGEN, Edmund J. *Dominant Land Forces for 21st Century* [em linha]. The Land Warfare Papers, Nº 73. The Institute of Land Warfare, Association of the United States Army, setembro de 2009. [Referência de 07 de agosto de 2010]. Disponível na Internet em: <http://www.ausa.org/publications/ilw/ilw_pubs/LWP/Documents/LWP%2073_Dominant%20Land%20Forcesv2.pdf>.

ECHEVARRIA II, Antulio J. *Fourth-Generation War and other Myths* [em linha]. Strategic Studies Institute. United States Army War College, novembro de 2005. [Referência de 21 de agosto de 2011]. Disponível na Internet em: <<http://www.StrategicStudiesInstitute.army.mil/>>.

EVANS, Michael. *The Continental School of Strategy: The Past, Present and Future of Land Power* [em linha]. Study Paper N° 305. Land Warfare Studies Centre, Australian Army, junho de 2004. [Referência de 18 de agosto de 2010]. Disponível na Internet em: <<http://www.defence.gov.au/army/lwsc/SP305.asp>>.

JAKOBSEN, Peter Viggo. *NATO's Comprehensive Approach to Crisis Response Operations: a work in slow progress* [em linha]. DIIS Report 2008. Danish Institute for International Studies, 2008. [Referência de 16 de julho de 2010]. Disponível na Internet em: <http://www.diis.dk/graphics/Publications/Reports%202008/Report_2008-15_NATO_Comprehensive_Approach_Crisis_Response_Operations.pdf>.

JARKOWSKY, Jeffrey. *Boots on the Ground: Will U.S. Landpower be decisive in Future Conflicts?* [em linha]. USAWC Strategy Research Project. United States Army War College, 2002. [Referência de 14 de julho de 2010]. Disponível na Internet em: <<http://smallwarsjournal.com/documents/jarkowsky.pdf>>.

METZ, Steven, MILLEN, Raymond. *Future War/Future Battlespace: The Strategic Role of American Landpower*. [em linha]. Strategic Studies Institute. United States Army War College, 01 de março de 2003. [Referência de 18 de agosto de 2010]. Disponível na Internet em: <<http://www.strategicstudiesinstitute.army.mil/pubs/display.cfm?PubID=214>>.

ROSENBERG, Mat. *Population Growth Rates and Doubling Time* [em linha]. About.com, Geography, outubro de 2009 [Referência de 13 de Janeiro de 2012]. Disponível na Internet em: <<http://geography.about.com/od/populationgeography/a/populationgrow.htm>>.

THORNTON, Rod. *Military Modernization and the Russian Ground Forces*. [em linha]. Strategic Studies Institute. United States Army War College, junho de 2011. [Referência de 23 de outubro de 2011]. Disponível na Internet em: <<http://www.strategicstudiesinstitute.army.mil/pubs/display.cfm?pubID=1071>>.

UNFPA, The United Nations Population Fund. *Linking Population, poverty and development. Urbanization: a majority in cities. Water Facts* [em linha]. 2007 [Referência de 27 de Janeiro de 2012]. Disponível na Internet em: <<http://www.unfpa.org/pds/urbanization.htm>>.

WATER.org. *Water Facts* [em linha]. 2009 [Referência de 07 de Dezembro de 2011]. Disponível na Internet em: <<http://water.org/learn-about-the-water-crisis/facts/>>.

WORTZEL, Larry M. *The Chinese Armed Forces in the 21st Century* [em linha]. Strategic Studies Institute. United States Army War College, 01 de dezembro de 1999. [Referência de 22 de agosto de 2010].

Disponível na Internet em:

<<http://www.strategicstudiesinstitute.army.mil/pubs/display.cfm?pubID=73>>.

Contribuições em Monografias eletrônicas

BLASKO, Dennis. PLA Ground Forces Lessons Learned: Experience and Theory. In *The Lessons of History: The Chinese people's Liberation Army at 75* [em linha]. Strategic Studies Institute. United States Army War College, 01 de junho de 2003. [Referência de 02 de agosto de 2010].

Disponível na Internet em:

<<http://www.strategicstudiesinstitute.army.mil/pubs/display.cfm?PubID=52>>.

CORBETT Jr., John F., O'DOWD, Edward. The 1979 Chinese Campaign in Vietnam: Lessons Learned. In *The Lessons of History: The Chinese people's Liberation Army at 75* [em linha]. Strategic Studies Institute. United States Army War College, 01 de junho de 2003. [Referência de 11 de agosto de 2010].

Disponível na Internet em:

<<http://www.strategicstudiesinstitute.army.mil/pubs/display.cfm?PubID=52>>.

CHENG, Dean. Chinese lessons from the Gulf Wars. In *Chinese Lessons from other Peoples' Wars* [em linha]. Strategic Studies Institute. United States Army War College, novembro de 2011. [Referência de 18 de novembro de 2011].

Disponível na Internet em:

<<http://www.strategicstudiesinstitute.army.mil/pubs/display.cfm?pubID=1090>>.

TKACIK Jr., John. From Surprise to Stalemate: What the People's Liberation Army learned from the Korean War – A half a Century later. In *The Lessons of History: The Chinese people's Liberation Army at 75* [em linha]. Strategic Studies Institute. United States Army War College, 01 de junho de 2003. [Referência de 12 de agosto de 2010].

Disponível na Internet em:

<<http://www.strategicstudiesinstitute.army.mil/pubs/display.cfm?PubID=52>>.

WORTZEL, Lary. Concentrating Forces and Audacious Action: PLA Lessons from the Sino - Indian War. In *The Lessons of History: The Chinese people's Liberation Army at 75* [em linha]. Strategic Studies Institute. United States Army War College, 01 de junho de 2003. [Referência de 18 de agosto de 2010].

Disponível na Internet em:

<<http://www.strategicstudiesinstitute.army.mil/pubs/display.cfm?PubID=52>>.

Artigos de publicações em série eletrônicas

BUKKVOLL, Tor. Russia's Military Performance in Georgia. *Military Review* [em linha]. November - December 2009 [Referência de 15 de agosto de 2010], p. 57-62.

Disponível na Internet em:

<http://usacac.army.mil/CAC2/MilitaryReview/Archives/English/MilitaryReview_20091231_art009.pdf>.

GRAY, Colin S. How Has War Changed Since the End of the ColdWar? *Parameters. US Army War College Quarterly* [em linha]. Spring 2005, Vol. XXXV, no. 1 [Referência de 28 de agosto de 2010], p. 14-26. Disponível na Internet em:

<<http://www.carlisle.army.mil/usawc/parameters/05spring/gray.htm>>.

GRAY, Colin S. The 21st Century Security Environment and the Future of War. *Parameters. US Army War College Quarterly* [em linha]. Winter 2008-09, Vol. XXXVIII, no. 4 [Referência de 21 de agosto de 2010], p. 14-26. Disponível na Internet em:

<<http://www.carlisle.army.mil/usawc/Parameters/08winter/gray.pdf>>.

IEEI, Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais. Bloco de Notas. *O Mundo em Português* [em linha]. Novembro de 2000, Nº 14 [Referência de 25 de julho de 2010]. Disponível na Internet em: <<http://www.ieei.pt/publicacoes/artigo.php?artigo=929>>.

LEONHARD, Robert R. Sun Tzu's Bad Advice: Urban Warfare in the Information Age. *Army Magazine* [em linha]. Abril 2003, Vol. 53, no. 4 [Referência de 19 de maio de 2010]. Disponível na Internet em:
<<http://www3.ausa.org/webpub/DeptArmyMagazine.nsf/byid/CCRN-6CCS88>>.

McDERMOTT, Roger. Russia's Conventional Armed Forces and the Georgian War. *Parameters. US Army War College Quarterly* [em linha]. Spring 2009, Vol. XXXIX, no. 1 [Referência de 26 de agosto de 2010], p. 65-80. Disponível na Internet em:
<<http://www.carlisle.army.mil/usawc/parameters/09spring/mcdermott.pdf>>.

RAMALHO, José Luís Pinto. O Conflito Assimétrico e o Desafio da Resposta – Uma Reflexão. *Revista Militar* [em linha]. Agosto/setembro de 2005, Nº 2443/2444. [Referência de 06 de Setembro de 2010]. Disponível na Internet em:
<<http://www.revistamilitar.pt/modules/articles/article.php?id=223>>.

TELO, António José. Conflitos e Transformação da Defesa: A Sempre Instável Equação. *Cadernos do IDN* [em linha]. Dezembro de 2008, Nº 1, IIª Série. [Referência de 14 de agosto de 2010], p. 1-13. Disponível na Internet em:
< <http://www.idn.gov.pt/publicacoes/cadernos/publicados.html> >.

Bibliografia Consultada **Monografias (Livros)**

CLARK, Wesley K. (2004). *Vencer as Guerras Modernas: Iraque, Terrorismo e o Império Americano*. Lisboa: Temas e Debates.

GLANTZ, David M. (1991). *Soviet Military Operational Art: In Pursuit of Deep Battle*. Oxon, New York: Frank Cass.

LEONHARD, Robert R. (1998). *The Principles of War for the Information Age*. New York: Ballantine Books.

SMITH, Rupert (2008). *A Utilidade da Força. A Arte da Guerra no Mundo Moderno*. Lisboa: Edições 70 Lda.

Manuais

JCS, Joint Chiefs of Staff (2007). *JP 1 – Joint Publication 1: Doctrine for the Armed Forces of the United States*.

TRADOC, U.S. Army Training and Doctrine Command (2004). *Field Manual 1-02, Operational Terms and Graphics*. Washington DC: Headquarters, Department of the Army.

Monografias eletrônicas

ALACH, Zhivan. *Slowing Military Change* [em linha]. Strategic Studies Institute. United States Army War College, 29 de outubro de 2008. [Referência de 03 de agosto de 2010].

Disponível na Internet em:

<<http://www.strategicstudiesinstitute.army.mil/pubs/display.cfm?pubID=878>>.

ATKESON, Edward B. *The People's Liberation Army in the Land of Elusive Sheen* [em linha]. The Land Warfare Papers, Nº 38. The Institute of Land Warfare, Association of the United States Army, setembro de 2001. [Referência de 27 de agosto de 2010]. Disponível na Internet em: <http://www.ausa.org/SiteCollectionDocuments/ILW%20Web-ExclusivePubs/Land%20Warfare%20Papers/lwp38_atkeson.pdf>.

BARTHOLOMEES Jr., J. Boone. *U.S. Army War College Guide to National Security Issues Volume I: Theory of War and Strategy*. 3^a ed [em linha]. Department of National Security and Strategy. United States Army War College, junho de 2008. [Referência de 17 de agosto de 2010]. Disponível na Internet em: <<http://www.StrategicStudiesInstitute.army.mil/>>.

BLANK, Stephen J. *Russia's Armed Forces on the Brink of Reform* [em linha]. Strategic Studies Institute. United States Army War College, 01 de março de 1998. [Referência de 14 de agosto de 2010].

Disponível na Internet em:

<<http://www.strategicstudiesinstitute.army.mil/pubs/display.cfm?PubID=143>>.

GRAY, Colin S. *Recognizing and Understanding Revolutionary Change in Warfare: The Sovereignty of Context* [em linha]. Strategic Studies Institute. United States Army War College, 01 de fevereiro de 2006. [Referência de 18 de agosto de 2010].

Disponível na Internet em:

<<http://www.strategicstudiesinstitute.army.mil/pubs/display.cfm?pubID=640>>.

ROSELLO, Victor M. *Soft Skills for the 21st Century Land Dominance* [em linha]. Landpower Essay. The Institute of Land Warfare, Association of the United States Army, janeiro de 2009. [Referência de 21 de agosto de 2010]. Disponível na Internet em:

<<http://www.ausa.org/SiteCollectionDocuments/ILW%20Web-ExclusivePubs/Landpower%20Essays/LPE06-2.pdf>>.

TOGUCHI, Robert M, RINALDO, Richard. *Land Warfare in the Information Age* [em linha]. The Land Warfare Papers, N° 47. The Institute of Land Warfare, Association of the United States Army, setembro de 2004. [Referência de 29 de maio de 2010]. Disponível na Internet em: <http://www3.ausa.org/pdfdocs/lwp_47.pdf>.